

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

CARLOS HENRIQUE BARBOSA BUCK

A UNE E A MOBILIZAÇÃO
DAS MASSAS ESTUDANTIS DURANTE O ESTANO NOVO

NITERÓI

2012

UNIVERSO

CARLOS HENRIQUE BARBOSA BUCK

A UNE E A MOBILIZAÇÃO
DAS MASSAS ESTUDANTIS DURANTE O ESTANO NOVO

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angélica Müller

NITERÓI

2012

Agradecimentos

À minha orientadora, Angélica Müller, pelas dicas de leitura, paciência, dedicação e por ter disponibilizado seu conhecimento sem restrições. Ao coordenador Jorge Prata e a todos os professores e funcionários do curso de mestrado em história, pelo profissionalismo e qualidade do trabalho realizado. À professora Marly Vianna e ao professor Mauricio Parada, pela franqueza e cortesia de suas observações. Novamente à professora Marly Vianna e também ao professor Marcelo Timótheo, pelas aulas que instigaram minhas reflexões. Aos colegas de mestrado, em especial à Eliane, Moisés e Celso, pela alegria e companheirismo. À UNIVERSO, pela Bolsa concedida, que possibilitou a realização desta pesquisa.

À minha linda esposa, Débora, pela paciência e pela força para levantar-me nos momentos críticos. À minha saudosa vovó Carmelita, pela presença. A meu pai e minha mãe, pelo colo, amor, incentivo aos estudos e à minha melhoria como pessoa. À minha dinda Flora e meu tio Beto, pelo amor e torcida pelo meu sucesso. A meu irmão e minha irmãzinha, os dois sempre a meu lado, cada um à sua maneira, me empurrando para frente. À Marlene, minha sogra, pela ajuda do dia-a-dia, que às vezes não se percebe, mas que faz, e fez, toda a diferença. À minha também vó Carmem e vô Miguel, às minhas cunhadas Karla, Érica, Auraci, e ao Marco, à Roberta e Vítor, que acompanharam, auxiliaram e torceram pela concretização desta etapa. Às crianças, por aceitarem minha ausência: Giovana, Laura, Ana Clara, Lelê, João Vítor, Luca, Luan e Carlos Henrique. À minha pequena Marina, sol nascente, pelo deslumbre das etapas que virão. À Maria e Jaci, pela reza. A meu irmãozinho Felipe “Pipo”, pela parceria, desde o início de minha (nossa) vida acadêmica.

À Deus e aos deuses, de todas as formas e de todas as religiões que buscam e fazem o bem, por terem me “iluminado” neste difícil e bonito caminho.

Resumo

Nesta pesquisa, analisamos as estratégias de mobilização política dos estudantes universitários implementadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o Estado Novo (1937-1945), a partir de um olhar comparativo com as estratégias de mobilização política da juventude postas em prática pelo governo estadonovista. Analisamos, ainda, o processo de constituição da UNE como a associação representativa dos universitários em nível nacional e, como tal, sua interação com o *corpus* governamental e com as diferentes representações da sociedade civil.

Abstract

In this research, we analyze the strategies of political mobilization of college students implemented by the União Nacional dos Estudantes (UNE) during the Estado Novo (1937-1945), from a comparative look at the strategies of mobilizing youth policy implemented by the government. We analyze also the process of constitution of UNE as the association representing the college students at the national level and, as such, this interaction with the government agencies and civil society organizations.

Sumário

INTRODUÇÃO, 08.

CAPÍTULO 1

A Política do Estado Novo para a juventude, 19.

1.1. Estado Novo: política de massas e controle social, 19.

1.2. A “democracia social” do Estado Novo, 23.

1.3. Constituição de 1937: cuidar e disciplinar a juventude, 27.

1.3.1. A Constituição de 1891, 28.

1.3.2. A Constituição de 1934, 29.

1.3.3. A Constituição de 1937, 31.

1.4. A criação da Juventude Brasileira, 36.

CAPÍTULO 2

A Criação e consolidação da UNE, 40.

2.1. Estudantes universitários no Estado Novo: breve caracterização, 40.

2.2. Governo e estudantes universitários: respeito, cooptação e aliciamento, 44.

2.3. Governo e estudantes universitários: a repressão abrandada, 48.

2.4. UNE e governo federal: tutela x autonomia, 51.

2.5. A Une e a autonomia relativa de uma associação política, 56.

2.6. A fundação da UNE: prólogo, 59.

2.7. A fundação e institucionalização da UNE, 64.

CAPÍTULO 3

A UNE e as mobilizações estudantis no Estado Novo, 75.

3.1. Cerimônias cívicas no Estado Novo, 76.

3.2. Estudantes na vanguarda: “É hora de entrar na guerra”, 80.

3.2.1. A passeata de quatro de julho de 1942: divisões políticas no governo Vargas, 80.

3.2.2. A passeata de quatro de julho de 1942: o cortejo, 85.

3.2.3. A multiplicação das manifestações, 93.

- 3.3. A colaboração da UNE no “Esforço de Guerra”: campanhas, 97.
 - 3.3.1. A Campanha Pró-Bônus de Guerra, 97.
 - 3.3.2. A Campanha Pró-Doação ou Pró-Banco de Sangue, 102.
 - 3.3.3. A Campanha de Arrecadação de Metais e Borracha (“As pirâmides Metálicas”) e a Campanha Pró-Aviões, 103.
 - 3.3.4. Outras campanhas, 105.
- 3.4. A colaboração da UNE no “Esforço de Guerra”: o “Carnaval de Guerra” de 1943 e o “Cortejo da Vitória”, 108.
- 3.5. A UNE e as manifestações pelo fim do Estado Novo, 113.
 - 3.5.1. A “Passeata do Silêncio”, 113.
 - 3.5.2. Fim da trégua, anistia e eleições presidenciais, 115.

CONCLUSÃO, 119.

FONTES, 123.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 124.

ANEXOS, 131.

INTRODUÇÃO

O interesse pelos processos de mobilização política surgiu durante minha graduação em Educação Física, quando participei do Movimento Estudantil (ME) e me vi diante de embates políticos onde estes processos ganhavam realidade. Ao mesmo tempo, o contato com a história do ME através do livro *O Poder Jovem*, do escritor e jornalista Arthur Poerner¹, despertou a admiração e o desejo de conhecer melhor o pensamento e a atuação dos jovens estudantes no passado.

Nessa procura, deparei-me com uma bibliografia centrada na década de 1960 e bastante limitada com relação aos demais períodos. As significativas e já documentadas mobilizações realizadas por movimentos como o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) e UNE - Volante², assim como as concentrações de massa que culminaram na passeata dos “Cem Mil” no Rio de Janeiro, todas elas atividades ocorridas nos anos 1960, me faziam refletir sobre a história das estratégias de mobilização postas em prática pela UNE desde seus primeiros anos de existência, nas décadas de 1930 e 1940.

Notei então que já nesta fase inicial de atuação da entidade as grandes mobilizações se mostravam como um traço marcante. O advogado e filósofo Roberto Amaral³, que ocupou a vice-presidência da UNE nos anos 1961/1962, considera que o primeiro grande marco da organização estudantil como movimento de massas se deu ao final do Estado Novo (1937-1945), com as campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a favor da redemocratização do país.⁴

¹ POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro. Booklink Publicações Ltda. 2004

² Entre os livros e artigos com relatos e análises sobre o CPC da UNE e sobre a UNE-Volante, podemos citar: PEIXOTO, Fernando. *O melhor teatro do CPC da UNE*; BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*; BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE; História da UNE: volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*; SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*, p. 102-105; BUONICORE, Augusto César. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. In: *Memória do Movimento Estudantil*, p. 59-68; ARANTES, Aldo. O Movimento Estudantil e sua tradição de luta. In: *Memória do Movimento Estudantil*, p. 87-92; GARCIA, Miliandre. Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo. Perseu Abramo. 2007.

³ Roberto Amaral foi Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia (2003/2004) no governo Lula e atualmente é vice-presidente do Partido Socialista Brasileiro.

⁴ AMARAL, Roberto. O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro. Editora Museu da República. 2005, p. 124

A curiosidade pelos mecanismos de mobilização política reafirmou meu interesse pelo período do Estado Novo. Desde o início dos anos 1930, as massas populares passaram a ocupar um espaço significativo no cenário político brasileiro, gerando a preocupação do governo federal com sua organização e controle. Nesse sentido, encontrei considerável bibliografia que descrevia e analisava estratégias de mobilização e controle de massas empreendidas pelo governo do então presidente Getúlio Vargas.

Também a fundação da UNE, entidade de representação nacional dos estudantes universitários, deu-se durante o Estado Novo, em dezembro de 1938. Naquele momento, o governo já demonstrava interesse em conquistar a adesão e o apoio da massa estudantil universitária, bem como em influenciar suas lideranças e controlar seus órgãos de representação. Vargas mostrava-se extremamente próximo dos estudantes⁵ e estes, com frequência, demonstravam seu apoio ao governante, ainda que sistematicamente afirmassem a autonomia de suas ações.

A explicação para tal proximidade parece relacionar-se com a importância que o governo federal dedicava à juventude. Segundo D'Araújo, havia a preocupação de:

... socializar a juventude em termos cívicos e em depurar costumes sociais que pudessem ferir a construção de uma nova identidade nacional. Nesse sentido, jovens, imigrantes e os trabalhadores foram os alvos principais das campanhas "educadoras" do Estado Novo.⁶

Assim, a mobilização da juventude universitária se tornaria alvo de ações e eventualmente de disputas entre o governo ou entidades por ele apoiadas e as lideranças estudantis, principalmente aquelas atuantes na União Nacional dos Estudantes.⁷

⁵ Como exemplos desta postura, podemos citar a audiência de Vargas aos delegados estaduais presentes no 1º Conselho, a presença do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, na sessão de encerramento do 2º Congresso Nacional, realizado em 1938, e também o fato de Vargas ter recebido os estudantes no palácio do Catete ao final deste mesmo evento, no qual foi aclamado presidente de honra. POERNER, Arthur. *O Poder Jovem*: 125-131

⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2000, p. 34

⁷ Um exemplo deste embate ocorreu durante o 2º Congresso Nacional dos Estudantes, no qual, de forma diferente do 1º Conselho Nacional de Estudantes, os temas políticos se tornaram presentes. Em virtude de tal postura e do crescimento da popularidade da recém fundada UNE junto à massa estudantil, em pouco tempo a entidade, então alojada nas dependências da Casa do Estudante Brasileiro (CEB), viria a se indispor com a presidente desta, Ana Amélia. A CEB, apoiada financeiramente pelo governo, avessa a temáticas políticas, e não podendo suportar a perda da hegemonia junto aos estudantes, decidiu despejar a diretoria da UNE, que terminou por ocupar as instalações da CEB por apenas dois anos.

No caso das estratégias estadonovistas de mobilização/controlado de massas e da juventude em particular, nota-se que já foram tema de várias pesquisas. Para este estudo foram fundamentais as análises de Maria Helena Capelato, no livro “Multidões em Cena”⁸ e de Maurício Parada, no livro “Educando Corpos e Criando a Nação”⁹.

Capelato, em seu livro, empreende uma análise comparativa da utilização da propaganda política como mecanismo de controle social nos governos de Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955), evidenciando a influência que receberam das experiências fascista e nazista e destacando suas especificidades. Para a autora, ambos os governos utilizaram os meios de comunicação, as atividades culturais e a própria educação formal como formas de disseminação de ideias, imagens e símbolos. Neste processo, a emotividade ocupou um papel de destaque, de acordo com o objetivo de “impressionar mais do que convencer e sugerir em vez de explicar.”¹⁰

Maurício Parada, no livro citado, destaca a importância da política cultural do Estado Novo na manutenção do poder governamental. O objetivo de estabelecer uma “cultura cívica” aparece na recriação do calendário de festas nacionais, no caráter nacionalista dado às aulas de canto orfeônico e de educação física, e também nas grandes comemorações que utilizavam a rua como palco. Tais ações, segundo o historiador, tinham entre seus principais objetivos o adestramento físico e a disciplinarização moral do “jovem nacional”.

Não tivemos, portanto, dificuldades para encontrar estudos sobre as estratégias do Estado Novo para a mobilização dos jovens. No entanto, encontramos poucas análises sobre as respostas dadas pelos estudantes, em pleno processo de organização e fortalecimento político, a estas iniciativas governamentais, assim como sobre as estratégias adotadas por suas lideranças para a mobilização das massas estudantis. A maioria das pesquisas em torno da temática citada tem teor descritivo¹¹ e aquelas que propõem uma análise mais aprofundada¹² não têm como

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo. Editora UNESP. 2009

⁹ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op.cit.*, p.84

¹¹ Verificamos a predominância de uma abordagem descritiva no já citado livro de Poerner, *O Poder Jovem*, referência para todos os trabalhos posteriores sobre o ME; no livro do historiador, cientista político e jornalista Antonio Mendes Junior, *Movimento Estudantil no Brasil*; no módulo II da publicação Inventário DEOPS, organizado pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, *Os*

foco as ações de mobilização das massas estudantis por suas lideranças. Dois trabalhos com tais características, um mais descritivo – O livro “O Poder Jovem” do jornalista Arthur Poerner – e outro mais analítico – a dissertação de mestrado da historiadora Angélica Müller, intitulada “Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo.”¹³ –, deram suporte às análises centradas especificamente nas atividades do Movimento Estudantil e da UNE.

Poerner, na edição mais recente de “O Poder Jovem” (2004), nos apresenta um relato cronológico, como diz o subtítulo do livro, sobre a “história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula”. O texto, que tem caráter narrativo e é permeado pelas opiniões pessoais do autor, apresenta um rico quadro histórico da atuação estudantil durante o Estado Novo. O escrito de Poerner é uma leitura fundamental para o estudo do ME, mas não tem caráter analítico. Lançado no intenso ano 1968, quando o autor ainda era um jovem estudante, também não apresenta – e não parecia pretendê-lo - isenção em suas proposições.

A pesquisa de Angélica Müller analisa as interações e influências recíprocas estabelecidas entre as propostas do regime estadonovista para a juventude, e as respostas e contrapropostas da UNE a estas iniciativas. A autora ressalta a ambigüidade da relação entre o governo e a entidade estudantil, já que esta reafirmava sistematicamente sua autonomia frente ao primeiro, mas ao mesmo tempo solicitava a “tutela” estatal. A historiadora evidencia ainda as tensões internas da UNE, destacando seu papel de “... *escoadouro* dos ideais de partidos e de entidades que não puderam ter presença durante grande parte do Estado Novo.”¹⁴ A dissertação, que utilizou grande número de fontes primárias, traz novas e importantes informações sobre a história da UNE.

Encontramos, portanto, um objeto ainda pouco explorado pelos pesquisadores e, diante dele, traçamos o objetivo desta pesquisa: identificar e

Subversivos das Arcadas, abordando a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo no Estado Novo; além do livro do brasileiro John Foster DULLES, *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*, com a mesma temática do livro anterior.

¹² Destacamos os seguintes trabalhos que estudaram o ME no Estado Novo sob um olhar mais analítico: o livro “O Mito do Poder Jovem”, do historiador Alberto Saldanha e a dissertação de mestrado da historiadora Angélica Müller, intitulada “Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo.”

¹³ MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

¹⁴ MÜLLER, Angélica. Op.cit., p.122

analisar as estratégias de mobilização política das massas estudantis universitárias implementadas pela União Nacional dos Estudantes durante o Estado Novo. O estudo teve o intuito de realizar um olhar comparativo com as estratégias de mobilização política da juventude postas em prática pelo governo estadonovista. Pretende-se analisar, ainda, o processo de constituição da UNE como a associação representativa dos universitários em nível nacional e, como tal, a interação desta com o *corpus* governamental e com as diferentes representações da sociedade civil.

O recorte temporal deste trabalho foi balizado pelos marcos do Estado Novo, período que abrange não só a fundação da UNE, como sua afirmação e reconhecimento social como entidade máxima de representação dos estudantes universitários. As inúmeras manifestações e campanhas empreendidas pela UNE no período – em torno da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial e pelo fim do Estado Novo – marcam a consolidação da UNE como associação atuante e influente no cenário político nacional. Já o recorte espacial teve como foco as ações realizadas no estado do Rio de Janeiro. O estado tinha importância central na política nacional, pois nele se localizava a sede do poder e das decisões governamentais e também a sede da União Nacional dos Estudantes.

Nosso trabalho se insere teórica e metodologicamente na nova história política, corrente responsável pelo processo de revalorização e legitimação dos estudos do político, apresentando tanto novas perspectivas de trabalho aos temas tradicionais da política – partidos, biografias, eleições – como novos objetos de estudo: a opinião pública, a mídia, o discurso, entre outros.¹⁵ Entre suas contribuições, está a ampliação do limitado espectro de atores da história política tradicional. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, referindo-se ao pensamento de René Remond: “Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central.”¹⁶ Também apresenta inovações com relação à temporalidade no estudo da dimensão política dos acontecimentos históricos, pois:

Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003, p.07

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op.cit., p.07

*duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo.*¹⁷

Possivelmente o dado mais importante desta corrente de estudo seja o posicionamento “... do político como domínio privilegiado de articulação do todo social.”¹⁸ Para René Remond:

*... a história política... aprendeu que, se o político tem características próprias... ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social...*¹⁹

A cultura política, onde esta pesquisa se insere de forma mais específica, considera a complexidade dos sistemas de representações partilhados por grupos socialmente expressivos na análise dos atos e comportamentos dos diferentes atores políticos tanto individuais como coletivos.²⁰

Na caracterização da forma organizacional da UNE, utilizaremos a noção de “associação de natureza política”. O termo, para o historiador Jean-Pierre Rioux, engloba um grande número de organizações, como ligas e grupos de interesse, que têm como objetivo exercer influência sobre os processos políticos e eleitorais, mas que se diferenciam dos partidos políticos.²¹ Para o historiador francês, estas são:

*... organizações que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de “sistema” político.*²²

Em sua análise sobre as associações, Rioux, citando Durkheim, relaciona o expressivo aumento numérico das mesmas, ao longo do século XX, à complexificação da vida social, processo que teria possibilitado a ampliação da

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op.cit., p.07

¹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op.cit., p.07

¹⁹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003, p.35-36

²⁰ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009, p.30-31

²¹ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003, p.99-100. Segundo o autor, nas eleições legislativas de 1932, na França, além dos 11 partidos políticos concorrendo aos cargos em disputa, haveria ao menos 32 outras organizações, todas elas associações ou federações de associações, influenciando o pleito de formas e intensidades variadas.

²² RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.103

atuação coletiva a áreas como a saúde, a assistência social, o lazer, a educação e a cultura. Entretanto, o próprio Rioux, citando Pierre Rosanvallon, questiona se este aumento na quantidade e na amplitude de intervenção das associações seria: "... resultado de uma aspiração autonomista da sociedade civil que assumiria a gestão de seus novos interesses, ou [seria] o preço de um reforço do controle social sobre o indivíduo..."²³

Este questionamento pode ser aplicado à política estadonovista. Ao mesmo tempo em que houve uma ampliação dos canais de participação, através da criação de conselhos, comissões, entidades representativas e sindicatos operários ou patronais, notou-se a utilização destes mesmos canais como meios de acesso e controle do público sobre o privado.

Nota-se, portanto, que a associação pode servir tanto para estruturar como para desestruturar o sistema político. "... Uma vez que, ao mesmo tempo, se opõe e participa, presta serviços e defende ideais, substitui o setor público enfraquecido e exerce contrapoderes..."²⁴

Um dado, todavia, aponta Rioux, não pode ser colocado em questão: a intensificação do ativismo associativo nos momentos de crise sociocultural. Nesse sentido, "... as associações servem de caixa de ressonância e laboratório de ideias, de fusíveis que, fundindo-se, assinalam as panes de inspiração e os curtos-circuitos do político."²⁵ A intensificação da atuação da UNE ao longo do Estado Novo, diante das dificuldades estabelecidas pelo governo autoritário e pela situação de guerra, é um exemplo de fortalecimento associativo em tempos adversos.

A fonte principal desta pesquisa foi o jornal *Correio da Manhã*²⁶, que durante o período estudado deu grande destaque para as atividades do ME, especialmente nas notícias sobre manifestações organizadas pelos estudantes – algumas vezes noticiadas na capa ou na contra-capas – e na coluna "Movimento Universitário". Esta normalmente localizava-se na penúltima página do jornal, junto às colunas de atividades sociais e culturais, que descreviam eventos nos clubes, homenagens, aniversários, casamentos, missas, falecimentos, viagens de políticos, artistas e pessoas da "alta sociedade", realizações de associações científicas, programações das rádios e dos concertos musicais, crítica teatral e até mesmo culinária. A coluna

²³ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.119

²⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.120

²⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.121

²⁶ Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional e recentemente digitalizado.

“Movimento Universitário” apresentava informações bastante detalhadas sobre as atividades da UNE, principalmente durante os congressos anuais da entidade e durante as campanhas conjugadas ao “Esforço de Guerra”. Trazia ainda informações sobre convocações de reuniões da diretoria e secretarias da UNE e divulgação de conferências, cursos e festas promovidas pela entidade. Também havia espaço na coluna para as atividades de outras organizações estudantis, como diretórios acadêmicos, diretórios centrais, órgãos universitários esportivos, entidades secundaristas, além da própria Casa do Estudante, organização que mantinha relações conflituosas com a UNE. Finalmente, havia a divulgação de datas de exames, matrículas, colação de grau, bolsas de estudos, concursos para professores, entre outras questões mais burocráticas do universo acadêmico.²⁷

O jornal *Correio da Manhã* foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira durante o Estado Novo e nele podemos encontrar importante documentação sobre a atuação da UNE no período, especialmente os congressos anuais da entidade e a participação dos estudantes no “Esforço de Guerra” e nas manifestações pelo fim do Estado Novo.

Com relação a seu posicionamento político, o *Correio da Manhã* contestou o golpe do Estado Novo, mas teve de submeter-se à censura de suas matérias pelo governo. Declarada a 2ª Guerra Mundial, assumiu uma posição de neutralidade, mas, após 1940, adotou uma postura pró-democracia, favorável aos países Aliados. Segundo o verbete do DHG da FGV, as oscilações da política externa de Vargas refletiam-se positivamente nas notícias publicadas pelo periódico, mas este alinhamento parecia ter no controle imposto pela censura o seu provável motivo.²⁸ A partir do início de 1945, com o afrouxamento da censura, o jornal passaria a explicitar uma firme oposição ao Estado Novo.

Outra importante fonte utilizada foi o arquivo pessoal do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema²⁹. Nele encontramos documentos sobre as relações do ministro com as entidades de representação estudantil, assim como propostas e debates envolvendo o processo de constituição da Juventude Brasileira (JB), organização governamental que viria a confrontar-se com a UNE.

²⁷ Exemplo da coluna “Movimento Universitário” (Anexo 1)

²⁸ ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu N. (coords.) ET alii. *Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro* (DHBB). Rio de Janeiro. FGV. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br>

²⁹ Disponível sob a forma de microfilme, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). <http://cpdoc.fgv.br>

Também fundamental foi a pesquisa nos arquivos do Projeto Memória do Movimento Estudantil (MME)³⁰, cujo acervo é fruto de uma campanha de doação de documentos iniciada em 2004 e de depoimentos de personagens importantes da história do ME registrados pelo próprio projeto. Particularmente significativos para este estudo foram os depoimentos do médico Irum Sant'Anna, que participou ativamente do processo de fundação da UNE e de José Gomes Talarico, primeiro presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), constituída no ano de 1938, e ativo participante da UNE durante o Estado Novo.

Outras importantes entrevistas, realizadas pela atriz e jornalista Jalusa Barcellos, encontram-se na revista comemorativa dos 60 anos da UNE³¹, especialmente as realizadas com Hélio de Almeida, presidente da UNE em 1943, e novamente com o já citado presidente da CBDU, José Gomes Talarico.

A opção pela fonte oral teve como fundamento a ideia de que o documento não é o único tipo de vestígio a partir do qual podemos ter acesso ao passado. A historiadora Angélica Müller esclarece que o próprio objeto a ser pesquisado e o enfoque analítico escolhido podem determinar a necessidade de utilização de um ou mais tipos de fontes, e que os depoimentos, na medida em que se utilizam da memória dos entrevistados para a investigação do passado, podem nos trazer informações a que não teríamos acesso por outras fontes.³² Entretanto, Müller, citando a jornalista e historiadora Ana Paula Ribeiro, faz uma importante ressalva: a fonte oral nos possibilita mais um caminho para a compreensão do passado, mas as falas dos depoentes não podem ser vistas como indicadores absolutos da verdade histórica.³³

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “A política do Estado Novo para a juventude”, apresenta as características da política de mobilização/controlar social da juventude efetuada pelo governo estadonovista e foi dividido em quatro partes. A primeira refere-se à importância crescente das massas populares, principalmente a partir da década de 1920, e centra-se nas preocupações do Estado Novo com o seu controle, de forma geral, e da juventude em particular. A segunda parte destaca o modelo político, econômico e social

³⁰ <http://www.mme.org.br>

³¹ BARCELLOS, Jalusa. *Histórico UNE: 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro: UNE, 1997.

³² MÜLLER, Angélica. Op.cit., p.13

³³ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Memória oral: alguns procedimentos de trabalho*. 2005 (nota de trabalho – não publicado). Citada por MÜLLER, Angélica. Op.cit., p.13

estadonovista. Discute as particularidades de sua estrutura, de inspiração corporativista, mas com características próprias, relativizando o controle do Estado sobre o privado e situando “aberturas” do espaço público à participação da sociedade. A terceira parte apresenta as propostas governamentais para a juventude presentes na Constituição de 1937 – em comparação com as duas constituições anteriores –, no intuito de identificar a importância que a temática passou a representar para aquele governo. A partir desse quadro inicial, no qual situamos os objetivos, a forma de atuar, e a proposta – constitucional – do Estado Novo para os jovens, estruturamos a quarta parte. Nela, a análise detém-se no processo de constituição da Juventude Brasileira (JB), instituição governamental criada para organizar a juventude. O confronto de proposições entre diferentes instâncias do governo acerca do papel que a JB deveria desempenhar nos apresenta dados importantes acerca do tratamento dado e das expectativas do Estado com relação à juventude.

O capítulo dois, “A criação e consolidação da UNE”, é dividido em sete partes. A primeira parte apresenta ao leitor as características sociais do estudante universitário no Estado Novo. As três partes seguintes tratam do relacionamento deste estudante e de suas entidades representativas com as instâncias governamentais. A quinta parte, desenvolve a questão da autonomia da UNE frente às instâncias governamentais e à outras associações e organizações políticas e sociais, como sindicatos, partidos políticos e associações culturais. Nas duas últimas partes, o enfoque recai sobre o processo de fundação e institucionalização da UNE entre os anos de 1938 e 1942, destacando os congressos nacionais, as inúmeras realizações e o desenvolvimento organizacional da entidade.

No capítulo três, “A UNE e as mobilizações estudantis no Estado Novo”, foram analisadas as estratégias de mobilização da juventude universitária implementadas pela UNE no período em questão, utilizando como contraponto a política de Vargas explicitada no primeiro capítulo. Este capítulo foi dividido em seis partes. Na primeira, a ideia central é a de que o êxito das manifestações estudantis organizadas a partir de julho de 1942 teve como base um aprendizado prévio acerca das maneiras de ocupar e de agir no espaço público. A segunda parte aborda as características das cerimônias cívicas estadonovistas, particularmente aquelas

direcionadas à juventude, a partir da noção de “cerimônias sintéticas”³⁴, desenvolvida pelo historiador Mauricio Parada³⁵. A terceira parte enfatiza o papel de vanguarda da UNE e dos estudantes universitários nas manifestações que defenderam a entrada do Brasil na guerra junto aos países Aliados. Nela, analisamos as características da passeata estudantil de quatro de julho de 1942, sob o prisma do conceito de “carnavalização” – nos termos apresentados por Roberto DaMatta no livro *Carnavais, Malandros e Heróis*³⁶ –, evidenciando as diferenças com relação às cerimônias cívicas organizadas pelo Estado. Destacamos ainda a multiplicação dos atos públicos que se seguiram à citada manifestação estudantil e sua importância na decisão do governo de participar efetivamente da guerra contra o Eixo.

A quarta e quinta partes desenvolvem a colaboração da UNE no “Esforço de Guerra” através das principais campanhas realizadas – Pró-Bônus de Guerra, Pró Banco de Sangue, “Pirâmides Metálicas”, “Voluntárias Laboratoristas”, entre outras – e do curioso “Carnaval de Guerra” de 1943, que visava a “preparação psicológica” da população para as vicissitudes impostas pelo cenário de guerra.

Na última parte, a pesquisa se volta às manifestações estudantis pelo fim do Estado Novo, com destaque para a “Passeata do Silêncio”, em novembro de 1943, e para o primeiro grande comício de oposição ao Estado Novo, em março de 1945.

³⁴ As “cerimônias sintéticas”, segundo Maurício Parada, eram momentos de síntese de um conjunto disciplinar e pedagógico organizado com base na atuação conjugada de práticas escolares, médicas e de comunicação efetivadas pelo Estado Novo. PARADA, Maurício. Op.cit.

³⁵ PARADA, Maurício. Op. cit.

³⁶ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Rocco Ltda. 1997

CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DO ESTADO NOVO PARA A JUVENTUDE

1.1. Estado Novo: política de massas e controle social

No Brasil da década de 1920, as elites intelectuais e políticas assustavam-se com o crescimento dos movimentos sociais e políticos. Já nos anos anteriores, entre 1917 e 1920, numerosas e intensas greves operárias, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, surpreendiam as autoridades pelo nível de organização, mas continuavam a ser tratadas como questão de polícia, levando violência e medo ao espaço público.

À agitação das greves, seguiram-se, nos anos 1920, as rebeliões tenentistas e a Revolução de 1930. Com ela, esperava-se o reestabelecimento do cenário de ordem, no entanto, sucederam-se sete anos de intensa agitação: “uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista...”³⁷ O quadro geral era de instabilidade. Maurício Parada ressalta que “seria possível fazer uma longa lista de motins, marchas e revoltas ocorridos em vários pontos do país entre 1931 e 1936”. Com relação às ruas das cidades brasileiras, o autor destaca que “... após 1930, foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação... uma fonte de constante instabilidade e um empecilho para a constituição de um padrão de governabilidade.”³⁸

Tamanha “desordem” forneceu argumentos para o estabelecimento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, impulsionando um conjunto de políticas econômicas e sociais introduzidas no país por Getúlio Vargas a partir da Revolução de 1930, que viriam a marcar de maneira indiscutível o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade.³⁹ O governo estadonovista, atento ao quadro de descontrole social, à crescente importância das massas populares, e preocupado em reestruturar a ordem política, direcionou sua atenção para a *pacificação* da vida pública. Para tanto, elaborou mecanismos de controle e

³⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992, p.26

³⁸ PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009, p.09

³⁹ D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo. Editora Moderna Ltda. 2004, p.08

ordenação de espaços, atitudes e discursos. Neste intuito, estabeleceu a ligação entre o processo de *pacificação* e a construção de modelos de “civilidade”, compondo “um esforço pedagógico de disseminação de comportamentos de autocontenção e disciplina”.⁴⁰

A preocupação governamental em estabelecer uma cultura cívica conduziu à aproximação entre suas instituições e a vida privada da população. Nesse contexto: “A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira.”⁴¹ Os objetivos: a construção de uma nova identidade nacional e de um novo cidadão, não apenas adequado, mas partícipe deste projeto.

Para realizar tais objetivos, o governo empreendeu uma política de massas que teve na propaganda política uma de suas bases de sustentação. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, a propaganda política varguista teria atuado no sentido de estabelecer na sociedade uma nova forma de identidade: a identidade nacional coletiva, elemento fundamental da política de controle de massas, e que se posicionava em franca oposição ao individualismo e ao pluralismo das proposições liberais.⁴²

Para a introdução dos novos valores e conformação dos novos comportamentos pretendidos, o Estado Novo utilizou-se fundamentalmente do controle de três vias: os meios de comunicação, a produção cultural e as instituições educacionais. Nessa direção, o governo federal construiu um forte aparato de propaganda e controle de informações, tendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, como órgão responsável por tal empreendimento.⁴³

... o D.I.P. contava com cinco divisões. A Divisão de Divulgação, que atuava em termos de veiculação e controle do discurso; a Divisão de Radiodifusão, que comandava o maior meio de comunicação de massa do período; a Divisão de Cinema e Teatro, voltada para a vigilância de duas formas de expressão “tradicionalmente” críticas; uma Divisão de Turismo, sem muita expressão ou

⁴⁰ PARADA, Maurício. Op.cit., p.09-10

⁴¹ PARADA, Maurício. Op.cit., p.10

⁴² CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op.cit., p.221-222

⁴³ D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2000, p.38-39

*função prática; e uma Divisão de Imprensa, responsável pelo controle de informação direta disposta em jornais, revistas ou livros.*⁴⁴

O jornal, as revistas e o rádio foram largamente utilizados. Esta estratégia pode ser observada, por exemplo, nas palestras semanais realizadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, no programa “Hora do Brasil”, produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional, que utilizavam o rádio como meio privilegiado de comunicação direta com a massa trabalhadora.⁴⁵ Houve também a produção, pela imprensa oficial, de uma vasta bibliografia que cultuava a personalidade de Getúlio Vargas, inclusive com publicações infanto-juvenis. D’Araújo esclarece que:

*... a história de Getúlio era construída de maneira hagiográfica, ou seja, como se alguém estivesse contando a história de um grande líder espiritual, de um anjo, de um santo. Vargas seria veiculado junto aos jovens e às crianças como um ser superior – estratégia usada pelas políticas de culto à personalidade.*⁴⁶

Os principais alvos das campanhas “educadoras” do Estado Novo, afirma a cientista política Maria Celina D’Araújo, foram os jovens, os imigrantes e os trabalhadores.⁴⁷ A formação do caráter da juventude era considerada fundamental.

Diante da importância dos jovens no projeto governamental, a área educacional ganhou destaque, estabelecendo-se a obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica, e valorizando-se atividades que tinham forte cunho cívico, como a Educação Física, os esportes e o canto orfeônico. Nessa mesma sintonia, o discurso pedagógico e os livros escolares reforçavam valores e atitudes de amor à Pátria e de otimismo quanto ao desenvolvimento do país e ao “destino de nossa raça”.⁴⁸

Os objetivos do Ministério da Educação e Saúde (MES) transgrediam os planos formais de educação escolar e universitária, visando atingir a cultura e a sociedade, “... na implementação de normas e instituições de mobilização da juventude...”.⁴⁹ A atuação do ministro Gustavo Capanema foi intensa, abrangendo

⁴⁴ PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *O DIP e a juventude: ideologia e propaganda estatal (1939-1945)*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.7, nº14, pp.99-113. mar./ago.1987, p.101

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005, p.211

⁴⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit., 2000, p.36

⁴⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit., 2000, p.34

⁴⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit., 2000, p.23

⁴⁹ CORRÊA, Maria Letícia. O Ministério de Educação e Saúde. In. SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi & LAMARÃO, Sérgio. *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. s/d, p.231

tanto as artes plásticas, a música e o patrimônio histórico e artístico, como atividades da cultura popular, como o samba, a capoeira e o futebol.

Outro tipo de manifestação que recebeu atenção e incentivo governamental como parte da máquina de propaganda estadonovista foram os eventos cívicos. Instituiu-se inclusive um novo calendário cívico que incluía, entre outras datas comemorativas, o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia do Trabalho, o Dia da Juventude e a Semana da Independência. Cada uma dessas comemorações estabelecia público, pedagogia e temas próprios.

É fundamental observar, entretanto, que o esforço governamental de controle e conformação social não atingiu uma massa social amorfa e moldável. O historiador Francisco Carlos Palomanes Martinho, referindo-se à receptividade dos trabalhadores a estas ações, destaca que a mobilização dos mesmos em torno de Vargas relacionava-se a uma "... junção de conquistas simbólicas (direitos de cidadania) com conquistas materiais (férias, salário mínimo, previdência)...". O autor afirma que a política de propaganda só teve êxito pelo fato de ter vindo acompanhada de tais conquistas.⁵⁰

Também no caso da juventude estudantil, especialmente a universitária, constata-se que as investidas governamentais não foram recebidas de forma passiva. Desde a fundação da UNE, entidade de representação nacional dos estudantes universitários, em dezembro de 1938, o governo já demonstrava interesse em conquistar a adesão e o apoio da massa estudantil universitária, assim como em influenciar suas lideranças e controlar seus órgãos de representação. O próprio presidente Vargas mostrava-se extremamente próximo dos estudantes⁵¹. Mas se em determinados momentos os estudantes demonstraram apoio a Vargas, este apoio não excluiu a afirmação de autonomia de suas ações, nem a franca oposição a determinadas ações governamentais. Além disso, a mobilização da

⁵⁰ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Estado Novo (1937-1945): ditadura corporativa ou democracia social? In MARTINHO, F. C. P. (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2006, p.75

⁵¹ Como exemplos desta postura, citamos a audiência de Vargas aos delegados estaduais presentes no 1º Conselho Nacional de Estudantes, a presença do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, na sessão de encerramento do 2º Congresso Nacional, realizado em 1938, e também o fato de Vargas ter recebido os estudantes no palácio do Catete ao final deste mesmo evento no qual foi aclamado presidente de honra. POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro. Booklink Publicações Ltda. 2004, p. 125-131

juventude universitária tornou-se um alvo de ações e eventualmente de disputas entre o governo ou entidades por ele apoiadas e as lideranças estudantis da UNE.⁵²

Para entendermos melhor a relação ambígua que o Estado Novo estabeleceu com a sociedade civil – e especificamente com a juventude –, de um lado implementando práticas de controle, e de outro abrindo canais de expressão e manifestação, alterando substancialmente a relação público-privado, abordaremos os elementos fundamentais da política estadonovista, com destaque para a noção de “democracia social”, formulação elaborada à época pelos próprios intelectuais governistas.

1.2. A “democracia social” do Estado Novo

O Estado Novo estabeleceu um novo modelo político e econômico que tinha no governo, e não na sociedade ou no mercado, o centro decisório da nação. O Estado, de caráter intervencionista, era considerado capaz de apontar as soluções econômicas, políticas e sociais. Cabia ao governo dirigir e decidir o que seria melhor para toda a sociedade, responsabilizando-se não só pela organização da economia quanto dos próprios homens⁵³. Estabeleceu-se, assim, uma forma particular de gerir o país fundamentada num Estado forte e centralizado e marcada por:

“... desenvolvimento econômico, controle sobre trabalhadores e sindicatos, planejamento estatal, legislação social, investimentos públicos e, principalmente, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico – o que ficou conhecido como “Estado desenvolvimentista”... o Estado Vargas foi... centralizador, intervencionista, investidor e planejador. Do ponto de vista político, foi marcado pela precariedade das liberdades públicas, pelo enfraquecimento da participação popular, por entraves legais à organização e expressão de opiniões e pelo desprezo pelas instituições partidárias e parlamentares.”⁵⁴

⁵² Um exemplo deste embate ocorreu durante o 2º Congresso Nacional dos Estudantes, no qual, de forma diferente do 1º Conselho Nacional de Estudantes, os temas políticos se tornaram presentes. Em virtude de tal postura e do crescimento da popularidade da recém fundada UNE junto à massa estudantil, em pouco tempo a entidade, então alojada nas dependências da Casa do Estudante Brasileiro (CEB), viria a se indispor com a presidente desta, Ana Amélia. A CEB, apoiada financeiramente pelo governo, avessa a temáticas políticas, e não podendo suportar a perda da hegemonia junto aos estudantes, decidiu despejar a diretoria da UNE, que terminou por ocupar as instalações da CEB por apenas dois anos.

⁵³ D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*, 2004, p.9

⁵⁴ D'ARAUJO, Maria Celina. *Op.cit.*, 2004, p.10

O Estado Novo foi um período de mudanças profundas nas instituições da vida política e da administração pública. O funcionamento do sistema político e a dinâmica dos canais de acesso ao poder convergiram na direção da centralização administrativa e política, com o conseqüente fortalecimento da União sobre os estados. Com a nova Constituição, outorgada em 1937, todos os poderes passaram a concentrar-se no Executivo, que assumiu novas funções e passou a atuar em novas áreas, criando institutos e tornando-se proprietário de indústrias e empresas. Foram assumidas atribuições também nas áreas da previdência social e da organização dos sindicatos. Para atender às novas funções, o governo ampliou a estrutura burocrática através da criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

No campo econômico, delineou-se um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo desenvolvimento industrial, nacionalismo e intervencionismo estatal. Junto ao esforço de planejamento estatal, iniciou-se a formação de uma elite técnico-burocrática especializada em estudos econômicos e surgiram instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, e a Escola Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, em 1945.⁵⁵ Esta estrutura permitiu que atividades antes gerenciadas de forma setorial e regional passassem a ter uma dimensão nacional. Conselhos, comissões, autarquias e institutos tornaram-se os canais de participação dos setores industriais, agrícolas e financeiros. Além destes canais, foram criadas várias entidades de representação, como os sindicatos de trabalhadores e as organizações patronais.

Na política social do Estado Novo, o controle direto dos sindicatos pelo governo constituiu-se num fator fundamental. A legislação sindical de 1939 impunha o sindicato único para cada profissão e, da mesma forma, para cada grupo de empresas do mesmo ramo, centralizando as necessidades e os impasses de cada área num único canal de expressão⁵⁶. Em 1940, foram criados o salário mínimo e o imposto sindical e, em 1941, a Justiça do Trabalho que, além de julgar as disputas trabalhistas, tinha poder normativo para regular as relações e a organização do trabalho.⁵⁷ Em 1943, toda a legislação trabalhista até então produzida foi reunida e

⁵⁵ EARP, Fabio Sá & KORNIS, George. O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas. In. SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi & LAMARÃO, Sérgio. *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. s/d, pp.33-34

⁵⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit., 2004, p.80

⁵⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina Op.cit., 2004, p.86-87

publicada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A seguridade social crescia, com a criação de novos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), como o dos industriários (IAPI) e o dos trabalhadores em transporte e cargas (IAPTEC), ambos de 1938.⁵⁸

Segundo Maria Celina D'Araújo, o sindicalismo brasileiro inspirou-se no modelo doutrinário corporativista. A autora esclarece que “No início do século XX, a doutrina corporativista ganhava vigor em vários países do mundo e era apresentada como alternativa tanto para o capitalismo em crise quanto para o socialismo emergente.”⁵⁹ D'Araújo afirma que os teóricos do corporativismo consideravam que o capitalismo gerava não só desigualdades, mas conflitos entre as classes, ocasionando um estado de instabilidade, crises financeiras e guerras. O Estado capitalista era visto por eles como frágil e sem iniciativa, em consequência inapto para corrigir desequilíbrios na sociedade, no mercado e na produção. Quanto ao socialismo, discordavam da estatização da economia, da imposição de uma igualdade social que consideravam não existir de fato, das teses materialistas e da negação de “... valores tradicionais das culturas e religiões de cada país. A ditadura do proletariado era percebida como uma falsa solução, pois geraria novas formas de opressão e conflito.”⁶⁰ De acordo com esta corrente de pensamento, a proposta corporativa:

... buscava manter as hierarquias sociais e, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz. Para tanto, o Estado precisaria ser investido de mais poder e deveria contar com o apoio de todos. Os partidos e demais organizações políticas eram concebidos como os grandes responsáveis pelos conflitos ideológicos.

Na proposta corporativista caberia ao Estado, portanto, por intermédio de sua elite dirigente, definir novas formas de organização e de participação. Dentro dessa preocupação, julgava-se que as sociedades deveriam ser organizadas não a partir de ideologias políticas nem de interesses particulares imediatos, mas a partir dos grandes ramos de atividades econômicas.⁶¹

Sob inspiração da doutrina corporativista, mas realizando adaptações ao cenário político, econômico e social brasileiro, o Estado Novo formulou e

⁵⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina Op.cit., 2004, p.91

⁵⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Op.cit.,2004, p.78

⁶⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina Op.cit., 2004, p.78

⁶¹ D'ARAÚJO, Maria Celina Op.cit., 2004, p.78-79

fundamentou sua concepção política, tendo como base o conceito de “democracia social”.⁶²

Na “democracia social” estadonovista, a cidadania, antes definida com base nos direitos civis, passou a estruturar-se a partir dos direitos sociais, primeiramente dos direitos relativos ao trabalho. O controle e a paz social deveriam ser alcançados através da regulação das relações entre capital e trabalho, da criação de deveres e concessão de direitos, situando a questão social no campo legal.

Ângela de Castro Gomes propõe uma reflexão sobre o “lugar” que a democracia ocupou na prática e no discurso político brasileiro dos anos 1930. Para a historiadora, o antiliberalismo então vigente nacional e internacionalmente teria possibilitado ao pensamento autoritário redimensionar seu significado. Segundo a autora,

... O significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: “democracia autoritária”. O Estado brasileiro pode então se proclamar, franca e claramente, um Estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo...⁶³

Para a efetivação da “democracia autoritária”, assinala a historiadora, o Estado Novo propunha a ampliação da participação do povo, organizado em associações profissionais que, após o reconhecimento governamental, exerceriam a função de representantes dos interesses dos diferentes grupos sociais. As associações transformavam-se, assim, em instituições de direito público.

Com o objetivo de solucionar a tensão das relações entre Estado e sociedade, entre capital e trabalho, estabeleceu-se um novo arranjo institucional que recriou as relações entre o público e o privado. Instaurou-se, assim, no dizer de Ângela de Castro Gomes, o modelo corporativo estadonovista, que propunha “... muito mais uma publicização dos espaços privados de organização do que uma privatização do espaço público de tomada de decisões, embora não excluísse essa contraface.”⁶⁴

⁶² MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Op.cit.

⁶³ GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*. São Paulo, nº 65, pp.105-119, mar./maio 2005, p.107

⁶⁴ GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.113

Este novo arranjo, afirma Gomes, configurou o corporativismo estadonovista como “... bifronte⁶⁵ – estatista e privatista –, embora claramente controlado (e não apenas presidido) pelo Estado que, autoritário, impunha a eliminação da competição política entre os atores que dele participavam.”⁶⁶ Esta noção possibilitaria, segundo a autora, superar análises simplificadoras que identificam o corporativismo, particularmente no Brasil, “... como uma forma exclusiva de produção de controles sobre o privado, obscurecendo aspectos como o da abertura do espaço público à participação e o caráter sempre assimétrico desses arranjos, onde o Estado tem papel-chave.”⁶⁷

Este novo arranjo institucional e a nova cultura política que o Estado Novo objetivava “construir” tinham como base a criação, como vimos anteriormente, de uma nova identidade nacional e de um novo cidadão. A sustentação de tal projeto passava invariavelmente pela mobilização da juventude. Considerando a Constituição como um amplo plano de ação governamental, veremos no item seguinte como estavam formulados na Carta os propósitos estabelecidos pelo governo estadonovista para a juventude, assim como suas funções para com ela.

1.3. A juventude nas constituições de 1891, 1934 e 1937

Analisaremos a seguir as abordagens relativas à juventude presentes nas constituições de 1891, 1934 e 1937. Nosso objetivo será verificar os elementos fundamentais da política para os jovens apontados pela Constituição de 1937, evidenciando suas continuidades e rupturas com relação às propostas das constituições anteriores. Tal análise nos permitirá delinear o papel atribuído ao Estado na formação dos jovens brasileiros naquele momento específico.

⁶⁵ A noção de corporativismo bifronte adotada pela autora é a de Guillermo O'Donnell, que “situa o corporativismo como uma forma de representação de interesses em que o Estado possui papel fundamental, havendo sempre assimetria e caráter bifronte nos arranjos institucionalizados. Tais arranjos podem envolver não só classes sociais, como igualmente os chamados *policy takers* (receptores de políticas públicas), sendo sempre fundamental observar o tipo de regime político onde ocorrem e o grau de liberdade/competitividade entre os interesses organizados”. (O'DONNELL, Guillermo, apud GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.114).

⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.114

⁶⁷ GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.114

Para alcançarmos nosso intuito, estenderemos nossa análise para além dos artigos que tratam especificamente da juventude, acolhendo outros temas e palavras-chave que auxiliem no entendimento da política governamental aqui tratada. Nessa direção, o esforço interpretativo incluirá os tópicos família e infância, além de educação e cultura, quando direcionados ao processo formativo de crianças e jovens. Os aspectos relativos ao ensino superior também serão analisados, visando a identificação das especificidades nas propostas para os estudantes localizados deste estrato.

1.3.1. A Constituição de 1891

Na Constituição de 1891⁶⁸, nenhum artigo estabelece alguma forma de relação ou responsabilidade do Estado com relação à infância, à juventude ou à família, e nem desta última para com o Estado. As três palavras citadas ou conteúdos a elas relacionados nem mesmo aparecem no texto constitucional. No tratamento dos temas educação e cultura, há a preocupação com o desenvolvimento dos ensinos secundário e superior, mas não existem citações explícitas de sua importância para a formação da juventude. Nestas áreas, o Congresso Nacional recebeu algumas atribuições. Duas delas direcionavam-se estritamente ao Distrito Federal: a elaboração da legislação alusiva ao ensino superior e a responsabilidade, não privativa, de prover a instrução secundária⁶⁹. Duas outras responsabilidades, também não privativas, tinham alcance nacional: a criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados e o incentivo ao desenvolvimento das letras, artes e ciências⁷⁰, esta última sendo a única referência do texto à área cultural. Em

⁶⁸ A Constituição de 1891 compunha-se de 91 artigos, aos quais podemos somar outros oito artigos referentes às Disposições Transitórias. A mais concisa das constituições brasileiras apresentava cinco Títulos, divididos em Seções e estas em Capítulos. Os Títulos I, II e III tratavam respectivamente da organização federal – os três poderes –, dos estados e dos municípios. Somente no título IV - “Dos Cidadãos Brasileiros” - vemos o foco do texto direcionar-se do Estado para aqueles que são o seu motivo de existência, os cidadãos, na forma de duas seções: “Das qualidades do Cidadão Brasileiro” e “Declaração de Direitos”. O último título trata das “Disposições Gerais” e logo a seguir as “Disposições Transitórias” finalizam a Carta. BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891* (Coleção Constituições Bras. vol.2). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

⁶⁹ Constituição Brasileira 1891: art.34, item 30 e par.4º do art.35. In BALEEIRO, Aliomar. Op.cit., p.85

⁷⁰ Constituição Brasileira 1891: par. 2º e 3º do art.35. In BALEEIRO, Aliomar. Op.cit., p.85

ntoda a Constituição há apenas mais uma referência à educação, determinando que, nos estabelecimentos públicos, o ensino deveria ser obrigatoriamente leigo.⁷¹ Segundo Marinete dos Santos Silva: “A República Velha caracterizou-se pela ausência de uma política nacional em matéria de educação, reflexo da própria descentralização política que dominou a época.”⁷² Em 1926, a primeira constituição republicana foi revista, mas não houve mudanças nas temáticas aqui analisadas. As palavras infância, juventude e família continuaram fora do texto constitucional.

1.3.2. A Constituição de 1934

A Carta de 1934, entretanto, apresentou inovações importantes, notadamente na área social, com a inclusão, nas palavras de Ronaldo Poletti, “... de matérias até então consideradas não-constitucionais (p. ex. funcionários públicos, religião, família, cultura e ensino, ordem econômica e social).”⁷³ Tais mudanças foram sinalizadas logo no início dos trabalhos da comissão elaboradora do anteprojeto da Constituição⁷⁴, em uma intervenção de João Mangabeira que, segundo Poletti, marcaria o tom dos debates, demonstrando uma preocupação até então “... inédita na condução histórica dos nossos assuntos de governo. Está registrado na ata: *O Sr. João Mangabeira salienta que todas as Constituições modernas têm como orientação acabar com as desigualdades sociais. Se a Constituição brasileira não marchar na mesma direção, deixará de ser revolucionária para se tornar reacionária.*

⁷⁵ „ ⁷⁶

⁷¹ Constituição Brasileira 1891: par. 6º do art.72. In BALEEIRO, Aliomar. Op. cit., p.87

⁷² SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Editorial Livramento. São Paulo. 1980, p.17

⁷³ POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934* (Coleção Constituições Bras. vol.3). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001, p.34

⁷⁴ A subcomissão, constituída para apresentar um primeiro projeto a ser estudado pela comissão, ainda que reconhecesse a importância de alguns pontos da Constituição de 1891, decidiu não utilizá-la como documento base para a elaboração da nova constituição. Na segunda sessão da subcomissão, o Relator-Geral Carlos Maximiliano apresentou uma proposta com as linhas gerais da futura Carta e foi feita uma distribuição de temas entre os membros da subcomissão. Os temas “Família, Educação e Ordem Econômica e Social” ficaram sob encargo de José Américo, João Mangabeira e Oliveira Vianna. POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.23

⁷⁵ AZEVEDO. José Affonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição Nacional*, Belo Horizonte, 1933, p.274. APUD POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.23

⁷⁶ POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.23

A Constituição de 1934 promove mudanças claras no encaminhamento de questões relativas à infância, à juventude e à família. Esta é colocada sob a proteção especial do Estado⁷⁷, estabelece-se o amparo à maternidade e à infância e o socorro às famílias de prole numerosa. A palavra juventude aparece apenas uma vez no texto constitucional, ainda assim podemos notar tanto a preocupação governamental em proteger os jovens contra a exploração e o abandono físico, moral e intelectual⁷⁸, quanto em discipliná-los, devendo-se, para alcançar este objetivo: “g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”⁷⁹.

A temática educacional ganha importância no texto constitucional, requerendo um capítulo específico – “Da Educação e da Cultura” –, dividido em onze artigos para o detalhamento de suas determinações. Para Marinete dos Santos Silva “Pode-se afirmar perfeitamente que a nova Carta inaugurou uma política nacional em matéria educativa...”.⁸⁰ A educação é considerada um direito de todos, mas a responsabilidade de efetivar este direito caberia tanto ao poder público como à instituição familiar. O desenvolvimento moral e econômico da Nação seria uma decorrência da eficiência dessa parceria.⁸¹

A Carta propõe a uniformização do ensino em todo o território, cabendo à União o estabelecimento de diretrizes⁸² e as funções de planejar, coordenar, regular e fiscalizar o ensino em todos os níveis e em nível nacional⁸³. A difusão da instrução pública em todos os graus aparece como responsabilidade concorrente da União e dos estados.⁸⁴ Estabelece-se o ensino primário gratuito e obrigatório, extensivo aos adultos⁸⁵, a “tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário a fim de o tornar mais acessível”⁸⁶, a obrigatoriedade do ensino no idioma pátrio⁸⁷ e o ensino religioso optativo⁸⁸. Alguns artigos detalham percentuais de impostos e outras formas de garantir recursos financeiros para a educação, incluído destinações

⁷⁷ Constituição Brasileira 1934, art. 144. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.167

⁷⁸ Constituição Brasileira 1934, art. 138, itens c, d, e. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.166

⁷⁹ Constituição Brasileira 1934, art. 138, itens g. No item em questão, não há uma referência direta à infância ou à juventude, mas sua colocação ao fim do artigo, após outros itens que deles tratam fundamentalmente, nos permitiram estabelecer a ligação. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.166

⁸⁰ SILVA, Marinete dos Santos. Op.cit., p.20

⁸¹ Constituição Brasileira 1934, art.149. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁸² Constituição Brasileira 1934, art.5º, inciso XIV. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.116

⁸³ Constituição Brasileira 1934, art.150, itens a, b. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁸⁴ Constituição Brasileira 1934, art.10, inciso VI. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.120

⁸⁵ Constituição Brasileira 1934, art.150, parágrafo único, item a. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁸⁶ Constituição Brasileira 1934, art.150, parágrafo único, item b. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁸⁷ Constituição Brasileira 1934, art.150, parágrafo único, item d. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁸⁸ Constituição Brasileira 1934, art.153. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.169

específicas para o ensino em zonas rurais e para o auxílio a alunos necessitados⁸⁹. Há também uma manifesta preocupação com a questão do analfabetismo e, para combatê-lo, até mesmo empresas recebem atribuições no âmbito educacional⁹⁰. Com relação à cultura, o artigo 148 designa à União, estados e municípios, a responsabilidade de: “... favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.”⁹¹

Na esfera do ensino superior, destacam-se duas competências da União. A primeira: “determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização”; a segunda: “manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário.”⁹²

Observando-se o teor de todo o capítulo, conclui-se que a União é, em última instância, a grande responsável pelo desenvolvimento da educação nacional, detendo os encargos de suplementar “deficiências de iniciativa ou de recursos”, onde fosse necessário, e de “estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.”⁹³

1.3.3. A Constituição de 1937: cuidar e disciplinar a juventude

Já na Constituição de 1937, o direcionamento de esforços para as questões sociais, empreendido inicialmente pela Carta de 1934, especialmente os tópicos família, infância e juventude, ganham ainda mais espaço e importância.

Assim como na Constituição de 1934, a família é colocada sob a proteção especial do Estado, afirmando-se o auxílio às famílias de prole numerosa⁹⁴ e a

⁸⁹ Constituição Brasileira 1934, art.156 e 157. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.169

⁹⁰ O artigo 139 obriga empresas industriais ou agrícolas estabelecidas fora dos centros escolares que empregarem mais de cinquenta pessoas, e entre as quais – considerando seus filhos – houver dez ou mais analfabetos, a proporcionar a estes o ensino primário gratuito. Constituição Brasileira de 1934. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.166

⁹¹ Constituição Brasileira 1934, art.148. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁹² Constituição Brasileira 1934, art.150, itens b, d. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁹³ Constituição Brasileira 1934, art.150, item e. In POLETTI, Ronaldo. Op.cit., p.168

⁹⁴ Constituição Brasileira 1937, art. 124. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.102

necessidade de compartilhamento da tarefa educacional entre pais/responsáveis e o Estado. Notam-se, entretanto, duas mudanças. Uma delas relaciona-se ao cuidado que os responsáveis pela guarda e educação de crianças e jovens deveriam observar, considerando-se falta grave a submissão das mesmas a abandono moral, intelectual ou físico. Outra mudança pode ser notada no aumento do número de artigos que ressaltam os deveres do Estado para com a família, a infância e a juventude, abrangendo todo tipo de cuidado e de garantias de cumprimento de necessidades.

Através das análises de Capelato, é possível entender a importância que a família passou a ocupar nas propostas governamentais, que passam a apresentar o país como uma “grande família”. Segundo a historiadora, a identidade nacional coletiva que a política de massas do Estado Novo esforçava-se em produzir incentivava o sentimento de agregação e a ideia de pertencimento e de orgulho à própria terra, enaltecida como grandiosa e farta. Utilizavam-se mensagens com grande carga afetiva para construir a noção do Brasil (Estado, Nação, Pátria) como a família maior, formada pelo elo entre as inúmeras famílias que compartilhavam uma mesma história e cultura. A autora exemplifica tal abordagem com a lição 3 do livro “O Brasil é bom”, obra didática de propaganda governamental, que transcrevemos abaixo:

*Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar. Quando os seus membros não brigam. Quando não reina a discórdia... O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, da grande família nacional. O chefe da grande família feliz...*⁹⁵

Este “sentimento” de “nação-família” pode ser encontrado também no livro *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937*⁹⁶, que retrata em boa parte as diretrizes e pensamentos do Estado Novo⁹⁷. Em seu texto, Berford cita o também

⁹⁵ *O Brasil é bom*, DNP, 1938. APUD CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op.cit., p.267

⁹⁶ BERFORD, Alvaro Bittencourt. *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937* (síntese): (Para uso da Juventude Brasileira), 1944 (carta-prefácio de Francisco Campos). Não há dados sobre editora e local de edição. Consulta realizada na Biblioteca da FGV (341.2481 – B492e). O livro apresenta alguns dados do autor: membro do Tribunal de Apelação do Distrito Federal; Catedrático de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito de Niterói; Ex-Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

⁹⁷ No título do livro, o autor acrescenta a seguinte dedicatória/recomendação: para uso da Juventude Brasileira. Considerando que o texto foi prefaciado e aprovado por Francisco Campos, autor da constituição que serve de tema ao livro, podemos considerar que as idéias expressas na publicação retratam em boa parte as diretrizes e pensamentos do Estado Novo.

jurista Dionísio Gama⁹⁸ para estabelecer relações entre o papel da família e a valoração de uma nação:

*Dionísio Gama por sua vez, esclarece: “As grandes aglomerações de homens, conhecidas pelo nome de - nações – encontram sua origem na família. Esta é, conseqüentemente, o centro, o âmago, em uma palavra, o mais essencial e indispensável de todos os elementos, de que aquela se compõe; de modo que as nações valerão o que, por ventura, valerem as famílias. [...]”
É, destarte, a família a pedra em que se assenta a estrutura da própria sociedade, e, daí, do próprio Estado.⁹⁹*

A análise dos artigos da Constituição nos mostra que, embora a família tenha funções a cumprir no processo educacional, a Carta de 1937 transfere ao Estado uma parcela maior de responsabilidade. No artigo 15, o texto constitucional estabelece que caberia privativamente à União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”¹⁰⁰. No artigo 127: “A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.”¹⁰¹.

O Estado recebe também a tarefa de suprir aquilo que as famílias de alguma forma não ofereciam aos filhos, particularmente com relação às “deficiências e lacunas da educação particular”¹⁰² e às necessidades de crianças e jovens que tivessem sido submetidas a abandono moral, intelectual ou físico ou que fossem filhos de pais miseráveis¹⁰³. O Estado deveria não só garantir a educação, mas até mesmo a subsistência dos mais carentes. Além disso, para aqueles que não tivessem recursos para custear o ensino particular, a Nação, os Estados e os

⁹⁸ O livro de Berford não apresenta bibliografia e não indica referências que possibilitem a identificação precisa do autor citado, Dionísio Gama. Entretanto, encontramos alguns livros que, pela proximidade temática e período de publicação, seriam do autor citado e, portanto, nos serviram como indicativos para o seu reconhecimento, ainda que de forma duvidosa. Entre eles: GAMA, Affonso Dionysio. *Da Hyphoteca: teoria e pratica*. Editora Saraiva, 1921; *Tobias Barreto*. Editora Monteiro Lobato, 1925; *Código Penal Brasileiro*. Editora Saraiva, 1929; *Manual do Advogado*. Editora Saraiva, 1931; *Das Procuções*. Editora Saraiva, 1936.

⁹⁹ BERFORD, Alvaro Bittencourt. Op.cit., pp.165-166

¹⁰⁰ Constituição Brasileira 1937, art.15, inciso IX. In COSTA PORTO, Walter. *Constituições Brasileiras: 1937* (Coleção Constituições Bras. vol.4). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001, p.73

¹⁰¹ Constituição Brasileira 1937. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit

¹⁰² Constituição Brasileira 1937, art.125. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.102

¹⁰³ Constituição Brasileira 1937, art.127. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.102

Municípios deveriam fundar escolas públicas, de forma a possibilitar à infância e à juventude carente “uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.”¹⁰⁴

Nota-se também, no texto constitucional, a preocupação com a educação profissionalizante, direcionada aos mais carentes ou aos filhos do operariado. Ainda que não de forma explícita, vincula-se tal forma de ensino ao desenvolvimento econômico do país. Segundo a Constituição, o primeiro dever do Estado na esfera educacional seria “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas...”¹⁰⁵, mas caberia também às indústrias e sindicatos a criação de escolas de aprendizes para os filhos dos operários ou de seus associados.¹⁰⁶

Deve-se notar, ainda, que nos anos 1930 o analfabetismo impunha-se como um grande problema social e, ainda que atingisse todas as idades, a educação das crianças e jovens parecia ser o caminho mais indicado para sua solução. A alfabetização, ao relacionar-se com o desenvolvimento profissional individual, também se ligava ao desenvolvimento da economia nacional, como afirmava um trecho do livreto *O Brasil é bom*, na lição n.9, citado por Capelato: “O menino para ser um bom brasileiro deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz, porque não possui habilitação capaz para o exercício de muitas profissões vantajosas e sofre constantemente com a sua própria ignorância...”¹⁰⁷

Reconhecia-se que a adequada formação dos jovens teria repercussão direta sobre o desenvolvimento do país, mas esta educação não poderia depender apenas da instrução, do conhecimento técnico-profissional. Berford destacava a ligação entre a educação cívica, moral e física dos “cidadãos de amanhã” e o aumento do potencial econômico do país:

E o Estado, então, não desconhecendo que ao elemento jurídico se liga o econômico, que a sua independência e segurança dependem dos indivíduos que formam o seu povo, intervém diretamente no aprimoramento das faculdades e qualidades cívicas, morais e físicas da infância e da juventude, cidadãos de amanhã.

*Propiciando o Estado a si mesmo, pela sua intervenção direta, homens sadios de corpo e de espírito, realiza obra de mérito e garantia, aumentando o seu potencial econômico, pelo crescimento e apuramento de sua população...*¹⁰⁸

¹⁰⁴ Constituição Brasileira 1937, art.129. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.103

¹⁰⁵ Constituição Brasileira 1937, art.129. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.103

¹⁰⁶ Constituição Brasileira 1937, art.129. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit., p.103

¹⁰⁷ *O Brasil é bom*, DNP, 1938. APUD CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op.cit., p.230

¹⁰⁸ BERFORD, Alvaro Bittencourt. Op.cit., p.169

A inclusão de elementos relativos à formação cívica, moral e física sinaliza a ênfase no caráter disciplinador presente nas propostas do Estado Novo para a educação da juventude:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.¹⁰⁹

No item 15 do artigo 122, que trata do direito de manifestação do pensamento e no qual a censura prévia a uma série de meios de comunicação é implementada, novas medidas disciplinadoras para crianças e jovens aparecem sob a ideia de proteção: “A lei pode prescrever:... b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude.”

Em síntese, nota-se na Constituição de 1937 um tratamento diferenciado e uma maior importância dada à família, à infância e particularmente à juventude. Até mesmo em uma análise quantitativa a atenção direcionada aos jovens é evidenciada, pois, se na carta de 1934 a palavra juventude aparece apenas uma vez, no texto de 1937 são seis citações. As medidas de “cuidado” e “proteção” ganham mais espaço, mas é o caráter disciplinador que se apresenta como a mudança mais contrastante. Este direcionamento pode ser observado na proposta de uma educação que não se limitaria à instrução, devendo ampliar seu espectro de ação através da inclusão dos aspectos cívicos, morais e físicos.

A preocupação com a formação da juventude liga-se diretamente à nova cultura política promovida pelo Estado. Se, como ressalta Maurício Parada, a aliança do governo com os trabalhadores relacionava-se com as condições de governabilidade no presente, o papel dado aos jovens situava-se na manutenção destas mesmas condições no futuro. Segundo o autor, a inserção destes jovens no imaginário político do Estado Novo:

¹⁰⁹ Constituição Brasileira 1937. In COSTA PORTO, Walter. Op.cit

... se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada. Se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis pelas “ameaças” à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não apresentar estes desvios e vícios...¹¹⁰

1.4. A criação da Juventude Brasileira

Diferentes instâncias do governo apresentaram propostas para a organização da juventude. A diversidade encontrada nos formatos organizacionais apresentados deixa evidente a existência de distintas correntes políticas dentro do governo. Entendemos que sua análise pode auxiliar no reconhecimento do posicionamento do Estado Novo com relação às estratégias de controle social e mobilização política da juventude.

A primeira proposta foi apresentada em março de 1938 pelo ministro da justiça Francisco Campos, figura importante não só na estruturação ideológica como também nas articulações que possibilitaram o Estado Novo. O ministro era um admirador das ideias fascistas e sua proposta de “Organização Nacional da Juventude” (ONJ) seguia os modelos europeus, principalmente o alemão e o italiano, e tinha características paramilitares. Para o jurista, a entidade deveria ter um grande número de atribuições – educação cívica, moral, física, religiosa, o ensino profissional, instrução militar e assistência – e englobaria todas as instituições de educação cívica, moral ou física da mocidade, como clubes, associações, ligas, centros culturais e sociedades religiosas, que seriam incorporadas e teriam de submeter-se aos ordenamentos e à estrutura da ONJ. “A organização deveria espelhar a vida familiar e social. Deveria ser a matriz geradora de comportamentos mais afinados à nova realidade política que deveria ser encarnada no país”¹¹¹. Seu objetivo maior: “propagar a significação e a superioridade do novo regime...”¹¹².

A proposta de Francisco Campos sofreu críticas dos ministros da guerra, Eurico Gaspar Dutra, e da educação, Gustavo Capanema. Em seu parecer, Dutra

¹¹⁰ PARADA, Maurício. Op.cit., p.40-41

¹¹¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000, p.141

¹¹² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Op.cit.,p.140

concorda com a ideia de educação moral, física e intelectual da mocidade, mas critica a inadequação do projeto à realidade brasileira, já que o Brasil teria características muito distintas de Portugal, Itália e Alemanha, países que teriam servido de inspiração à proposta do ministro da justiça. Entre outras críticas, Dutra refere-se à questão do analfabetismo, afirmando que “Quando aqueles países cuidam da organização da juventude e, sobretudo, da instrução pré-militar, partem da preliminar de que essa juventude já está alfabetizada.”¹¹³ Para o ministro da guerra, não haveria sentido na realização de uma campanha cívica sem o anterior tratamento do problema com vistas à sua efetiva resolução. Dutra também considerava o projeto de Francisco Campos caro e de difícil execução, mas sua principal discordância estava no fato da ONJ exercer atribuições que deveriam ser unicamente do Exército Nacional. O ministro da guerra posicionava-se de forma enfática:

... a “Organização Nacional da Juventude” se permite dar caderneta de reservista e chega a determinar a extinção dos Tiros de Guerra e Navais, o que não consulta aos interesses da defesa nacional e vem retirar das classes armadas uma atribuição que não deve ser concedida a outrem. Só ao Exército deve caber todo o poder militar.¹¹⁴

Para Dutra, os ministérios da Educação e da Guerra deveriam elaborar juntos as normas para a educação física, cívica e instrução pré-militar. Ao invés da criação de uma nova organização, o ministro sugeria que a ONJ deveria ser constituída inicialmente por toda população escolar e que cada estabelecimento de ensino deveria se tornar uma célula da organização. Os jovens ainda analfabetos seriam incluídos na ONJ através da abertura de novas escolas.

O parecer de Gustavo Capanema¹¹⁵ sobre a proposta de Francisco Campos propõe a alteração do nome da organização para Mocidade Brasileira ou Juventude Brasileira, considera excessivo o número de atribuições da organização e concorda com as observações de Dutra quanto ao custo elevado e ao caráter excessivamente militar do projeto. Segundo o ministro da educação e saúde, no projeto de Campos:

¹¹³ Arquivo Gustavo Capanema. 38.08.09. série g, r: 51 fot 762b. CPDOC-FGV (Anexo 2 – parecer do general Eurico Gaspar Dutra sobre a proposta de Francisco Campos de constituição da “Organização Nacional da Juventude”)

¹¹⁴ Arquivo Gustavo Capanema. 38.09.19. série g, r: 51 fot 816. CPDOC-FGV

¹¹⁵ Arquivo Gustavo Capanema. 38.09.19. série g, r: 51 fot 815a-821b. CPDOC-FGV (Anexo 3 – parecer do ministro Gustavo Capanema sobre a proposta de Francisco Campos de constituição da “Organização Nacional da Juventude”)

“A juventude de oito a 18 anos passa a constituir uma tropa rigorosamente enquadrada, com um aparelhamento, uma disciplina, um método, uma atitude em tudo militares. Não acredito que tal organização seja aplaudida em nosso meio.”¹¹⁶ Outro problema, para Capanema, seria a duplicação organizacional, já que haveria inevitáveis conflitos da ONJ com os ministérios da Educação e Saúde e da Guerra, nos terrenos relativos à educação, à instrução militar, além da saúde e da assistência social. Segundo o ministro, “... a Organização Nacional da Juventude deve ser uma instituição, não separada do Ministério da Educação e a ele paralela, mas incluída na sua estrutura, como um de seus serviços.”¹¹⁷ Em sua proposta, que terminaria por ser adotada pelo governo, Capanema segue o modelo da Mocidade Portuguesa, sugerindo que os objetivos da Juventude Brasileira deveriam ser apenas a educação física e a educação moral e cívica.

Outros projetos de organização da juventude apareceriam antes que a Juventude Brasileira fosse efetivamente criada. Em dezembro de 1938, o ministro da guerra envia à presidência da República um projeto de decreto-lei de autoria do general José Meira de Vasconcelos, com parecer favorável do Estado-maior do Exército, no qual propõe que a Juventude Brasileira tenha como objetivo essencial a formação e a orientação cívica da mocidade, nos moldes do “escoteirismo” de Baden Powel. Bomeny afirma que, contrariamente à militarização dos jovens em uma nova instituição com atribuições semelhantes às do Exército, em uma configuração competitiva, o projeto de Vasconcelos possibilitaria a formação de futuros cidadãos-soldados que reforçariam a autoridade da instituição militar.¹¹⁸

A historiadora Angélica Müller, em pesquisa realizada no Arquivo Gustavo Capanema¹¹⁹, constatou que o Museu Histórico Nacional e a Associação de Escoteiros do Brasil também analisaram o projeto de Francisco Campos e encaminharam suas reflexões a Vargas. O parecer do Museu foi enviado em 29 de setembro de 1939, já a Associação de Escoteiros teria se pronunciado algumas vezes, sugerindo, em documento de 27 de março de 1939, que a Juventude

¹¹⁶ Arquivo Gustavo Capanema 38.08.09. p.2. pasta 1-3. série g. CPDOC-FGV

¹¹⁷ Arquivo Gustavo Capanema, 38.09.19, p.7. CPDOC-FGV

¹¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Op.cit.,p.147-148. A informação sobre o projeto de decreto-lei de autoria do general José Meira de Vasconcelos, foi obtida, segundo Bomeny, no Arquivo do Exército, nas minutas de correspondência do ministro da Guerra de dezembro de 1938.

¹¹⁹ Arquivo GC 38.08.09 série g, r:52 fot 142. CPDOC/FGV.

Brasileira deveria ser formada nos moldes do escotismo e, no ano seguinte, que a organização deveria enquadrar-se no escotismo, ou o escotismo nela.¹²⁰

Os projetos se sucedem, e é fácil ver como a ideia de que seria possível criar no Brasil, pela via de um decreto presidencial, as formas paralelas de poder que caracterizavam na Europa as milícias fascistas, foi pouco a pouco sendo transformada em um movimento cívico-educativo bem menos virulento, onde a dinâmica da mobilização miliciana era substituída por atividades tais como o enaltecimento às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais...¹²¹

A Juventude Brasileira é instituída pelo decreto-lei 2.072, de 8 de março de 1940, englobando a juventude escolar brasileira e tendo como objetivo o culto a pátria. O decreto, que estabelece a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, exclui o conteúdo militarizante presente na proposta de Francisco Campos. Desta forma,

... a Juventude Brasileira se limitaria, daí por diante, ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso. A entrada no Brasil na guerra ao lado dos Aliados seria a pá de cal que levaria à extinção do projeto já natimorto de uma organização fascista da juventude no Brasil só prolongado um pouco mais pela inércia da burocracia. Em agosto de 1944 Capanema propunha a extinção do quadro de funcionários da secretaria-geral da Juventude Brasileira, e a incorporação de seus funcionários à Divisão de Educação Física, o que é feito pelo Decreto no 17.889, de 26 de agosto de 1945.¹²²

¹²⁰ MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005, p.21

¹²¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Op.cit.,p.147

¹²² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. Op.cit.,p.150

2. A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UNE

2.1. Estudantes universitários no Estado Novo: breve caracterização

As políticas para a juventude ocuparam um espaço destacado nas ações governamentais estadonovistas. Mauricio Parada ressalta que a governabilidade no presente conjugava-se à política trabalhista, mas a sustentação do regime no futuro via nos jovens o seu objeto. “O jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado, ao mesmo tempo em que se tornava um avalista das possibilidades de futuro planejadas pelos dirigentes políticos do regime.”¹²³

Dentre os jovens, os estudantes universitários compunham um grupo particularmente importante para os objetivos governamentais, pois destinado a formar a elite dirigente do país. Gustavo Capanema, ministro da Educação durante o Estado Novo afirmava que:

*A elite que precisamos formar... será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da vida intelectual das letras e das artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação.*¹²⁴

Se o discurso de Capanema afirmava que a elite que o Estado Novo necessitava ainda estava por constituir-se, e que sua função seria “organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação”, a fala de Vargas, citada abaixo, complementa os postulados do ministro da Educação, ao definir claramente que caberia à educação superior a constituição desta elite dirigente:

¹²³ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009, p.41.

¹²⁴ Entrevista não publicada, concedida provavelmente em 1934 pelo ministro Gustavo Capanema à Agência Meridional Ltda. (Diários Associados). Apud. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000, p.221

... A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. **Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá no futuro a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.**¹²⁵ (grifo nosso)

O acesso à educação superior era incontestavelmente privilégio de uma elite, como indica o cenário geral da educação brasileira no ano de 1927 – já relativamente próximos da Revolução de 1930 – descrito pelo educador Anísio Teixeira. Destacamos no texto (grifo nosso) o reduzido grupo de alunos que fazia parte deste seletivo grupo:

*Para dar idéia das proporções desse ensino bastará indicar as matrículas globais em 1927: no ensino primário, para uma população em idade escolar estimada em 4.700.000, encontravam-se nas escolas cerca de 1.780.000; no secundário, para uma população em idade escolar de 4.350.000, o número de alunos não excedia de 52.500; no ensino técnico-profissional, os alunos atingiam a cifra de 42.000; e **no superior, em todo o País, estudavam cerca de 12.500.***

*Como se vê, a educação escolar existente não penetrava profundamente nenhuma grande camada popular e se caracterizava perfeitamente como uma educação da elite, eufemismo pelo qual significamos o fato da educação não atingir senão os filhos de pais em boa situação econômica na sociedade*¹²⁶

O autor completa:

*Antes de 30, o sistema educacional da elite brasileira, como já acentuamos, era um sistema particular de ensino secundário, de caráter acadêmico e intelectualista, com veleidades de imitação do sistema francês de ensino, seguido das grandes escolas de profissões liberais, estas, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia uma certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes poucos alunos se dirigir às escolas normais e técnico-profissionais, estas mantidas, em sua quase totalidade, pelo poder público e, portanto, gratuitas. Com estas escolas, por dizê-lo, populares, o Estado reconciliava a sua consciência democrática, ferida pela gratuidade do ensino superior, destinado quase exclusivamente à elite.*¹²⁷

A Segunda República trouxe de fato modificações no quadro da educação superior, com o surgimento de novas instituições de ensino, a criação de universidades (e a preferência pelo sistema universitário) e o aumento do número de vagas nos cursos superiores, ainda que o aumento do número de estudantes nas

¹²⁵ VARGAS, Getúlio. *Do manifesto à nação* (junho de 1934). APUD BRITO, José Domingos de. *O pensamento vivo de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Martin Claret Editores. 1990, p.88

¹²⁶ TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957, p.3-29. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>

¹²⁷ TEIXEIRA, Anísio. Op. cit., p.03-29

escolas superiores tenha sido pouco expressivo, elevando-se apenas de vinte e um mil para vinte e sete mil o número de alunos matriculados.¹²⁸

As modificações mais substanciais, entretanto, podem ser notadas nas normatizações e na criação de instâncias de fiscalização e controle do ensino superior pelo governo federal. Primeiramente a criação do próprio Ministério da Educação e Saúde Pública, logo no início do Governo Provisório (1930-1934), em novembro de 1930. A seguir, em 1931, a aprovação por Francisco Campos, titular da pasta citada, do Estatuto das Universidades Brasileiras, documento que prescrevia a competência do governo federal para o controle do ensino superior. Mesmo com as mudanças implementadas pelo governo federal ao longo do Governo Provisório, do Governo Constitucionalista (1934-1937) e do Estado Novo, e ainda que a classe média em expansão estivesse pressionando as instituições governamentais para a ampliação do número de vagas, a educação superior continuou sendo um privilégio.

Para um aluno ingressar numa universidade, muitas dificuldades deveriam ser superadas. Começando pelo processo de admissão, o já citado Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 exigia a aprovação em exame vestibular, além de outros requisitos constantes do artigo 81 do título VIII do documento:

*I, certificado do curso secundário fundamental de cinco anos, ou deste e de um curso ginásial superior, com a adaptação didática, neste último, aos cursos consecutivos; II. idade mínima, conforme o certificado do curso secundário exigido, de 15 ou 17 anos; III. Prova de identidade; IV. prova de sanidade; V. prova de idoneidade moral; VI, pagamento das taxas exigidas.*¹²⁹

Mas os obstáculos para quem desejava cursar uma faculdade eram ainda maiores, pois não bastava ser aprovado no vestibular e cumprir as cláusulas listadas acima. O passo seguinte para o futuro aluno seria obter uma nota alta o bastante para incluí-lo no número de vagas fixadas. Após transpor todas estas barreiras, havia o obstáculo econômico, que poucos tinham condições de superar. Os cursos eram pagos e, mesmo nos estabelecimentos oficiais, cobravam-se taxas de inscrição em exame vestibular, de matrícula, para emissão de certidões de

¹²⁸ CUNHA L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.232.

¹²⁹ FÁVERO, Maria de L. A. *Universidade & Poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro. Editora Achiamé, 1980, p. 165.

frequência, para a realização de exames, transferências, expedição de diplomas, entre outras.¹³⁰

Como consequência, os jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais elevados, cuja formação educacional e convívio social haviam propiciado um considerável capital cultural, terminavam por conquistar de forma majoritária as poucas vagas disponíveis. O curioso relato de Irun Sant'Anna, àquela época estudante do curso de medicina, traz informações esclarecedoras sobre “quem” era o estudante universitário dos anos 1930:

... Mais do que hoje, os estudantes de nível superior eram todos de famílias ricas. Já naquela época existia a concessão para que 10% dos estudantes das escolas oficiais, e naquele tempo quase todas as escolas eram oficiais e com taxa caríssima, tivessem o direito de participar gratuitamente, fazendo uma declaração, que é mais ou menos o que existe hoje, de que “devo não nego, pago quando tiver”. Ninguém pagava nada e não sei se pagou depois. Eu só estou tocando nesse assunto porque fiz parte disso. Fiz todo o curso de medicina nessa base, do “devo não nego, pago quando tiver”. Todo o curso, os seis anos. Agora, o pessoal era tão bem aquinhado, que os 10% a que os pobres tinham direito nunca foram cobertos. Era menos de 10% que fazia essa declaração de miserabilidade. O pessoal todo era filho de professor, filho de pessoal de nível econômico elevado. Eu tinha colegas, posso citar um deles que já faleceu, mas muito conhecido, o Ozolando Machado, que tinha o pai tão rico que todo ano dava a ele um carro zero quilômetro, importado. Esse é um dos detalhes folclóricos que eu quero contar. Eu saía com o Ozolando, que era fechadíssimo, para arranjar garotas, porque, naquele carrão, qual era a garota que resistia a dois pilantras.¹³¹

A narrativa do brasileiro John W. F. Dulles apresenta outras informações que auxiliam nosso esforço de caracterização dos estudantes de nível superior de meados da década de 1930. Tomando como base entrevistas com ex-alunos, dados de anuários e listas de formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, o autor assinala que “[em] uma típica turma... com cerca de duzentos alunos, poderiam talvez ser encontrados seis jovens mulheres e um ou dois negros.” Dulles acrescenta que muito poucos estudantes de Direito eram provenientes de famílias do operariado e que mais da metade dos alunos tinham empregos – em jornais, para o governo do Estado ou lecionando em escolas secundárias – para “... ajudá-los nas despesas e nos duzentos mil-réis da taxa de matrícula anual...”.¹³²

¹³⁰ CUNHA L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1983, p. 16

¹³¹ Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irun Sant'Anna em 14/10/2004, p.03 e 04. Disponível em: www.mme.org.br.

¹³² DULLES, John W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. São Paulo: EDUSP, 1984. (Coleção Brasil século 20), p.80 e 81

Outro relato de Dulles nos permite concluir que uma parcela significativa do corpo de estudantes universitários pertencia a famílias influentes no cenário político. Segundo o autor, "... consta que o presidente Getúlio Vargas, ao ver a lista parcial dos membros da *Bucha*, mostrada por Ademar de Barros ao final da década de 30, disse ao interventor em São Paulo: Não se pode governar o Brasil sem essa gente."¹³³ A Bucha era uma sociedade secreta estudantil criada na Faculdade de Direito de São Paulo. A organização, para o político Carlos Lacerda, "... esteve para a história da República como a Maçonaria para a da Independência...", e sua influência seria tão forte que: "Ao que parece... o único Presidente da República civil, até Washington Luís, que não foi da Bucha, parece ter sido Epiácio Pessoa, presidente por acidente, presidente para evitar o Rui Barbosa. Todos os demais passaram por ela."¹³⁴

Observamos, portanto, a partir das palavras de Irun Sant'Anna e John Dulles, que os estudantes universitários detinham um *status* social elevado e não por acaso, como analisaremos a seguir, viriam a receber um tratamento bastante peculiar das instâncias governamentais.

2.2. Governo e estudantes universitários: respeito, cooptação e aliciamento

O perfil dos estudantes de nível superior nos permite entender determinadas iniciativas dos órgãos governamentais que denotam esforços de aproximação e busca de cumplicidade com os primeiros. Desta forma, se o tratamento dispensado pelas instâncias governamentais aos estudantes universitários mostrava-se em alguns momentos apenas respeitoso ou amigável, em outros se revelava francamente preocupado com a conquista de sua adesão ideológica. No extremo, este tratamento chegava a revestir-se de um caráter aliciador.

Para exemplificar este comportamento, nos apropriamos novamente das palavras de John Dulles acerca dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo:

¹³³ DULLES, John W. F. Op. cit., p.26

¹³⁴ LACERDA, CARLOS. *Depoimento*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978, p.87 e 88

Os governos estadual e federal tinham boas razões para procurarem o apoio dos estudantes e ambos conquistavam a boa vontade destes ao financiar viagens, ou caravanas, de grupos estudantis. As autoridades do governo estadual de São Paulo em posição de oferecer favores e empregos eram geralmente acusadas de influenciar o resultado das eleições no Centro Onze de Agosto [Centro Acadêmico da Faculdade de Direito]. Um dos meios mais eficazes que o Estado possuía para fazer isso era fornecer passagens ferroviárias grátis para estudantes que moravam fora da cidade de São Paulo (cerca de 30% do corpo discente da Faculdade de Direito). Estes vinham do interior do Estado e de outros Estados, principalmente do sul de Minas Gerais¹³⁵

A aproximação de membros do governo também se dava nas solenidades de abertura e encerramento dos congressos nacionais da União Nacional dos Estudantes e em outros eventos estudantis, como nos Jogos Universitários Brasileiros, nas posses de novas diretorias dos Diretórios Centrais de Estudantes e mesmo de Diretórios Acadêmicos de faculdades. A presença de autoridades políticas e militares era frequente – os últimos principalmente após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial –, indicando que entre estes havia a preocupação de conquistar a simpatia e o apoio dos jovens universitários.

Esta relação pode ser ilustrada pela notícia abaixo, veiculada pelo jornal *Correio da Manhã*, acerca da posse do diretório do curso de Belas Artes da Universidade do Brasil:

Em sessão solene realizada ontem no salão nobre da Escola nacional de Belas Artes, sob a presidência do Sr. Leal Costa, representante do ministro da Educação, tomaram posse os membros no novo diretório acadêmico daquele estabelecimento de ensino. Estiveram presentes numerosos estudantes da Universidade do Brasil e pessoas de representação, tendo falado em nome da diretoria eleita o acadêmico Hugo Leite, e, encerrando a sessão, o Sr. Leal Costa que agradeceu em nome do ministro Capanema...¹³⁶

Também consideramos digno de nota o relato do mesmo jornal sobre a solenidade de reabertura das aulas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. A “aula inaugural” dos dias atuais, denominada à época de “oração de sapiência”, recebeu a presença de um número surpreendente de autoridades e assim transcorreu:

A cerimônia, presidida pelo professor Ary Azevedo Franco, teve a presença do representante do presidente da República, capitão aviador Carlos Alberto Ferreira

¹³⁵ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 81

¹³⁶ Correio da Manhã, 27 de maio de 1943, p.09

*Lopes, dos representantes dos ministérios do Trabalho, Justiça, Marinha, além de outras personalidades, entre as quais se achavam o ministro Valdemar Falcão, Sr. Cesário de Andrade, presidente do Conselho Nacional de Educação, representantes do diretor geral do DIP, procurador geral da fazenda, ministro Aaulfo de Paiva, inspetor federal, Antonio Carlos de Andrade Sobrinho, professor Pedro Palmeira, da faculdade de Direito do Recife.*¹³⁷

Até mesmo o presidente da República mantinha uma relação “amistosa” com os estudantes, mantendo-se extremamente próximo dos mesmos. Havia um nítido interesse de sua parte em conquistar a adesão e o apoio da massa estudantil universitária e de seus representantes. Como exemplos desta postura, podemos citar a audiência de Vargas aos delegados estaduais presentes no 1º Conselho Nacional de Estudantes, a presença do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, presidindo a sessão de encerramento do II Congresso Nacional de Estudantes, realizado em 1938, e também o fato de Vargas ter recebido os estudantes no palácio do Catete ao final deste mesmo evento.

Deve-se notar ainda que não havia uniformidade na conduta do governo federal com relação aos estudantes universitários, já que estes estavam submetidos às investidas políticas de dois grupos antagônicos. Segundo Edgard Carone, no ministério formado após a decretação do Estado Novo, de um lado estavam posicionados:

*... os partidários de um regime mais duro, policial e fascistóide, e que são contra a entrada do Brasil na guerra: é o Exército de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, mesmo que nesse momento existam oficiais antifascistas e liberais; é o chefe da Polícia, Filinto Müller; é o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Do outro lado, praticamente sozinho a favor das democracias, está o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Este tem que lutar para defender suas ideias, fazer a aproximação Estados Unidos-Brasil e manter política equidistante do Eixo.*¹³⁸

A disputa de poder entre os dois grupos, assim como o cenário político internacional, influenciava a relação com os universitários. Poerner, referindo-se aos posicionamentos políticos que antecederam a passeata anti-totalitária de quatro de julho de 1942, sinaliza o apoio aos estudantes – e de certa forma aos discursos pró-democracia – dado pelo ministro da Fazenda, Artur Souza Costa e, nos níveis municipal e estadual, do prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, e do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto, genro do

¹³⁷ Correio da Manhã, 16 de março de 1944, p.02

¹³⁸ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo. DIFEL Difusão Editorial S.A., p.106

presidente Getúlio Vargas. Cita ainda a existência de “alguns poucos aliados” no Exército, como os generais Manuel Rabelo e Heitor Borges. O autor completa:

Convenhamos que isso representava apenas uma pequena força, se comparada com a do governo a que deveria fazer frente, cuja maioria se inclinava, nitidamente, a favor do Eixo, atraída pelas vitórias nazistas na guerra e, sem dúvida, por elementos da Ação Integralista Brasileira, que integravam a Marinha de Guerra, exerciam influência no Exército e contavam com a conivência do aparelho policial, adestrado por Filinto Müller.¹³⁹

Ainda com referência às relações estudantes universitários/governo federal, destacamos as informações obtidas pelo jornalista Arthur Poerner relativas à disputa eleitoral para a presidência da UNE durante o 5º Congresso Nacional de Estudantes, realizado em setembro de 1942. Deve-se ressaltar que o pleito decorreu sob a influência de um cenário político conturbado. A declaração de guerra aos países do Eixo feita pelo governo brasileiro no mês anterior acentuou as dissensões e a disputa entre as diferentes correntes políticas presentes na entidade, implicando inclusive a interferência de figuras centrais do governo federal no processo eleitoral estudantil.

No 5º CNE, dois candidatos disputavam a diretoria da UNE: Sebastião Pinheiro Chagas, da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, e Hélio de Almeida, ex-presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil. Segundo Poerner, Pinheiro Chagas recebeu o apoio do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra e do ministro da Educação, Gustavo Capanema, e teve sua campanha realizada por Carlos Roberto Aguiar Moreira e Antônio Augusto de Vasconcelos.¹⁴⁰ O candidato tinha também o apoio da bancada de Minas, exceto Simão Viana da Cunha Pereira, e paradoxalmente, da bancada gaúcha, com exceção da Faculdade de Direito de Porto Alegre. O segundo candidato, Hélio de Almeida, recebeu o apoio do presidente da UNE, Luís Pinheiro Paes Leme, do

¹³⁹ POERNER, Arthur. Op. cit., p.145 e 146

¹⁴⁰ O primeiro –, que viria a se tornar secretário particular de Dutra na presidência da República –, presidia o Caco (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro), núcleo estudantil que se opunha à diretoria que então comandava a UNE. O segundo, Antônio Augusto de Vasconcelos, futuro promotor e advogado –, que viria a atuar, inclusive, no escritório de Osvaldo Aranha – era uma jovem milionário do Rio de Janeiro. POERNER, Arthur. Op. cit., p.152 e 153. José Talarico, em depoimento ao CPDOC, relata que durante a citada campanha eleitoral, Antônio Augusto de Vasconcelos “... todas as noites oferecia lugares nos cassinos Atlântico e da Urca para os eleitores do seu candidato. Na época, aquilo era uma coisa deslumbrante! Jantar na Urca era algo fora de série!”. FREIRE, Américo (coord.). *José Talarico* – depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1998, p. 35

influyente Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo e do ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha.¹⁴¹

Poerner assinala que a bancada de São Paulo, de forma geral, ainda não havia aderido a nenhum dos dois candidatos e:

... Somente às vésperas do pleito, após uma visita à residência do chanceler Osvaldo Aranha, no Flamengo, aquela maioria indefinida da bancada paulista assegurou seu apoio a Hélio de Almeida, que passou a contar, maciçamente, com as representações do Distrito Federal, Bahia, Estado do Rio e São Paulo... uma diferença de 12 concretizou a vitória dos que tinham conduzido as campanhas memoráveis contra o Eixo.¹⁴²

2.3. Governo e estudantes universitários: a repressão abrandada

A preocupação do governo em obter o apoio político dos estudantes universitários e a boa condição socioeconômica dos mesmos parecem ter sido os elementos responsáveis por uma relação bastante particular destes com a estrutura repressiva estadonovista. A repressão, que se intensificou com a decretação do Estado Novo, parece tê-los atingido de forma diferenciada, pode-se dizer abrandada, principalmente se a compararmos ao tratamento dado aos trabalhadores.

Segundo o então militante comunista Gregório Bezerra¹⁴³, que teve o irmão José Bezerra assassinado pela repressão desencadeada após o Levante Comunista de 1935, "... No Estado Novo quem mais sofreu foi a classe operária, porque naquele tempo bacharel era preso e não era torturado."¹⁴⁴ Tudo indica que os estudantes, em seus cursos universitários, poderiam ser incluídos na fala de Bezerra no que se aplica aos bacharéis.

¹⁴¹ POERNER, Arthur. Op. cit., p.152 e 153

¹⁴² FREIRE, Américo. Op. cit., p.35 e 36; POERNER, Arthur. Op. cit., p.152 e 153

¹⁴³ Gregório Bezerra foi sargento de infantaria do Exército e, transferido para Recife, ligou-se ao Partido Comunista em 1927. Participou da Revolução de 1930 junto à Aliança Liberal, combateu os paulistas em 1932 e participou do Levante de 1935. Foi deputado constituinte pelo PC em 1945, tendo o mandato cassado no início de 1948. Foi preso em 1964 e libertado em 1969, junto com outros 14 prisioneiros políticos, no episódio do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Foi anistiado em 1979. LIMA, Valentina da Rocha (org.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1986, p.287

¹⁴⁴ LIMA, Valentina da Rocha (org.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1986, p.140

Estudantes presos por atividades consideradas subversivas eram costumeiramente soltos após contatos com membros do governo, o que indicava uma relação muito próxima entre estes e aqueles. Segundo Maria Paula Araujo: “Algumas lideranças estudantis, notoriamente ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, com frequência eram presas pela polícia política de Getúlio... em seguida, pela intervenção direta de Vargas a pedido de outros estudantes, libertadas.”¹⁴⁵

Dado curioso, e bastante significativo, para dimensionar a proximidade governo/estudantes e explicar parcialmente o tratamento peculiar recebido pelos universitários das instâncias governamentais, era a presença atuante de dois dos filhos de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, junto à direção da UNE. Euclides Aranha e Osvaldo Aranha Filho participaram, por exemplo, como importantes colaboradores da passeata anti-Eixo realizada no dia quatro de julho de 1942.¹⁴⁶ A colaboração de Euclides Aranha aparece também no depoimento de José Talarico:

Embora getulista, sempre procurei defender os companheiros quando, por algum motivo, eram cerceados de seus direitos. Por exemplo, Wagner Cavalcanti, comunista, foi preso várias vezes por Filinto Müller, e Luís Pinheiro Paes Leme, presidente da UNE, teve duas prisões. Em todas essas oportunidades, ao lado de Euclides Aranha, atuei junto ao ministro da Educação e ao dr. Getúlio para que fossem postos em liberdade. Minha atuação era nesse sentido.¹⁴⁷ (grifo nosso)

Assim, nota-se que a soltura do cárcere depois de pedidos e negociações com o governo era frequente. Além disso, mesmo quando os acadêmicos eram presos, eles costumavam ser mantidos em grandes celas e, de forma geral, recebiam um bom tratamento.

Podemos dizer que foi esta a situação vivida por Roberto Costa de Abreu Sodré, ainda que em sua narrativa possamos notar elementos de tortura psicológica. O então estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, principal núcleo estudantil de oposição à Vargas durante o Estado Novo, relata, em seu livro *No espelho do tempo: meio século de política*, como foi sua experiência na prisão, junto com o também colega de curso Germinal Feijó, em uma cela localizada no porão do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP):

¹⁴⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op.cit., p.40

¹⁴⁶ POERNER, Op. cit., p. 147

¹⁴⁷ FREIRE, Américo. Op. cit., p. 36

*Havia somente uma lâmpada constantemente acesa, de tal maneira que só podíamos saber se era dia ou noite pelo barulho dos trens na estação vizinha. Os trens diurnos e noturnos e as manobras das composições de carga eram os nossos relógios.*¹⁴⁸

As palavras de Viviane Teresinha dos Santos e Maria Luiza Tucci Carneiro – no livro *Inventário DEOPS módulo II – estudantes: os subversivos das arcadas* –, nos oferecem mais detalhes sobre a vivência do estudante e o cotidiano da prisão:

*Abreu Sodré relembra que os estudantes “fichados” no DEOPS costumavam ser convocados a depor a qualquer hora do dia e, às vezes, de madrugada. Abreu Sodré nunca foi torturado ou agredido fisicamente, mas confirmou que em diferentes momentos pôde ouvir gritos de dor e desespero vindos dos subterrâneos do DEOPS/SP.*¹⁴⁹

Deve-se, entretanto, fazer uma ressalva à noção de repressão abrandada. Mesmo que de forma geral a repressão aos estudantes tenha sido menos intensa, encontramos inúmeros depoimentos que revelam sua ocorrência, citando-se, inclusive, casos de extrema violência e gravidade, com estudantes mantidos em celas solitárias¹⁵⁰, descrições de espancamentos¹⁵¹ e outras situações de tortura física e psicológica.

Sendo assim, ainda que o historiador John W. F. Dulles corrobore a assertiva de que os estudantes presos geralmente eram bem tratados, e acrescenta que os carcereiros chegavam até mesmo a agir de forma “paternal”, ele esclarece que em determinadas situações, especialmente durante os interrogatórios, o tratamento se modificava. [Os carcereiros] “... às vezes não mostravam tanta consideração. Lenício Pacheco Ferreira¹⁵², estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, relembra interrogatórios, no início de novembro de 1943, acompanhados de socos na cabeça e nos ouvidos.”¹⁵³, ocorrência semelhante à vivida por Gabriel Cesário Cury que

¹⁴⁸ ABREU SODRÉ, Roberto Costa de. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo. Editora Best Seller, 1965, p.301. APUD CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS – Módulo II – Estudantes: Os subversivos das arcadas*. São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 1999, p.29

¹⁴⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS – Módulo II – Estudantes: Os subversivos das arcadas*. São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 1999, p.30

¹⁵⁰ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 265

¹⁵¹ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 257 a 261

¹⁵² Lenício Pacheco Ferreira era acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Op. cit., p.132

¹⁵³ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 263

recebeu socos na cabeça para confessar onde um manifesto anti-Estado Novo que ajudara a elaborar havia sido mimeografado.¹⁵⁴

Caso ainda mais dramático ocorreu no dia nove de novembro de 1943, durante a “Passeata do Silêncio”, quando a Polícia Especial “abriu fogo” contra os integrantes da manifestação anti-Estado Novo, ainda que esta já estivesse praticamente encerrada. Além do grande número de pessoas agredidas e baleadas, a maioria delas estudantes, o conflito teve duas vítimas fatais, uma senhora italiana de 65 anos e um jovem comerciante, Jaime da Silva Teles.¹⁵⁵

Deve-se notar, por conseguinte, que o tratamento recebido pelos estudantes universitários dos órgãos governamentais ao longo do Estado Novo, ainda que tivesse a particularidade do abrandamento, também esteve sujeito a oscilações, já que a conduta repressiva se relacionava diretamente com o cenário político nacional e internacional e com o jogo de forças em disputa dentro do governo e das próprias organizações estudantis.

2.4. UNE e governo federal: tutela x autonomia

Se o governo mantinha uma relação próxima com os estudantes universitários, procurando conquistar não só a simpatia, como também a adesão destes às suas pretensões, os estudantes, por seu turno, também demonstravam interesse em manter boas relações com o primeiro. No II Congresso Nacional de Estudantes, por exemplo, Vargas foi aclamado presidente de honra, os interventores estaduais receberam o título de componentes da Comissão de Honra e os ministros de Estado e reitores, o de membros honorários do encontro.¹⁵⁶

A aproximação com as instâncias governamentais, entretanto, não excluía a sistemática afirmação de autonomia das ações estudantis. A monografia *Organização da Juventude Universitária*, escrita em junho de 1940 e apresentada por Antônio Franca, - “... grande batalhador pela criação da UNE, da qual seria o

¹⁵⁴ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 315

¹⁵⁵ DULLES, John W. F. Op.cit., p. 278-281

¹⁵⁶ POERNER, Arthur. Op. cit., p.127

secretário-geral e figura principal nos três primeiros anos...”¹⁵⁷ –, no concurso para técnico em educação, ressalta a ambigüidade da relação que a UNE mantinha com o governo, solicitando sua “tutela”, mas exigindo autonomia. Nas conclusões do documento, diz Franca:

1ª – Sem o auxílio e a tutela governamental não é possível criar, na atual situação brasileira, uma organização que preste eficiente assistência à juventude universitária e coordene suas atividades extraescolares, no gênero que apresentamos, com funcionamento regular e eficaz.

2ª – Sem que seja garantida aos universitários a autonomia política e administrativa de suas organizações, não será possível fazer com que os mesmos aceitem uma organização centralizada. (Veja-se resolução do 2º Congresso Nacional de Estudantes).

3ª – A assistência governamental à organização da juventude universitária brasileira deverá ser ministrada por um órgão técnico, ligado ao Departamento Nacional de Educação... cuja função será assistir ao funcionamento da UNE... sem intervir na direção da mesma...”¹⁵⁸

A questão tutelar aparece também nos pedidos de reconhecimento oficial da entidade feitas pela UNE ao governo federal. No “Plano de sugestões para reforma educacional aprovado no II Congresso Nacional de Estudantes” (1938), na quinta seção, “Organizações Extra-Escolares”, afirma o item três que: “3) a UNE deverá ser oficialmente reconhecida, tendo, entretanto, garantida a sua completa autonomia educacional e administrativa.”¹⁵⁹

No congresso seguinte, o terceiro, realizado em 1939, a nova diretoria encaminhou a Vargas, no dia mesmo em que foi eleita, um ofício solicitando o reconhecimento da entidade, e uma verba anual de trinta contos de reis para a realização anual de seu Conselho¹⁶⁰. Entretanto, os inúmeros pedidos dos estudantes pelo reconhecimento governamental somente viriam a ser atendidos em 1942, com o Decreto-lei nº 4.105.¹⁶¹

Notamos, portanto, que, ainda que a autonomia não fosse negociável, a UNE solicitava não só o amparo econômico como a própria aprovação governamental, inserindo-se na “cultura estatista” que, segundo Ferreira & Delgado –

¹⁵⁷ POERNER, Arthur. Op. cit., p.129

¹⁵⁸ Arquivo GC 38.04.18 série g, r: 50 fot. 520. CPDOC/FGV

¹⁵⁹ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. São Paulo: DCE-livre da USP Alexandre Vannuchi Leme; Guaraná, 1979, p.11

¹⁶⁰ Arquivo GC 38.04.18 série g, r.52 fot 416. CPDOC/FGV

¹⁶¹ POERNER, Arthur. Op cit., p.123.

citados por Angélica Müller¹⁶² –, tinha como base um Estado forte e centralizado que dirigia a vida política, econômica e patrocinava a construção da cidadania social.¹⁶³

O próprio Estado, ao almejar uma administração em moldes corporativistas, possibilitava e mesmo estimulava a incorporação de novos atores à esfera pública através de sua organização em associações profissionais. Para levar a efeito esta política, tornava-se necessário o reconhecimento oficial destas associações, para que assim pudessem funcionar como canais de “... vocalização dos interesses de um determinado grupo social.”¹⁶⁴

No mundo do trabalho, a estratégia governamental reconheceu oficialmente apenas um sindicato de cada profissão e, da mesma forma, um único sindicato de cada grupo de empresas do mesmo ramo, centralizando as necessidades e os impasses de cada área num único canal de expressão.¹⁶⁵

Desta forma, os sindicatos foram transformados em órgãos privados com funções públicas, subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que regulava a rede de sindicatos formada por organizações municipais, federações estaduais e confederações no nível federal. Estruturava-se, assim, uma forma vertical de organização, de cima para baixo, onde cada indivíduo era visto como uma parte do Estado, membro de uma única organização que iria compor a máquina estatal.¹⁶⁶

Este modelo sindical conjugava-se a um conjunto de estratégias governamentais de controle e “pacificação” social que tinha como objetivo específico o fim dos conflitos entre capital e trabalho. No entanto, ao mesmo tempo em que os sindicatos eram reconhecidos como instrumentos de organização, criavam-se restrições à sua atuação reivindicatória e de mobilização.¹⁶⁷

No projeto político estadonovista, a União Nacional dos Estudantes, assim como todas as instituições sociais, políticas, econômicas e culturais, deveriam ser tuteladas e, em última instância, controladas pelo Estado, segundo fundamentalmente o mesmo modelo proposto para os sindicatos. Tal prática,

¹⁶² MÜLLER, Angélica. Op. cit., p. 40

¹⁶³ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011 (4ª edição), v.2, p.9

¹⁶⁴ GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista da USP*, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005, p.113

¹⁶⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo. Editora Moderna Ltda. 2004, p.80

¹⁶⁶ D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., 2004, p.80

¹⁶⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., 2004, p.81

todavia, parece ter se realizado de forma mais plena apenas nas próprias relações trabalhistas, tendo obtido êxitos parciais em outras instâncias de atuação governamental.

Podemos situar o reconhecimento da UNE pelo governo, em 1942, como parte deste processo de tutela/controlado estatal. Sendo assim, não há dúvidas que instituições de âmbito privado, como os sindicatos – fossem eles do operariado ou patronais – ou os órgãos de representação estudantil, participaram desta nova forma de relacionar-se com o poder público – de inspiração corporativista –, proposta ou imposta pelo governo estadonovista, que priorizava a publicização dos espaços privados de organização, mas que deixava algum espaço à privatização do espaço público de tomada de decisões. Foi este formato que possibilitou a Ângela de Castro Gomes definir a prática política do Estado Novo como um “corporativismo bifronte”, ao mesmo tempo estatista e privatista, configurando, deste modo, um estado que se preocupava em controlar o universo das organizações privadas, mas que, por outro lado, e ainda que de forma assimétrica, abria espaços à sua participação.¹⁶⁸

Desta maneira, o controle das instituições/organizações sociais pelo governo, assim como o próprio poder político do Estado Novo, deve ser relativizado. Ainda que os partidos políticos estivessem impedidos de atuar, a arena política não estava submetida unicamente aos ditames governamentais. Em primeiro lugar porque, como bem lembrou o advogado e político pernambucano José da Costa Porto, “Tinha havido uma coisa curiosa: o golpe de 10 de novembro [havia acabado] com a política, mas não podia acabar com as lideranças políticas.”¹⁶⁹ Em segundo lugar, outros organismos políticos, as “associações de natureza política”, atuando sob diferentes formatos, como associações profissionais, científicas, cívicas, culturais e estudantis, como a própria União Nacional dos Estudantes, podiam interferir de forma significativa nos rumos da política.

O historiador Jean-Pierre Rioux esclarece que o termo “associação de natureza política” refere-se a uma estrutura organizacional que engloba um grande número de organizações, como ligas e grupos de interesse, que têm como objetivo

¹⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. Op.cit., p.113 e 114

¹⁶⁹ Depoimento de José da Costa Porto à equipe coordenada pela historiadora Valentina da Rocha Lima do CPDOC/GFV. In: LIMA, Valentina da Rocha. Op. cit., p.135

exercer influência sobre os processos políticos e eleitorais, mas que se diferenciam dos partidos políticos.¹⁷⁰

...organizações que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de “sistema” político.¹⁷¹

Abordando os motivos que explicam o desenvolvimento associativo, Rioux cita Émile Durkheim. Para o último, o associativismo é a expressão de um processo de complicação social que tem como uma de suas características a ampliação da atuação coletiva. Neste processo, esta última se estenderia a novos domínios, como o lazer, a educação, a cultura e a assistência social.¹⁷²

Entendemos que existem pontos de encontro entre a análise de Jean-Pierre Rioux sobre a atuação das associações políticas e as proposições do corporativismo bifronte estadonovista descrito por Ângela de Castro Gomes. Um ponto fundamental abordado por ambos os autores é a interpenetração entre os âmbitos de atuação dos organismos públicos e privados e a consequente reciprocidade de influências – ainda que possa haver variações de grau substanciais na interferência de uns sobre os outros.

Entretanto, mesmo considerando esta “mão dupla” na qual as associações poderiam ter acesso ao poder público e exercer influência sobre ele, Rioux, coloca em questão o nível de autonomia das associações políticas: “A diversificação dos papéis deixados à associação será resultado de uma aspiração autonomista da sociedade civil que assumiria a gestão de seus novos interesses, ou será o preço de um reforço do controle social sobre o indivíduo...?”¹⁷³ O pesquisador esclarece que não há uma definição clara acerca dos papéis desempenhados por uma associação. A mesma poderia servir tanto para estruturar como para desestruturar o sistema político, “... Uma vez que, ao mesmo tempo, se opõe e participa, presta serviços e defende ideais, substitui o setor público enfraquecido e exerce contrapoderes...”¹⁷⁴

¹⁷⁰ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.99-100.

¹⁷¹ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.103

¹⁷² RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.119

¹⁷³ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.119

¹⁷⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.120

As relações da UNE com o poder governamental durante o Estado Novo coadunam-se com tal assertiva. Aparentes contradições como autonomia e tutela, colaboração e questionamento estiveram frequentemente presentes nas negociações, ainda que com pesos diferentes, dependendo da conjuntura política e da importância e características das questões debatidas.

2.5. A UNE e a autonomia relativa de uma associação política

Pensar a autonomia de uma associação política é uma questão bastante complicada, já que a mesma atua numa rede de interações múltiplas, conectada de formas variadas às instâncias governamentais, partidos políticos e outras organizações e associações políticas, complexificando qualquer avaliação que objetive determinar os níveis de influência de uma organização/instituição sobre outra.

No caso do Movimento Estudantil, tanto antes como depois da fundação da UNE, diferentes posicionamentos e influências políticas podem ser identificados. Para Edgard Carone, entre 1930 e 1937, a principal influência sobre o ME foi dos comunistas e, em escala variável, do movimento integralista e do conservadorismo oligárquico. Já durante o Estado Novo, segundo o autor, o espectro ideológico passou a compor-se de conservadores pertencentes às oligarquias tradicionais, de liberais, socialistas e comunistas, mas o fundamental, neste período, foi a “exclusão do integralismo – identificado com o Nazismo e a Quinta Coluna, isto é, a espionagem fascista, – e a predominância dos liberais e comunistas à frente dos acontecimentos estudantis.”¹⁷⁵

Carone destaca também que, desde o início dos anos 1930, passou a existir “uma ligação direta entre partido e representação universitária”.¹⁷⁶ Sobre esta relação, destacamos as análises de Valérie Lafont, que revelam a indissociabilidade entre a atividade associativa e a atividade política partidária. Assim, “Loin de vouloir séparer le champ politique du champ social et du champ culturel, ces organisations

¹⁷⁵ CARONE, Edgard. *A luta contra o Estado Novo*. Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Vol. 2. São Paulo. 1977, p.99 a 103

¹⁷⁶ CARONE, Edgard. Op. cit., p. 102

partisanes visent à ancrer leur stratégie politique et leur mode d'organisation interne au coeur du social.”¹⁷⁷

Sobre as funções das associações relativamente aos partidos políticos, Lafont tece considerações acerca dos partidos de extrema direita franceses que podem ser estendidas aos partidos políticos de forma geral. A autora afirma que:

*Les associations ont, d'une part, une fonction organisationnelle: elles servent Le recrutement et l'entretien des réseaux constitutifs de la 'mouvance' et sont indispensables au maintien des liens politiques dans le temps. Elles ont, d'autre part, une fonction politique: développer et diffuser les idées, et créer les moyens d'une influence sociale selon des modèles de société clairement définies à l'extrême droite...*¹⁷⁸

Lafont esclarece ainda que as associações se relacionam com os partidos políticos de variadas formas. Algumas se ligam diretamente a um partido, numa relação de dependência, outras podem coexistir de forma mais ou menos próxima de um partido e mesmo relacionar-se com mais de um partido, organização política e com outras associações, formando redes de relações, onde se estabelecem níveis de identificação variável e vínculos de ordem cultural, religiosa ou “meta-política”.

Corroborando as análises de Valérie Lafont, verificamos que o fortalecimento do processo associativo que possibilitará a fundação da UNE em 1938 está diretamente relacionado à intensificação da participação de militantes do Partido Comunista nos diretórios acadêmicos estudantis nos anos que precedem a fundação da entidade e sua constituição como associação política. Irun Sant’Anna conta que, após o Levante Comunista de 1935, o partido decidiu dissolver a União da Juventude Comunista (UJC), da qual ele fazia parte, dando uma nova orientação aos jovens militantes do partido e direcionando-os para espaços de caráter associativo, mais especificamente para os diretórios estudantis:

¹⁷⁷ Tradução: “Longe de querer separar o campo político dos campos social e cultural, essas organizações partidárias procuram ancorar a sua estratégia político-partidária e seu modo de organização interna no coração do social.” LAFONT, Valérie. Lien politique et lien social: la vie associative et l'engagement au Front National. In: ANDRIEU, Claire; LE BÉGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (Dirs.). *Associations et champ politique: loi 1901 à l'épreuve du siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne. 2001, p. 419

¹⁷⁸ Tradução: “As associações têm, por um lado, uma função organizacional: servem para o recrutamento e manutenção de redes que constituem o ‘movimento’ e são indispensáveis para sustentar as conexões políticas ao longo do tempo. Elas têm, por outro lado, uma função política: desenvolver e disseminar ideias, e criar maneiras de influenciar a sociedade de acordo com os modelos de sociedade definidos pela extrema direita...” LAFONT, Valérie. Op. cit., p.420

... perguntamos ao assistente: "E o que é que nós vamos fazer?"... Ele disse: "Vão para os órgãos de vocês. Vão pra lá. Vão para os Diretórios." Porque tinha o Diretório... Era antigo já. Resultado: em 1936, 1937, o Partido mandava ou tinha militante atuando em todos os Diretórios do país. Nós cumprimos a regra e fomos pra lá. Então, tomamos muitos... Naquele tempo, tinha uma importância enorme o chamado Centro Onze de Agosto, em São Paulo. Nós conseguimos... Isso era da granfinagem, ultragranfinagem de São Paulo. Só tinha rico no Centro Onze de Agosto. E isso era, vamos dizer, a cabeça estudantil no Brasil, o Centro Onze de Agosto. Pois até lá nós conseguimos influenciar. Então, quando o Partido disse "vão pros diretórios", nós fomos e aconteceu isso. Em princípio de 1937, mais ou menos, nós já participávamos de todos os Diretórios, principalmente aqui no Rio, onde nós mandávamos inteiramente e na Bahia... Até no Acre acho que nós tínhamos representantes.¹⁷⁹

É fundamental notar que neste período o Partido Comunista se encontrava cassado. Em consequência, a utilização da via associativa como canal de manifestação apresentava-se não só como a atitude possível, mas também como a mais consequente. Pode-se verificar, por conseguinte, a consonância da estratégia então adotada pelo partido com as apreciações de Valérie Lafont, para a qual a constituição de uma rede associativa vigorosa adquire maior importância em períodos nos quais faltam oportunidades políticas, notavelmente em situações desfavoráveis à manifestação e a toda sorte de expressão¹⁸⁰, como ocorreu durante o Estado Novo.

Nestas condições, lembramos que os estudantes universitários, de forma geral, e seus órgãos de representação, especialmente a UNE, recebiam um tratamento bastante característico das instâncias governamentais, o que lhes permitiu um espaço de manifestação política consideravelmente amplo, num período onde tais ações era controladas e reprimidas com violência.

Tais particularidades permitiram à UNE expressar-se sob a forma de uma associação política que, utilizando as palavras da historiadora Angélica Müller, exerceu o papel de:

... "escoadouro" dos ideais de partidos e entidades que não puderam ter presença durante grande parte do Estado Novo. A entidade estudantil serviria, dessa maneira, para externar opiniões de grupos a ela ligados, mas que por impedimento oficial ou não, não podiam expor-se publicamente, caso do próprio Partido Comunista e dos estudantes secundaristas...¹⁸¹

¹⁷⁹ Entrevista de Irum Sant'Anna concedida ao site da Fundação Dinarco Reis (PCB). Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=22:entrevista-irun-santanna&catid=5:entrevistas-com-a-historia

¹⁸⁰ LAFONT, Valérie. Op. cit., p.422

¹⁸¹ MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa

Ainda com relação à atuação das associações políticas, deve-se ressaltar que nos períodos de crise, como o que precedeu a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e o que se seguiu, de questionamento da estrutura autoritária do Estado Novo, suas ações se tornam ainda mais vigorosas, como de fato aconteceu com a União Nacional dos Estudantes nos momentos citados. Na citação abaixo, Jean-Pierre Rioux destaca este processo de intensificação do ativismo associativo nos “... tempos de ruptura do consenso republicano e crise sociocultural.”.

...Esta concordância de tempos de dificuldades e de associacionismo vigilante e subversivo é demasiado gritante para que não se conclua que, na falta de respostas coerentes do sistema político a súbitas inquietações coletivas, na esperança ou na premência de renovar as cláusulas do contrato republicano, as associações servem de caixa de ressonância e laboratório de ideias, de fusíveis que, fundindo-se, assinalam as panes de inspiração e os curtos-circuitos do político.¹⁸²

A seguir, analisaremos a história da UNE desde os prenúncios de sua fundação até sua plena institucionalização como associação política capaz de interferir na política nacional, evidenciando seu papel de “... escoadouro dos ideais de partidos e entidades que não puderam ter presença durante o Estado Novo...” e a importância de sua atuação em “... tempos de ruptura do consenso republicano e crise sociocultural”.

2.6. A fundação da UNE - prólogo

Segundo Poerner, a atuação política juvenil e estudantil brasileira no período colonial e até os anos 1880 se caracterizou pela ausência de organização coletiva e pela participação de apenas uma pequena parcela de jovens da classe média e das elites econômicas. No período posterior, que se estende até a década de 1930, delinear-se tentativas de organização coletiva, com destaque para os movimentos abolicionista e republicano. A fase seguinte, marcada pela atuação coletiva

de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005, p. 122-123

¹⁸² RIOUX, Jean-Pierre. Op.cit., p.121

organizada, se inicia, para o autor, em 1937, ano que considera como sendo o de fundação da UNE, e no qual o ME teria adquirido unidade nacional, superando tentativas anteriores de agregação que não tiveram êxito por sua curta duração ou por seu caráter apenas local.¹⁸³

Existem discordâncias, entretanto, sobre a data de fundação da União Nacional dos Estudantes, principalmente em virtude das relações de relativa subordinação que parte do Movimento Estudantil manteve no ano de 1937 em relação à Casa do Estudante do Brasil (CEB), entidade sem fins lucrativos fundada em 1929, cujas ações restringiam-se à assistência social ao estudante e a atividades de cooperação e intercâmbio cultural e que excluía categoricamente o debate de temas políticos.

É digna de nota a contradição que se observa entre a exclusão do debate político propugnada pela Casa do Estudante e a manifestação pitoresca que de certa forma lhe deu origem. José Talarico relata, em depoimento que, no ano de 1929, diante da crise internacional e de uma situação interna de desemprego e miséria, o governo patrocinou o Concurso Mundial de Beleza, no Rio de Janeiro. Quando as participantes foram a São Paulo, os estudantes fizeram uma passeata de protesto, com “misses” fantasiadas em carros de lixo conduzidos por burros. Talarico relembra: “Eu mesmo fui miss Portugal, me chamava Fernanda e tinha um enorme bacalhau nas costas. É claro que fomos presos pela política, o que acabou nos transformando em heróis...”. Talarico conta que os estudantes do Rio de Janeiro também protestaram, elegendo uma Miss Acadêmica. Para ocupar o posto nomearam uma figura de destaque na sociedade, Ana Amélia Carneiro de Mendonça –, poeta, *socialite* e mulher do historiador e goleiro do Fluminense e da seleção Marcos Carneiro de Mendonça¹⁸⁴, – que “... Lisonjeada com a escolha... acaba fundando a Casa do Estudante do Brasil, que se propunha a receber o estudante pobre que vinha de outro Estado, dando-lhe a ajuda necessária...”¹⁸⁵

O médico Irun Sant’Anna – membro do antigo Partido Comunista do Brasil (PCB), ex-integrante da Casa do Estudante e seu delegado no I Conselho Nacional de Estudantes, acrescenta que:

¹⁸³ POERNER, Arthur. Op cit., p.119-120

¹⁸⁴ POERNER, Arthur. Op cit., p.123.

¹⁸⁵ BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p.12

Inicialmente, a entidade não tinha nenhum papel de dirigir os estudantes, mas era uma Casa que pretendia ajudar os estudantes a estudar. Então, nos anos 1930, ela se instala no Largo da Carioca, num prédio com três ou quatro andares. No primeiro andar, ela botou um bandejão, que custava exatamente um real, uma moeda da época. E praticamente todos os estudantes pobres passaram a freqüentar o restaurante. Havia também os clandestinos, que diziam que eram estudantes e iam comer lá, porque onde é que iam encontrar, no Rio de Janeiro, comida boa por aquele preço?... Esse bandejão tinha um movimento extraordinário. No andar de cima, tinha a instalação da diretoria da Casa do Estudante que, como eu disse, não exercia nenhum papel dirigente ou reivindicador dos estudantes, mas tinha uma comunicação muito grande nacional e mundial. Ela tinha uma Secretaria de Comunicação Nacional e Internacional, e tinha junto algumas entidades estudantis como a Federação Atlética dos Estudantes. Essa Federação Atlética também existia muito ligada a Ana Amélia.¹⁸⁶

Com o passar dos anos, Ana Amélia parece almejar uma atuação mais ampla para a organização. Para tanto, convoca, em agosto de 1937, às vésperas do Estado Novo, o I Conselho Nacional de Estudantes (CNE). O objetivo da CEB ao convocar o I CNE era participar dos congressos da *Confederation Internationale des Etudiant*, sediada em Bruxelas – após convite realizado por dois estudantes poloneses que visitaram a instituição em 1932 – e atender às determinações de seu próprio estatuto, convocando e elegendo “... uma diretoria para o seu ‘Conselho Nacional de Estudantes’, com o que pretendia fazer-se representar internacionalmente como a União Nacional dos Estudantes.”¹⁸⁷

Para a historiadora Maria Paula Araújo, os propósitos da CEB estavam em sintonia com os objetivos governamentais de organização da juventude, e esta conjugação de interesses seria responsável pelas doações substanciais que a entidade auferia do governo federal. Assim:

*O projeto de criação de uma União Nacional dos Estudantes, às vésperas do Estado Novo e sob a chancela do Ministério da Educação, tinha o propósito político de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força deste segmento social que começava a se expandir.
... Para muitos, o objetivo do apoio ministerial era, justamente, a criação de uma entidade despolitizada que permitisse o controle, por parte do governo, dos estudantes...¹⁸⁸*

Por outro lado, Irun Sant’Anna, mesmo reconhecendo a estreita relação entre a Casa do Estudante e o presidente Getúlio Vargas, não caracteriza esta ligação como um posicionamento da instituição a serviço da política governamental.

¹⁸⁶ Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irun Sant’Anna em 14/10/2004, p.04. Disponível em: www.mme.org.br.

¹⁸⁷ MEMOREX: elementos para uma história da UNE, p.08.

¹⁸⁸ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p.24.

Segundo Sant'Anna, a organização apoiava o presidente, mas não houve "... nenhuma manifestação política em que a Casa do Estudante entrasse diretamente [nos planos do governo]. A Casa do Estudante nem fez parte do projeto cultural de Getúlio. Foi algo independente, mas apoiado pelo Getúlio."¹⁸⁹

Houvesse ou não um objetivo político por parte do governo, era inegável sua proximidade com a organização estudantil. O próprio Irun Sant'Anna assinala que a relação governo/CEB:

Era muito, muito, muito intensa. Já no início da revolução varguista, da vitória da revolução varguista, houve aquele ridículo, esse negócio de tentar pagar a dívida externa com o pessoal dando as suas jóias, doando os bens, as obras de arte. E, nessa vez, foi intensíssima a participação da sociedade no sentido de pagar a dívida externa, um negócio totalmente ridículo. Foi feito e resultou que as doações atingiram, na época, nível de mais de um milhão da moeda corrente e o Getúlio pega esse dinheiro e doa para a Ana Amélia, para a Casa do Estudante do Brasil. Então, a Casa do Estudante do Brasil ficou uma entidade – ao contrário de todas as outras entidades, que nascem sempre com pouco dinheiro – que conseguiu ter muito dinheiro logo do início da sua formação. Getúlio deu oficialmente esse dinheiro para ela. Então, ela não teve problemas econômicos para manter a Casa do Estudante do Brasil.¹⁹⁰

Ainda que não tenhamos certezas acerca da atuação política do governo sobre a iniciativa em si e os objetivos da Casa do Estudante quando da realização do I Conselho Nacional de Estudantes em agosto de 1937, no Rio de Janeiro¹⁹¹, podemos constatar que, neste primeiro ano, o conselho funcionou como um órgão da CEB e, como tal, também se absteve da discussão de temas políticos.

Este é um dos motivos da discordância de Irun Sant'Anna quanto à data de fundação da entidade, ao afirmar que os comunistas constituíram a UNE em 1938, no intuito de fugir da influência de Ana Amélia e, assim, criar uma entidade que, além de cuidar dos interesses dos estudantes, também atuasse política e democraticamente pelos interesses nacionais.¹⁹² Para o militante comunista:

Em agosto de 1937, o que houve foi uma tentativa de evitar a UNE, é a anti-UNE por excelência. A reunião do Conselho Nacional dos Estudantes é a posição anti-UNE. A UNE nasceu no encerramento do II Congresso Nacional de Estudantes,

¹⁸⁹ Notas de entrevista de Irun Sant'Anna, de 4 de agosto de 2004, p.5. Apud MÜLLER, Angelica. Op. cit., p.27

¹⁹⁰ Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irun Sant'Anna em 14/10/2004, p.05. Disponível em: www.mme.org.br.

¹⁹¹ POERNER, Arthur. Op cit., p.123.

¹⁹² Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irun Sant'Anna em 14/10/2004, p.05-07. Disponível em: www.mme.org.br.

*no dia 22 de dezembro de 1938, ali é que ela nasceu. Aquele, em 1937, não. Foi uma tentativa da permanência da Ana Amélia à frente do Movimento Estudantil.*¹⁹³

Além disso, esclarece a historiadora Angélica Müller, a própria denominação UNE “... aparece somente no II Congresso quando, em reunião, o CNE propõe a criação da entidade UNE como a de representação máxima dos estudantes...”¹⁹⁴

Outra importante questão foi elucidada pelo depoimento de Irum Sant’Anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil¹⁹⁵. Segundo a memória do depoente, o congresso de 1938 recebeu a denominação de segundo, pois um primeiro congresso havia sido realizado no ano de 1910, e não em função do 1º Conselho Nacional de Estudantes (1937) “comandado” pela CEB. Sant’Anna relata:

*... o I Congresso Nacional dos Estudantes chamou-se II Congresso porque... nós tivemos que atender ao irmão do prefeito indicado pelo Getúlio, que era o Henrique Dodsworth... nos chamou... e disse: “Olha, se vocês denominarem esse Congresso Nacional dos Estudantes de primeiro, eu vou processar vocês, porque em 1910 nós realizamos um Congresso Nacional dos Estudantes, e esse é o primeiro, é o nosso, o de vocês só pode ser o segundo”. E nós concordamos imediatamente, naquela dificuldade de formar a União Nacional dos Estudantes, em pleno Estado Novo, nós íamos discutir com o irmão do prefeito nomeado pelo Getúlio? Cedemos na mesma hora. Então, não há dúvida, nosso congresso é o segundo. Agora, não sabíamos é que ia dar essa confusão danada que deu. Ele é o segundo, mas não é o segundo de fato, ele é o primeiro. O primeiro foi em 1910, mas para formar a UNE ele seria o primeiro congresso.*¹⁹⁶

Baseado na memória de Irum Sant’Anna e na documentação pesquisada pela historiadora Angélica Müller no arquivo Gustavo Capanema, consideramos que a fundação da UNE ocorreu em dezembro de 1938, pouco mais de um ano após a decretação do Estado Novo em novembro de 1937.

O discurso de Osvaldino Marques no IV Congresso Nacional de Estudantes que, logo após a abertura do evento pelo ministro Gustavo Capanema, falou em nome da diretoria da UNE, sintetiza tal posicionamento e afirma o significado do congresso de 1938:

¹⁹³ Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irum Sant’Anna em 14/10/2004, p.06. Disponível em: www.mme.org.br.

¹⁹⁴ MÜLLER, Angelica. Op. cit., p.42.

¹⁹⁵ A já citada historiadora Angélica Müller foi coordenadora técnica do Projeto Memória do Movimento Estudantil.

¹⁹⁶ Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irum Sant’Anna em 14/10/2004, p.06. Disponível em: www.mme.org.br. O I Congresso Nacional de Estudantes realizado em São Paulo, em 1910, é também citado por Poerner. (POERNER. Op.cit., p.125).

... somente em 1938 foi possível concretizar o ideal máximo da mocidade brasileira – o conagraçamento de todas as organizações estudantis numa só que coordenasse e imprimisse harmonia aos nossos propósitos... corporificando nossos maiores anseios. E para essa grandiosa missão foi fundada a UNE.¹⁹⁷

2.7. A fundação e institucionalização da UNE

O I Conselho Nacional de Estudantes, realizado em agosto de 1937, no Rio de Janeiro, sob as diretrizes da Casa do Estudante do Brasil, teve como marca distintiva a proibição da discussão de temas políticos, seguindo a proposta encaminhada à mesa logo na primeira plenária pelo conselheiro Mário Ribeiro, representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, que foi subscrita por quase todos os delegados presentes.¹⁹⁸

Nele, cinco teses foram debatidas: A cooperação intelectual do estudante, quer no terreno nacional, quer no terreno internacional; exame da situação do estudante: suas necessidades e meios de satisfazê-las; estudo da vida acadêmica: análise e inquérito; viagens de intercâmbio universitário e esporte universitário. Além das teses, o Conselho aprovou a formação de uma Comissão de Imprensa e elaborou um projeto a ser dirigido ao Poder Legislativo, no qual solicitava a admissão de um representante dos estudantes no Conselho Nacional de Educação.¹⁹⁹

Contudo, a principal realização parece ter sido a elaboração dos estatutos da UNE que, entre outras decisões, determinaram a reunião anual do Conselho Nacional “... em sessão plena, em pontos alternados do país, com representantes de todas as associações acadêmicas nacionais”, tendo “... por finalidade principal a representação oficial dos estudantes brasileiros.”²⁰⁰ Assinalava-se, portanto, a criação de um novo órgão que, a partir do ano seguinte, viria a intitular-se Congresso Nacional dos Estudantes.

A diretoria eleita pelo I Conselho Nacional de Estudantes teve como presidente José Raimundo Soares, delegado do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, e seu mandato foi exercido entre agosto de

¹⁹⁷ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.16

¹⁹⁸ POERNER, Arthur. Op cit., p.123-124

¹⁹⁹ *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1937, p. 03; 17 de agosto de 1937, p. 06

²⁰⁰ *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1937, p.06

1937 e dezembro de 1938.²⁰¹ Na bibliografia consultada, entretanto, não encontramos dados relativos às atividades e realizações da diretoria em questão.

O I CNE, para Irun Sant'Anna, além de seu caráter apolítico, não foi de fato representativo, pois sua base de realização centrou-se "... quase que unicamente nos diretórios estudantis de Minas Gerais..."²⁰². A realização da assembleia estudantil, segundo Sant'Anna, foi uma tentativa de Ana Amélia, presidente vitalícia da CEB, de não perder a direção do Movimento Estudantil, já que a organização dos estudantes comunistas, inclusive dentro da própria Casa do Estudante progredia de forma vigorosa.

Segundo Poerner, Ana Amélia, declarada presidente vitalícia da CEB em 1933, mantinha a entidade submetida a uma estrutura organizacional personalizada, onde o poder decisório dependia essencialmente de suas determinações. "Essa estrutura de poder não atraía, evidentemente, as simpatias dos estudantes, cujos representantes, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos, se achavam, além do mais, em permanente minoria nos Conselhos Patrimonial e Consultivo."²⁰³

Irun Sant'Anna, citado pela historiadora Angélica Müller, ressalta que estudantes que militavam no PCB começaram a ocupar a Casa do Estudante: "... onde tivesse lugar, se tivesse lugar de varredor, o Partido botava alguém lá. Então ela [Ana Amélia] ficou cercada de comunistas..."²⁰⁴. Clothilde Cavalcanti integrou-se na correspondência nacional e o próprio Irun, que estudava medicina, tornou-se chefe do ambulatório:

*Estava nascendo essa oposição a Ana Amélia da nossa parte, mas habilmente não discutíamos isso com ela, mas ela sentia. Então, Ana Amélia sentiu que iria ser organizada uma entidade nacional de estudantes, e como ela tinha no estatuto um tal Conselho Nacional de Estudantes (...) tratou de chamar os estudantes ligados à sua base na época, talvez por causa da Igreja Católica (...) do Estado de Minas (...). Ela chamou esse pessoal que fez em 1937 o Conselho Nacional de Estudantes para impedir que houvesse uma organização independente.*²⁰⁵

Mas o êxito da estratégia de Ana Amélia no I CNE não se repetiu durante o II Congresso Nacional de Estudantes.

²⁰¹ POERNER, Arthur. Op cit., p.124 e 125.

²⁰² Projeto Memória do Movimento Estudantil. Entrevista realizada com Irun Sant'Anna em 14/10/2004, p.04. Disponível em: www.mme.org.br.

²⁰³ POERNER, Arthur. Op cit., p.133

²⁰⁴ Notas de entrevista de Irun Sant'Anna, de 4 de agosto de 2004. p. 6. Apud MÜLLER, Angelica. Op. cit., p.28

²⁰⁵ Notas de entrevista de Irun Sant'Anna, de 4 de agosto de 2004. p. 6. Apud MÜLLER, Angelica. Op. cit., p.28

O II Congresso, iniciado no dia cinco de dezembro de 1938, com a presença de cerca de 80 associações estudantis, teve sua sessão de abertura realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro com a presença, além dos estudantes, de muitos professores e de um representante do ministro da Educação.²⁰⁶

O Estado Novo já estava estabelecido há cerca de um ano, mas as relações entre estudantes e governo eram “amistosas”, como indica a aclamação de Vargas como presidente de honra do congresso.²⁰⁷

No evento estudantil foram debatidas 60 teses ao longo de 13 plenárias, abrangendo tanto temas específicos da vida estudantil, como também relativos a problemas nacionais. As conclusões foram resumidas no documento *Plano de sugestões para reforma educacional*, dividido em cinco sessões, com os seguintes títulos: 1º Solução para o problema educacional; 2º Solução para o problema econômico do estudante; 3º Reforma dos objetivos gerais do sistema educacional no sentido da unidade e da continuidade; 4º Reforma Universitária; e 5º Organizações Extra-Ecolares.²⁰⁸

A quinta sessão do documento tratava de questões relativas à organização dos estudantes e da União Nacional dos Estudantes em particular e dividia-se em cinco partes. As três primeiras tratavam de pontos gerais: o reconhecimento da UNE como a entidade máxima de representação estudantil, sua função de defesa dos direitos e aspirações dos estudantes e a necessidade de seu reconhecimento oficial pelo governo, exigindo-se, todavia, a garantia de autonomia educacional e administrativa.²⁰⁹

A quarta parte da sessão, a mais extensa e dividida em cinco sub-itens, é fundamental para entendermos o papel político que a UNE pretendia assumir. Nela, a organização afirma sua posição de liderança sobre as outras entidades estudantis, determinando funções próprias para cada uma delas:

- 4) *A UNE exercerá suas atividades através de seus organismos dirigentes, dos seus departamentos e dos centros e associações nela representados:*
- a) *Cabe aos diretórios das escolas ou centros substitutivos a estes, fundamentalmente, reivindicar medidas de caráter econômico e escolar.*
 - b) *Cabe às Casas do Estudante e associações congêneres promover a assistência aos estudantes através dos seus departamentos médico-hospitalares, dentários,*

²⁰⁶ POERNER, Arthur. Op cit., p.127.

²⁰⁷ POERNER, Arthur. Op cit., p.127.

²⁰⁸ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.09-11 (Anexo 4 – Plano de sugestões para reforma educacional – documento do 2º Congresso Nacional de Estudantes -1938)

²⁰⁹ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.11

jurídicos, bolsas, bureau de empregos, biblioteca, residência para estudantes necessitados, assim como a publicidade das atividades e das realizações estudantinas.

c) Cabe às associações ou federações esportivas a organização de competições diversas, como sejam, olimpíadas, etc.

d) Cabe às organizações científicas, artísticas ou literárias incentivar a cultura e promover a sua difusão, através da realização de conferências, espetáculos teatrais, mostras de arte, conjuntos musicais, etc., na cidade e no campo.

e) Cabe às organizações universitárias femininas a defesa dos interesses peculiares à mulher estudante.²¹⁰

Ainda que a UNE fosse um órgão fundamentalmente de representação dos universitários, a quinta parte da sessão determinava a criação de um departamento secundário responsável pela unificação dos estudantes dos cursos ginásial, comercial e técnico profissional²¹¹, evidenciando ainda mais o caráter abrangente da entidade desde seus primeiros momentos de formação.

Deste modo, o II CNE não só posiciona a União Nacional dos Estudantes como a entidade máxima de representação dos estudantes em geral e dos universitários em particular, como postula seu papel de liderança na organização estudantil.

Neste último ponto, o congresso avança ainda mais, como podemos observar nas proposições da tese de Antônio Franca, secretário-geral da UNE em seus três primeiros anos, já citado neste trabalho por sua importância na fase inicial de constituição da entidade. Nela, a preocupação com a mobilização dos estudantes em torno da recém-fundada UNE ganha centralidade. Intitulada *União Nacional dos Estudantes Brasileiros*, a tese de Franca defendia a fundação de uniões estaduais como base necessária para a efetiva formação de uma entidade estudantil de âmbito nacional.²¹²

Para Poerner, a tese de Antônio Franca também teria contribuído:

... para a decisão mais transcendente do 2º Congresso, transformado, automaticamente, em 22 de dezembro, na segunda assembleia do Conselho Nacional de Estudantes: a formação efetiva e o reconhecimento formal da UNE, bem como a aprovação dos seus estatutos, pelos quais ela se tornou, oficialmente, “o órgão máximo de representação dos estudantes”, tendo, “por finalidade congregar todos os estudantes no Brasil para a defesa de seus interesses”. O Conselho Nacional de Estudantes passou à condição de órgão deliberativo da UNE – exatamente o que seria, depois, o Congresso da UNE – e a nova entidade instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil.²¹³

²¹⁰ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.11

²¹¹ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.11

²¹² Arquivo GC 38.04.18 série g, r.50 fot 529-550. CPDOC/FGV

²¹³ POERNER, Arthur. Op. cit., p.129 e 130.

O II Congresso Nacional de Estudantes elegeu a primeira diretoria oficial da UNE, tendo como presidente o gaúcho Valdir Ramos Borges e como principal missão a transformação de uma resolução do evento – a criação da UNE – em uma entidade concreta e verdadeiramente atuante.²¹⁴ Seu mandato, iniciado em fins de dezembro de 1938, se entenderia até agosto de 1939.

Seguindo esta diretriz, a diretoria da UNE, após instalar-se numa diminuta dependência da Casa do Estudante do Brasil, iniciou esforços para unificar o movimento estudantil nacionalmente, trabalhando, entretanto, com recursos escassos, e tendo de enfrentar os obstáculos postos pela oposição política dos membros da Casa do Estudante do Brasil.

Apesar das dificuldades, o crescimento da entidade nessa fase de implantação foi expressivo, e assim “Reorganizou-se com 84 associações filiadas, a que se juntaram, seis meses após, mais 28, formando um total de 112 entidades coligadas, entre as quais procurou estabelecer uma corrente regular de intercâmbio e cooperação.”²¹⁵

As atividades e realizações também não cessaram, incluindo-se, entre elas: a apresentação das resoluções do Congresso ao Ministério da Educação, a campanha de auxílio às vítimas dos terremotos no Chile, a criação do Teatro Universitário e a organização da Conferência Pan-Americana de Estudantes em agosto de 1939. Além disso, a UNE apoiou as campanhas: dos estudantes paranaenses contra o aumento de taxas e matrículas pretendido pelas diretorias das escolas que constituíam a universidade do estado; pela reforma da Portaria 142, que exigia o sigilo das notas ao longo do ano letivo; e pela nacionalização do ensino, chefiada pelo comandante do 32º Batalhão de Caçadores, sob comando do exército, que visava o combate às zonas de predomínio de quistos raciais ligados aos países do Eixo.²¹⁶

O processo de crescimento e fortalecimento da entidade máxima dos estudantes universitários se evidencia no III Congresso Nacional de Estudantes (1939) com a reunião de 112 associações, segundo Poerner, a quase totalidade das existentes no país. A representatividade da assembleia era inegável. O relatório do

²¹⁴ POERNER, Arthur. Op. cit., p.131.

²¹⁵ POERNER, Arthur. Op. cit., p.131.

²¹⁶ POERNER, Arthur. Op. cit., p.131; MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit.; ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op.cit., p.16

conselho, segundo o mesmo autor, destacava que muitos estados haviam conseguido representar-se através da vinda de todas as suas organizações estudantis e que a presença de numerosas delegações do Pará e do Amazonas – que no congresso anterior não haviam chegado a tempo de participar do evento –, possibilitou um encontro com representantes de todos os estados.²¹⁷

Mas fazia-se necessário, conforme ressaltava a já citada tese de Antônio Franca, intensificar o processo de unificação das entidades estaduais através da criação de uniões ou federações estaduais. Nessa direção, o relatório indicava alguns progressos, como a formação do Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos em São Paulo e, no Rio Grande do Sul, as reuniões realizadas pela Federação dos Estudantes Universitários do estado.

Nesse processo de evolução organizacional e ampliação da mobilização estudantil, destacamos duas resoluções do congresso: o projeto de fundação da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e a proposta de instituição da carteira única do estudante. A CBDU foi criada logo no mês seguinte e foi considerada, pelos próprios congressistas, a maior realização do encontro. No caso da carteira única do estudante, deve-se notar que a proposição objetivava, além de vantagens econômicas, uma melhoria na mobilidade das caravanas universitárias.

Acreditamos que ambas as resoluções indicam a tendência de alargamento do alcance da UNE para além dos círculos “internos” dos centros e diretórios acadêmicos que constituíam a maioria dos participantes dos congressos anuais. Podemos incluir neste mesmo processo a criação do Teatro Universitário ocorrida no congresso anterior, atividade que também veio a ser objeto de uma resolução do III Congresso, sugerindo que este se orientasse em benefício de uma ampla difusão da cultura, e que suas associações filiadas priorizassem temáticas sociais e de cunho educativo e realizassem concursos e prêmios que valorizassem a representação pelos estudantes de peças de sua própria autoria.²¹⁸

Algumas resoluções restringiam-se a temáticas educacionais e à vida econômica do estudante, entre elas: as relativas à cooperação da UNE no projeto de reforma do ensino em construção no Ministério da Educação; a solicitação a este mesmo ministério para que fossem evitados novos aumentos de taxas e

²¹⁷ POERNER, Arthur. Op cit., p.136.

²¹⁸ POERNER, Arthur. Op cit., p.136.

contribuições escolares; e a federalização das faculdades particulares, visando uniformizar e dar limites às taxas e contribuições dos estudantes, de acordo com os interesses do ensino e da cultura nacional.²¹⁹

Duas resoluções remetiam à tutela governamental: as solicitações ao governo federal de uma verba especial para o envio de uma delegação de 20 estudantes ao Congresso Continental de Estudantes em Havana e, a mais importante, de reconhecimento da UNE como entidade máxima de representação dos estudantes, solicitação que vinha acrescentada de um pedido de concessão de uma subvenção anual de 30 contos de réis para a realização do conselho anual.²²⁰

O III Congresso Nacional de Estudantes elegeu uma nova diretoria, com mandato de agosto de 1939 a julho de 1940, tendo como presidente Trajano Pupo Neto. Além da estrutura já estabelecida, com os cargos de presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes, secretário-geral, secretários de relações nacionais e de relações internacionais e tesoureiro, foram criados o cargo de secretário esportivo e o Conselho Consultivo.

Este último, com mandato de dois anos, objetivava dar continuidade às realizações das sucessivas diretorias. O novo órgão possibilitou que a diretoria cujo mandato acabara de findar se integrasse plenamente no quadro da nova diretoria eleita, pois dois dos oito membros que a compunham foram reeleitos e os outros seis – inclusive Valdir Borges, o presidente anterior – assumiram as vagas do Conselho Consultivo.²²¹

Os encaminhamentos do III CNE evidenciam que, apesar do pouquíssimo tempo de atuação da UNE – dezembro de 1938 a agosto de 1939 – a entidade já havia conquistado a aceitação e o reconhecimento das associações estudantis e progredia rapidamente nas questões organizacionais. Por outro lado, e exatamente em função deste desenvolvimento, os desentendimentos com a CEB se avolumavam. Segundo Poerner:

Dissensões em torno da representação da UNE no congresso que a Confederação Internacional de Estudantes promoveu em Zurique, em 1939, e da delegação atlética estudantil aos Jogos Internacionais Universitários de Mônaco, bem como a profissionalização do Teatro do Estudante pelo então cônsul Pascoal Carlos Magno, forneceram mais lenha para a fogueira. A conciliação se tornava impossível. A Casa do Estudante pretendia que a UNE fosse uma de suas seções,

²¹⁹ POERNER, Arthur. Op cit., p.136.

²²⁰ POERNER, Arthur. Op cit., p.136 e 137.

²²¹ POERNER, Arthur. Op cit., p.137.

*recusando-se a cumprir as resoluções do 2º Congresso Nacional de Estudantes, que lhe atribuíam, além de sua qualidade de membro-fundador e filiado, as funções de sede e secretaria administrativa da UNE.*²²²

Os conflitos se acirraram nos primeiros meses de 1940 e, no dia 11 de maio, Ana Amélia enviou uma carta à diretoria da UNE ressaltando o desinteresse da Casa do Estudante pelas atividades realizadas pela primeira, afirmando não mais reconhecer o Conselho Nacional previsto no artigo 26 de seus próprios estatutos, e convidando a UNE a transferir sua sede num prazo de três dias a partir daquela data.²²³

Malgrado o apelo feito em carta enviada pelo secretário-geral Antônio Franca em nome da diretoria da UNE à CEB para que a mudança só se realizasse após a aquisição de uma sede própria pela UNE, dias depois a entidade terminou por ser definitivamente despejada.²²⁴ Portanto, ao abordarmos as realizações da diretoria comandada por Trajano Pupo Neto, devemos lembrar que a mesma trabalhou sem o suporte material e administrativo da Casa do Estudante.

Dentre seus feitos, destacamos o desenvolvimento do movimento unionista em diversas unidades da Federação, tendo sido fundadas, entre outras, as Uniões Estaduais da Bahia, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e do Paraná.²²⁵ Outras realizações incluem: a promoção de festas comemorativas do 50º da República, o Concurso Nacional de Peças Teatrais e a *Campanha pela Paz e Neutralidade*, realizada logo após a eclosão da 2ª Guerra Mundial, em setembro de 1939²²⁶, na qual a UNE conclamava todos os brasileiros a lutar pela paz e exigia o respeito a uma zona de neutralidade que mantivesse afastado o perigo de uma guerra marítima em águas brasileiras.²²⁷ Nos mandatos seguintes da entidade, tal posicionamento mudaria radicalmente, com gestões marcadas por intensas campanhas contra os países do Eixo e favoráveis à entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

O IV Congresso Nacional de Estudantes instalou-se em julho de 1940 no Salão Leopoldo Miguez da Escola Nacional de Música, sob a presidência do Ministro

²²² POERNER, Arthur. Op cit., p.135.

²²³ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.12.

²²⁴ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.12.

²²⁵ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.16 (Discurso da Diretoria da UNE no IV Conselho Nacional de Estudantes. Relatórios da Diretoria da UNE, 1940). Poerner cita também a criação das Uniões Estaduais da Paraíba e do Rio Grande do Sul. POERNER, Arthur. Op cit., p.138.

²²⁶ MEMOREX: elementos para uma história da UNE. Op. cit., p.12

²²⁷ POERNER, Arthur. Op cit., p.138.

da Educação, Gustavo Capanema.²²⁸ As relações da UNE com o governo federal continuavam próximas, como indica o banquete oferecido pelo próprio Capanema para a diretoria que tomou posse ao final do congresso. Entretanto, durante este banquete a nova diretoria teve de empenhar-se pela dispensa de registro no DIP “... dos órgãos de imprensa estudantil: ao todo 76 jornais e revistas de diretórios e centros acadêmicos.”²²⁹

Apesar de continuar sem uma sede, a UNE progrediu em termos organizacionais, obtendo a adesão de mais 23 associações estudantis e alcançando um total de 135 associações filiadas. Além disso, este congresso foi responsável pela reformulação dos estatutos da UNE, que dividiram as associações estudantis em representativas, culturais, esportivas, femininas e assistenciais. Em dezembro de 1940, a entidade máxima dos estudantes:

*... contava 114 organizações representativas oficiais, 44 culturais e 13 assistenciais, além de sete federações esportivas, quatro uniões femininas, seis centros estudantis (Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e as uniões estaduais recém-fundadas, isso somente no que concerne ao ensino superior.*²³⁰

O IV Congresso Nacional de Estudantes elegeu, por larga maioria – 248 votos contra quatro –, a nova diretoria da UNE, sob a presidência de Luís Pinheiro Paes Leme, acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, e tendo Antônio Franca em seu terceiro mandato no cargo de secretário-geral.

Diante da falta de uma sede e das dificuldades financeiras enfrentadas, a entidade não conseguiu organizar o Congresso de 1941. Em consequência, a diretoria de Paes Leme continuou no comando até setembro de 1942, quando se realizou o V Congresso Nacional dos Estudantes e elegeu-se uma nova diretoria para a UNE.

A ausência de um espaço próprio para reuniões obrigou a entidade a encontrar locais alternativos, entre eles o apartamento do próprio Paes Leme, o Bar Recreio, na Praça José de Alencar e o Praia Bar, na Praia do Flamengo. Poerner ressalta a importância dos cafés cariocas para o movimento estudantil, especialmente o Lamas, no Largo do Machado, e do bairro do Catete, principal local

²²⁸ Jornal Correio da Manhã, 20 de setembro de 1940, p.02

²²⁹ POERNER, Arthur. Op cit., p.141.

²³⁰ POERNER, Arthur. Op cit., p.141.

de concentração de repúblicas e pensões estudantis e onde também ficava o Palácio do Catete, sede do governo federal.²³¹

O problema da sede foi solucionado, de forma provisória, por Hélio de Almeida – sucessor de Paes Leme na UNE a partir de setembro de 1942 –, que, após eleger-se, em 1941, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil (DCE-UB)²³², obteve do ministro da Educação uma sede própria para o diretório na Rua Álvaro Alvim, nº 31. As instalações do DCE-UB passaram a abrigar, no início de 1942, a diretoria da UNE.

Angélica Müller assinala que, em 11 de fevereiro de 1942, através do Decreto-Lei n. 4.105, o governo federal reconheceu a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. A historiadora cita o artigo 2º do decreto governamental: “A União Nacional dos Estudantes reger-se-á pelos seus estatutos, aprovados por decreto do Presidente da República.”²³³

Neste período, o cenário internacional era de tensão. No final de 1941, a posição brasileira de neutralidade diante do conflito entre os países do “Eixo” e “Aliados” torna-se insustentável. No dia sete de dezembro, os Estados Unidos sofrem o ataque japonês a Pearl Harbour e imediatamente declaram guerra ao Eixo, pressionando o Brasil para que tomasse a mesma iniciativa. Vargas permite o envio de técnicos norte-americanos às bases aéreas de Belém, Natal e Recife e, no dia 28 de janeiro de 1942, ao final da Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, mesmo com a resistência do chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, e do ministro da Guerra e também general Eurico Gaspar Dutra, decide pelo rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

As consequências do posicionamento brasileiro não tardam. Em fevereiro de 1942, iniciam-se os ataques de submarinos alemães a embarcações mercantes brasileiras. Entre os meses de fevereiro e agosto, dezenove navios seriam afundados pela marinha alemã.

Após as agressões estrangeiras, multiplicaram-se as “vozes” favoráveis à entrada do Brasil na guerra ao lado dos “Aliados”. Os estudantes assumiram a

²³¹ POERNER, Arthur. Op cit., p.144

²³² *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/helio_de_almeida

²³³ Arquivo GC 38.04.18 série g,r: 50 fot. 521. CPDOC/FGV. In MÜLLER, Angélica. Op. cit., p.53

vanguarda deste processo, empenhando-se em uma intensa campanha de mobilização nacional.

A primeira grande manifestação, dentre as inúmeras iniciativas que fizeram parte da campanha estudantil pela entrada no conflito e posteriormente pelo “Esforço de Guerra”, foi a passeata de quatro de julho de 1942 – data da independência dos EUA. Realizada já ao findar do mandato de Paes Leme, a passeata por ele organizada, junto com Hélio de Almeida – que dois meses depois seria eleito o novo presidente da UNE –, José Talarico, presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), e os filhos do ministro do Exterior (Oswaldo Aranha), Oswaldo Aranha Filho e Euclides Aranha, apresentou uma UNE consolidada e plenamente atuante, afirmando publicamente sua presença no cenário político nacional.

O esforço estudantil empreendido pela UNE ainda em seus primeiros anos de atuação desencadeou um processo que terminaria por obrigar, ao final do mês de agosto, a declaração de guerra do governo brasileiro à Alemanha e à Itália.²³⁴

²³⁴ LAMARÃO, Sérgio. O Brasil da Segunda Guerra Mundial. *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. (s/d)

CAPÍTULO 3. A UNE E AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS ESTUDANTIS NO ESTADO NOVO

O período 1931-1936 foi marcado por motins urbanos, revoltas populares, greves e levantes revolucionários. Com a decretação do Estado Novo, em 1937, o governo empreendeu uma série de iniciativas com a finalidade de “pacificar” o domínio público²³⁵ e “... um dos recursos mais poderosos foi o planejamento e a manutenção de um calendário cívico comemorado através de monumentais cerimônias públicas...”²³⁶

Segundo Maurício Parada, as práticas comemorativas já haviam ganho um primeiro impulso após o levante comunista de novembro de 1935 e “Ao longo dos anos seguintes será ampliado o calendário de festas cívicas nacionais. Algumas comemorações, anteriores a esta data, tornar-se-ão espetaculares, enquanto outras, criadas neste período, já nascerão grandiosas”²³⁷

Ainda que as cerimônias tivessem por objetivo propagar valores cívicos enquadrados no esforço governamental de “disseminação de comportamentos de autocontenção e disciplina”²³⁸, entendemos que elas podem ter se transformado no principal veículo de aprendizado da população – e de forma específica, das organizações sociais e políticas – acerca de formas de ocupação/ação no espaço público, inclusive indicando, de forma paradoxal, alternativas de questionamento aos próprios comportamentos difundidos pelos organismos estatais.

Veremos no item seguinte como se estruturavam as cerimônias cívicas empreendidas por Vargas no Estado Novo, entendendo o papel chave por elas desempenhado no conjunto de atividades voltado à mobilização política da juventude.

O delineamento de suas características fundamentais nos permitirá estabelecer semelhanças e diferenças com relação às mobilizações estudantis organizadas pela União Nacional dos Estudantes no mesmo período.

²³⁵ PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009, p.10

²³⁶ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 09 e 10

²³⁷ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 20

²³⁸ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 10

3.1. Cerimônias cívicas no Estado Novo

Maurício Parada assinala que o calendário estadonovista foi estruturado basicamente entre os anos de 1936 e 1938²³⁹, com a exclusão de datas relacionadas à tradição republicana de 1889 e ao ideário liberal²⁴⁰ e a inclusão de duas novas festividades, o *Dia da Bandeira* e o *Aniversário do Estado Novo*. Além disso, o sete de setembro teve sua importância significativamente ampliada, transformando-se na *Semana da Pátria*.²⁴¹ Neste novo calendário, as cerimônias cívicas foram transformadas em rituais monumentais que serviram:

*... ao propósito múltiplo de unificar elites e massas, também simbolizaram um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro. Procuravam reinventar uma harmonia nacional que o regime varguista acusava ter sido destruída pela República Velha, assim como buscavam construir uma nova cultura política, que serviria de guia para a nação na direção da modernidade, soberania e ordem.*²⁴²

De forma mais específica, o novo conjunto de cerimônias:

*... respondeu à necessidade de criar e veicular símbolos capazes de redefinir o sistema de identidades da sociedade brasileira, diluindo outras matrizes identitárias – integralistas, federalistas, comunistas e identidades ligadas às tradições políticas locais – e construindo uma experiência e uma ideia de unidade que pudessem fazer frente às ações políticas opostas ao governo Vargas.*²⁴³

Tendo como base este objetivo mais amplo de construção da unidade nacional em torno do Estado Novo, cada comemoração estabeleceu público, pedagogia, tema e formato próprios. Duas cerimônias, voltadas especialmente à juventude, nos interessam em particular: o “Dia da Juventude” ou “Desfile da Juventude” e “A Hora da Independência”.

²³⁹ Com exceção do aniversário de Vargas, comemorado pela primeira vez no dia 19 de abril de 1940. In. PARADA, Maurício. Op. cit., p. 21 e 22

²⁴⁰ Entre elas o 24 de fevereiro, data da promulgação da Constituição de 1891, o 13 de maio, data ligada à abolição da escravatura e denominada dia da Fraternidade Nacional, e o 14 de julho, dia da Liberdade e Independência das Américas. In. PARADA, Maurício. Op. cit., p. 21 e 22

²⁴¹ Parada aponta que o quadro comemorativo do Estado Novo passou a compreender as seguintes datas: “... o dia de Tiradentes, em 21 de abril; o 1º de maio, dia do trabalho; a Semana da Pátria, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro, que incluía, além do desfile militar do dia 7, o Dia da Juventude e a Hora da Independência; o Dia da Revolução Brasileira, em 10 de novembro; a Proclamação da República, em 15 do mesmo mês; e, por fim, no dia 19, ainda em novembro, o Dia da Bandeira.” PARADA, Maurício. Op. cit., p. 20-22

²⁴² PARADA, Maurício. Op. cit., p. 21

²⁴³ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 23

Para entendermos o papel destas cerimônias cívicas, devemos primeiramente situá-las de acordo com a noção apresentada por Parada de “cerimônias sintéticas”, reconhecendo que, para seu estudo, devemos tratá-las “... como práticas disciplinares e não como propaganda ou retórica cívica”.²⁴⁴ Neste caso, as comemorações devem ser analisadas como instâncias aglutinadoras de um complexo disciplinar e pedagógico, cuja dispersão discursiva e capilarização social seriam efetivadas através da conjugação de práticas escolares – especialmente as aulas de educação física e canto orfeônico²⁴⁵ –, médicas e comunicacionais.²⁴⁶

Ambas as manifestações congregavam milhares de estudantes das escolas públicas e privadas da Capital Federal. O “Desfile da Juventude” tinha no desenvolvimento da ideia de disciplina sua temática central. Já a “Hora da Independência” – apresentação de canto orfeônico, com repertório nacionalista, regida pelo maestro Heitor Villa-Lobos –, trabalhava principalmente a noção de solidariedade.²⁴⁷ Segundo Maurício Parada:

*O canto orfeônico era executado como ação metafórica de integração do indivíduo em um todo harmônico, representado neste caso pelas músicas nacionais. Assim como a Educação Física, o Canto Orfeônico estava integrado ao extenso projeto pedagógico de pacificação levado a cabo pelo Estado autoritário. A sincronia de gestos de corpos disciplinados completava-se na harmonia das vozes no interior do canto coral. Uma juventude disciplinada e solidária com a nação e seus dirigentes era o significado que se construía nestas comemorações.*²⁴⁸

Para alcançar tais objetivos, as duas festividades sofreram um processo de “fechamento” discursivo – homogeneização do conteúdo discursivo –, que teve como base a monopolização das cerimônias pelo Estado, seguida por um intenso processo de normatização.

²⁴⁴ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 66

²⁴⁵ Maurício Parada ressalta que a reforma educacional de 1931 tornou a educação física e o canto orfeônico obrigatórios no currículo do ensino secundário e que, em 1934, o canto orfeônico tornou-se obrigatório também no ensino primário. PARADA, Maurício. Op. cit., p. 63.

²⁴⁶ O “Desfile da Juventude”, por exemplo, deve ser analisado em conjunto com a criação, em janeiro de 1937, da Divisão de Educação Física. Apesar de subordinada ao Departamento Nacional de Educação, a divisão, que tinha a função de controlar a educação física escolar, atuava sob o comando de militares. Em consequência, a disciplina escolar seguia orientações definidas pelo Ministério da Guerra, que via na educação física “... um instrumento de revigoração da raça e de preparação física do futuro soldado, dando ao professor e instrutor de educação física uma valiosa função no processo de introjeção de valores de autocontenção e disciplina.” Desta forma: “O Desfile da Juventude e o projeto tutelar da educação física... não podem ser tratados isoladamente; decorre daí o caráter “sintético” da cerimônia, local de encontro das práticas discursivas e disciplinares do Estado autoritário brasileiro.” PARADA, Maurício. Op. cit., p.62

²⁴⁷ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 65

²⁴⁸ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 65

Entretanto, o aparato normativo e organizacional parece não ter alcançado, ao menos inicialmente, o resultado esperado. O *Correio da Manhã* apontou uma série de falhas no “Desfile da Juventude” de 1937, apesar da intensa normatização a que foi submetida a manifestação.²⁴⁹ O jornal considerou o desfile exitoso, mas apontou falhas – como lentidão, grande intervalo entre os agrupamentos, má coordenação motora e logística – e criticou a presença de uniformes e trajes fantasiosos. Quanto a esta última observação, Parada ressalta que, apesar dos avisos de que não haveria premiação, houve um processo de “carnavalização competitiva” que pode ter comprometido os objetivos do desfile. No intuito de saírem vitoriosas, as escolas e agremiações tendiam a utilizar trajes e comportamentos que mais se aproximavam de uma exibição carnavalesca. Além disso, desfilarem visando um prêmio não se coadunava com o desejado interesse cívico, e a diferenciação dos trajes de estudantes da zona sul e do subúrbio confrontava-se com a pretendida exibição de igualdade dos desfilantes.²⁵⁰ Outro problema detectado foi a dificuldade de gerenciamento da multidão, com a massa ultrapassando os cordões de isolamento e invadindo o espaço cívico, supostamente interditado. Alguns alunos desfilavam, inclusive, acompanhados por familiares.²⁵¹

Nos anos seguintes, entretanto, foram empreendidas melhoras significativas nos âmbitos logístico e organizacional e intensificado o “fechamento” do processo de produção de sentido do desfile. Assim, as falhas observadas em 1937 não se repetiram no desfile de 1940. Neste último:

“As normas divulgadas procuravam formas de segmentar, classificar e ordenar a ação dos 31.000 jovens participantes do Desfile da Juventude daquele ano. O gerenciamento da multidão era a principal preocupação e, em função disso, consolida-se uma tecnologia para lidar com as grandes massas urbanas que, antes das grandes concentrações cívicas, se restringia à ação policial.”²⁵²

²⁴⁹ Nos dias que antecederam o evento, a comissão organizadora publicou nos jornais cariocas regulamentos que detalhavam o lugar de todos os envolvidos, na expectativa de que as ações no espaço cívico do desfile se dessem conforme tais determinações. Foi montada “... uma estrutura logística que procurava evitar todo tipo de imprevisto e confusão.” PARADA, Maurício. Op. cit., p. 76

²⁵⁰ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 74

²⁵¹ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 76 e 77

²⁵² PARADA, Maurício. Op. cit., p. 116. A rigidez das normas é curiosa. Com relação à disposição dos alunos no desfile, todas as distâncias eram rigorosamente marcadas: “80 centímetros entre as fileiras; 5 passos entre duas representações; 10 passos entre dois subagrupamentos e entre dois agrupamentos, 50 passos.” CPDOC/FGV GC-787, p.06. In. PARADA, Maurício. Op. cit., p. 117

Também a *Hora da Independência* foi atingida pelo processo de restrição espacial e discursiva. Como cerimônia estática, sua dramatização dependia da imobilidade e da boa coordenação entre os momentos de som e silêncio. Realizada nos anos de 1936 e 1937 na Esplanada do Castelo, espaço aberto que facilitava a dispersão e dificultava a performance acústica, e considerando sua importância midiática – sua transmissão radiofônica tornou-se mais importante do que o evento concreto –, em 1938 optou-se por transferir a celebração para um espaço fechado, o estádio do Vasco da Gama, então o maior do Brasil. Garantiu-se, portanto, a “imobilidade” da multidão, “... impedindo sua dispersão física e emocional. O controle do som e, por conseguinte, o controle dos corpos e dos sentidos de todos os envolvidos pôde ser aperfeiçoado dentro do novo espaço cênico.”²⁵³

No ano de 1941 o evento atingiu elevado grau de controle. Até mesmo o deslocamento físico dos participantes foi submetido a um detalhado regramento: “O “povo”, os cantores e as autoridades se deslocavam em espaços perfeitamente distintos. As entradas de cada um dos personagens eram realizadas por ruas e portões diferentes, sem contato e sem misturas...”²⁵⁴

Nota-se, portanto, que durante os anos de 1940 e 1941 a cultura cívica estadonovista alcançou sua melhor estrutura, com o novo calendário cívico já estabelecido e incluído na rotina e na ordenação do espaço e do tempo das principais cidades brasileiras. Havia uma certa estabilidade, pois:

*... Os responsáveis pela organização dos eventos tinham sido definidos pelas disputas de poder entre os diversos órgãos e ministérios; constituiu-se um conjunto treinado de profissionais responsáveis pela execução dos eventos: professores de educação física, de canto orfeônico, burocratas, militares, fotógrafos, cinegrafistas e jornalistas; espaços particulares foram definidos e organizados para abrigar as grandes concentrações humanas produzidas pelos eventos; uma tecnologia de gerenciamento dos deslocamentos foi aperfeiçoada e os órgãos de Estado dispunham de recursos para convocar, deslocar, apresentar e dissolver grandes populações urbanas sem que isso levasse a nenhum colapso do cotidiano urbano.*²⁵⁵

Aparentemente, e como consequência de todas estas ações do aparato estatal, o domínio público estava pacificado. Como indicativo de tal controle, verificase que “a realização de cerimônias autônomas que saíssem da esfera dos agentes

²⁵³ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 89

²⁵⁴ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 90

²⁵⁵ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 131 e 132

de Estado tornou-se impensável. A entrada na praça pública pelo cidadão passava necessariamente pela mediação do filtro da cultura cívica estatal...”²⁵⁶.

Mas a manifestação estudantil de quatro de julho de 1942 sinaliza o primeiro grande rompimento deste domínio estatal sobre as cerimônias cívicas. O evento – que marca o papel de vanguarda do ME na campanha pela declaração de guerra aos países do Eixo – apresenta características bastante diferenciadas das cerimônias organizadas pelo Estado. À extrema normatização e regramento das últimas, os estudantes contrapõem um comportamento “carnavalizado”.

No item seguinte, descreveremos primeiramente as dissensões no âmbito do governo federal geradas pelos desentendimentos em torno das solicitações de autorização da manifestação citada. Na sequência, analisaremos o evento em si, tendo como base o conceito de “carnavalização” trabalhado pelo antropólogo Roberto DaMatta em suas pesquisas. Utilizaremos como referência dois livros do autor: “Carnavais, Malandros e Heróis”²⁵⁷ e “Universo do Carnaval: imagens e reflexões”²⁵⁸.

3.2. Estudantes na vanguarda: “É hora de entrar na guerra”

3.2.1. A passeata de quatro de julho de 1942: divisões políticas no governo Vargas

Segundo Antonio Mendes Júnior, a passeata realizada pelos estudantes no dia quatro de julho de 1942, propositalmente a data da independência dos Estados Unidos,

... pode ser considerada a primeira grande manifestação popular desde a instauração do Estado Novo e marcou o início de uma reviravolta política no país:

²⁵⁶ PARADA, Maurício. Op. cit., p. 133

²⁵⁷ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Rocco Ltda. 1997

²⁵⁸ DAMATTA, Roberto. *Universo do Carnaval: imagens e reflexões*. Rio de Janeiro. Edições Pinakotheke. 1981

*as oposições, caladas e perseguidas, começaram a se mobilizar e se organizar, e Vargas, pressionado, iria de recuo em recuo, até ser derrubado em 1945.*²⁵⁹

A manifestação, que não se opunha ao governo mas o pressionava a uma tomada de decisão, tinha o apoio de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, de Ernâni do Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio de Janeiro, e de importantes organizações antifascistas, como a Sociedade Amigos da América, comandada pelo general Manuel Rabelo, e a Liga de Defesa Nacional.

De outro lado, alguns membros do governo, especialmente Filinto Müller, o chefe da polícia de Vargas, não concordavam com a iniciativa estudantil e efetuariam esforços para impedi-la. Tal tarefa, entretanto, tornou-se progressivamente mais difícil, pois a cada dia que passava a empreitada estudantil ganhava maior apoio popular e conquistava a adesão de novos grupos profissionais, como os professores universitários, os bancários e os marítimos.

Tal impasse conduziu a um fato curioso. Segundo depoimento de Hélio de Almeida²⁶⁰ – à época presidente do DCE da Universidade do Brasil e que dois meses depois viria a ser eleito presidente na UNE –, os estudantes pediram a autorização de Filinto Muller para a realização do ato público, mas o Chefe de Polícia proibiu a manifestação, taxando-a de “subversiva”. Os estudantes procuraram então o ministro interino da Justiça, o embaixador Vasco Leitão da Cunha (substituto de Francisco Campos em viagem ao exterior) que, contrariado com a determinação de seu subordinado, autorizou a passeata, dando ordens para que o Chefe de Polícia não interviesse na questão.

Hélio de Almeida acrescenta que, na véspera da passeata, Filinto Muller foi ao gabinete de Vasco Leitão da Cunha para reafirmar sua oposição ao evento organizado pelos estudantes, gerando uma acirrada discussão que teria inclusive chegado às vias de fato. O incidente, além do alarde suscitado, teria sido responsável pela demissão do Chefe de Polícia sob ordens diretas do próprio presidente da República, Getúlio Vargas.²⁶¹

O próprio embaixador apresenta seu relato sobre o ocorrido, ressaltando que o embate corporal, apesar de iminente, não teria chegado a ocorrer:

²⁵⁹ JÚNIOR, Antonio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil* (coleção Tudo é História nº 23). São Paulo. Editora Brasiliense S.A. 1981, p. 45 e 46

²⁶⁰ BARCELOS, Jalusa. *Historico UNE: 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro. União Nacional dos Estudantes. 1997, p.19

²⁶¹ BARCELOS, Jalusa. Op. cit., p.19

Eu não tinha outro remédio, porque das duas uma: ou eu o agredia fisicamente e apanharia a maior sova da minha vida, já que ele era um atleta, um gigante, ou então não fazia nada e ficava igualmente desmoralizado. De maneira que só havia uma solução: aplicar a lei. Botei a mão no ombro dele e disse: “O senhor está preso.”²⁶²

Leitão da Cunha destaca ainda que ele e Filinto Müller haviam tido um desentendimento recente, em virtude do descumprimento de uma solicitação sua feita ao oficial. Com relação à passeata, o embaixador relata que chamou Filinto Muller para transmitir a ele uma ordem do próprio presidente Vargas – comunicada a Leitão da Cunha por Andrade Queiroz, vice-chefe da Secretaria da Presidência – autorizando o ato público. Em resposta, o Chefe de Polícia afirmou que não autorizaria a manifestação. Continua o embaixador:

... aí me desacatou. Com um bruto de um revólver na cintura, tendo dito antes disso, na audiência anterior, que o revólver lhe tinha sido dado pelo Oswaldo Aranha. Oswaldo Aranha! Eu então mandei-o ficar preso, e ele disse: “Não aceito sua prisão. Sou um oficial do Exército!” Respondi: “Vá para a sua casa e passe a chefia de Polícia para o seu substituto.” Chamei o coronel Denys, hoje marechal, que era o comandante da Polícia Militar, e mandei-o atrás dele: “Se ele está alegando a sua condição de militar para eximi-lo de qualquer medida relativa ao seu comportamento, o senhor é coronel e pode prendê-lo, porque é major. Faça executar por ele o que eu mandei.” O Denys foi e verificou que o Felinto estava em casa. No intervalo parece que o Bejo Vargas, que estava na sala, correu ao Guanabara para prevenir o Getúlio a meu favor. Em seguida levou ao Felinto um recado do Getúlio mandando-o ficar realmente em casa. Às três da tarde... o Andrade Queiroz me chamou ao telefone para me comunicar que o presidente mandava dizer que mantinha minha ordem de prisão por 48 horas, e depois o major seria licenciado. Perguntava se eu ficava satisfeito. Respondi: “Diga ao presidente que 48 horas ou 48 minutos, para mim é a mesma coisa. É uma questão de princípio, não posso aceitar um desacato sem reagir. Agora, licenciar um Chefe de Polícia que foi preso pelo ministro da Justiça, o presidente deve saber melhor do que eu como se faz.”²⁶³

Ainda assim as preocupações do ministro continuaram. Receoso de que o Chefe de Polícia substituto “mandasse os esbirros fazerem a baderna pela qual ele não queria responder.”²⁶⁴, pediu ao coronel Denys que posicionasse a Polícia Militar da praça Mauá até a embaixada americana, em duas filas, e impedisse a entrada de qualquer um que não fosse estudante.

²⁶² CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003, p. 88

²⁶³ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.89

²⁶⁴ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.90

No dia da passeata, Vasco Leitão da Cunha descreve um cenário bastante tenso. Havia notícias de que militares iriam ao Ministério da Justiça questionar a prisão de Filinto Müller. Dois amigos do ministro, preocupados, apareceram no gabinete do ministro interino para acompanhá-lo durante a tarde.

“Eu então dei instruções ao meu gabinete para que às três horas levantassem todos os elevadores e abrissem as portas, para não poderem ser usados. Pela escada, entrasse quem quisesse, que nós receberíamos no alto. Também dei instruções para que, se começasse a baderna, dissessem aos estudantes o que estava acontecendo no ministério. A coisa esteve por um triz. Afinal de contas, os homens não vieram.”²⁶⁵

A manifestação transcorreu sem incidentes, mas dentro do governo federal as dissensões pareciam se agravar. Em determinados casos, as divisões políticas revestiam-se de forte rivalidade, como se pode constatar na “vibração” de Osvaldo Aranha ao receber uma ligação telefônica de Leitão da Cunha na qual este relatava ao primeiro o incidente com Filinto Müller: “Disse a ele: – Ministro, acabo de prender o chefe de Polícia –. O homem ficou maluco... Ficou encantado.”²⁶⁶

As divisões dentro do governo federal de fato se acentuaram após a passeata estudantil. Leitão da Cunha relembra que Francisco Campos voltou ao posto de ministro da Justiça por alguns dias, propondo-se a servir Getúlio com lealdade e honestidade, mas afirmando que só poderia manter-se dignamente no cargo se Leitão da Cunha continuasse como seu chefe de gabinete. Getúlio, entretanto, desejava retornar Filinto Müller – que parecia continuar recebendo o apoio de Dutra e Góes Monteiro – para a Chefia de Polícia e encaminhar Leitão da Cunha para o Ministério do Exterior. “E o Campos não concordou. De maneira que Getúlio foi finalmente obrigado a dar a sua demissão. O Campos queria fazer cumprir a lei, de acordo comigo. Disse que não poderia ficar de cabeça erguida se me afastassem”²⁶⁷

Segundo Leitão da Cunha, a recomposição política proposta por Vargas não foi possível:

... porque o Góes Monteiro e o Dutra jogaram a espada na balança. Fomos todos despedidos, Campos, Filinto e eu, e de lambuja saiu o Lourival Fontes, o homem do DIP. Lourival Fontes foi despedido porque o Góes e o Dutra declararam ao

²⁶⁵ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.91

²⁶⁶ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.91

²⁶⁷ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.91

presidente que em tempo de guerra o DIP devia ser manobrado pelos militares. Assim como a Alzirinha e o Amaral Peixoto, o Lourival era a favor dos Estados Unidos. E desgostou muito os militares porque mandou um telegrama circular aos DIPs dos estados dizendo: 'É proibido noticiar que o Chefe de Polícia foi preso.' De maneira que todo mundo ficou sabendo...²⁶⁸

Assim, assumiu o DIP o major Coelho Reis, indicado por Góes Monteiro, mas o dado curioso do embate político foram os destinos de Filinto Müller e do próprio Leitão da Cunha. O primeiro tornou-se oficial de gabinete de Dutra e o segundo também oficial de gabinete, mas de Osvaldo Aranha. Havia, obviamente, uma guerra interna declarada.

A “dança das cadeiras” se completou com a entrada de Alexandre Marcondes Filho no Ministério da Justiça no lugar de Francisco Campos – Marcondes Filho, que já comandava o Ministério do Trabalho, passou a acumular os dois cargos – e com a substituição de Filinto Müller na chefia de polícia pelo tenente-coronel Alcides Etchegoyen, mudança que agradou muito aos estudantes. Leitão da Cunha conta que Etchegoyen era chamado de “Timochenko”, nome de um general russo tratado como um herói popular em seu país, e explica por que o chamavam assim: “Porque ele era popular, era da rapaziada. Era o anti-Filinto...”²⁶⁹

Apesar das mudanças, as dissensões políticas dentro do governo não só continuaram presentes como viriam a se agravar. Ao longo dos meses de julho e agosto de 1942, a pressão norte-americana pela entrada do Brasil na guerra, a continuidade dos torpedeamentos a navios brasileiros, a multiplicação das manifestações estudantis e o clamor popular conduziram à inevitável declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália.

Nota-se, neste processo, que os estudantes foram habilidosos em explorar as dissensões governamentais. A UNE posiciona-se, então, como uma associação capaz de interferir nos rumos da política, mobilizando os estudantes e articulando-se com setores do próprio governo e com outras organizações da sociedade civil. Veremos a seguir, que esta capacidade de mobilização se ampliaria ainda mais, como indica a bem-sucedida manifestação de julho de 1942.

²⁶⁸ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.92

²⁶⁹ CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Op. cit., p.93

3.2.2. A passeata de quatro de julho de 1942: o cortejo

Analisaremos agora a manifestação estudantil sob o prisma do conceito de “carnavalização”. Verificaremos que alguns aspectos centrais deste processo – apresentados por Roberto DaMatta em seu livro *Carnavais, Malandros e Heróis*²⁷⁰ – nos auxiliam no entendimento das estratégias de mobilização política utilizada pelos estudantes universitários durante o Estado Novo.

Segundo o autor, o carnaval, a parada militar e a procissão são “os três modos básicos por meio dos quais se pode ritualizar no mundo brasileiro.”²⁷¹ No âmbito de nosso estudo, os dois primeiros aparecem com maior importância. A parada militar como o ritual representativo de afirmação dos valores cívicos que o governo estadonovista objetivava difundir, especialmente através do desfile de sete de setembro – a cerimônia cívica por excelência – e de forma mais ampla nos inúmeros eventos da Semana da Pátria. O carnaval como o ritual com características peculiares de inversão dos valores sociais e que aparece difundido como formato e processo – “carnavalização” – nos elementos, ações e relações de muitas manifestações estudantis durante o Estado Novo, particularmente durante a passeata aqui analisada.

Para avançarmos, entretanto, é necessário que apresentemos primeiramente a noção de “rito” do autor. Segundo DaMatta, toda a vida social é um “rito” ou é “ritualizada”. “Sendo o mundo social fundado em convenções e símbolos, todas as ações sociais são realmente atos rituais ou atos passíveis de uma ritualização.”²⁷² O estudo dos rituais, por conseguinte, centra-se no deslocamento de elementos do cotidiano e em sua transformação em símbolos “...que, em certos contextos, permitem engendrar um momento especial...”²⁷³

Em última instância, a dramatização posta no ritual revelaria o dilema permanência/mudança, a partir dos objetivos – mais ou menos conscientes – de seus organizadores. Sendo assim, se por um lado o ritual pode servir para reafirmar posições e manter o *status quo*, por outro lado ele cria um momento “extraordinário”

²⁷⁰ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Rocco Ltda. 1997

²⁷¹ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 45

²⁷² DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 72

²⁷³ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 76

e, com ele, a possibilidade de um mundo alternativo ao “mundo real”. Neste último caso, estabelece-se uma ponte entre este “mundo real” e um “mundo especial”, criando-se, em consequência:

... um terreno ambíguo, onde não fica nem como é normalmente, nem como poderia ser, já que o cerimonial é, por definição, um estado passageiro. Mas esse estado passageiro talvez possa permanecer.”

... Há, assim, no ritual, a sugestão de que o momento extraordinário pode continuar, não mais como um rito – algo com hora marcada – mas como um extraordinário de maior duração: como uma revolta (contra alguém) ou uma revolução (quando o mundo permanecerá modificado por longo tempo). É o rito, então, o veículo da permanência e da mudança. Do retorno à ordem ou da criação de uma nova ordem, uma nova alternativa.²⁷⁴

Nesse processo, *reforço* e *inversão*, dois mecanismos sociais presentes tanto no universo cotidiano quanto no ritual, tornam-se instrumentos respectivamente de permanência e mudança. A construção dos rituais – e neles a aplicação de ambos os mecanismos –, como já citamos, ocorre através do deslocamento, do destacamento de elementos do dia-a-dia.

Com relação ao mecanismo de *reforço*, o antropólogo alerta:

... os elementos não são transpostos de ambiente de modo radical. Trata-se apenas de chamar atenção para as regras, posições ou relações que realmente existem e sua posição não muda muito. O que parece ocorrer é um inflacionamento daquilo que já existe de modo que os rituais fundados no “reforço” (ou na “separação”) guardam uma relação direta com as rotinas do mundo cotidiano. Assim, por exemplo, um general é sempre um general; apenas acontece que, num determinado momento estabelecido pelo grupo, ele usa as vestes, condecorações e armas correspondentes ao seu posto e identidade. “Reforça-se” o posto que existe e que pode estar, em virtude das outras rotinas e sistemas de posições, submerso. O chamado “ritual de separação” é justamente esse momento em que é destacado o papel de general e são inibidos todos os outros.²⁷⁵

O *reforço* constitui-se, portanto, no mecanismo básico de rituais que primam pela formalidade e que têm como objetivo o estabelecimento de uma relação de respeito que termine por afirmar a separação de elementos, categorias ou regras que estão por um momento confundidas ou pouco perceptíveis.

A utilização do *reforço* pode ser notada, por exemplo, no desfile militar de sete de setembro. No evento organizado pelo governo, mais propriamente por suas instâncias militares, reforçam-se os valores hierárquicos e as posições dos atores

²⁷⁴ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 39

²⁷⁵ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 78 e 79

que os representam, principalmente através da exibição de suas fardas e das posições ocupadas no desfile. Percebe-se, neste caso, que a própria organização interna e sequencial da apresentação segue uma ordenação hierárquica, que se expressa de forma mais contundente na separação entre os que desfilam – militares – e os que assistem o desfile – povo e autoridades. Entre os últimos, entretanto, há uma diferença clara nos papéis desempenhados, já que o povo reverencia e as autoridades são reverenciadas. DaMatta aponta ainda a existência de um ponto focal: “... a passagem pelo local sacralizado, onde se presta continência às mais altas autoridades constituídas.” O autor completa:

O desfile militar cria um sentido de unidade, sendo seu ponto crítico a dramatização da ideia de corporação nos gestos, vestes e verbalizações, que são sempre idênticos. No Dia da Pátria, assim, ficam separados autoridades e povo e, dentre as autoridades, aquelas que detêm e controlam maior ou menor parcela de poder.²⁷⁶

Ao remetermos às duas principais cerimônias cívicas voltadas à juventude durante o Estado Novo, o “Dia da Juventude” e a “Hora da Independência”, – cujas trajetórias descrevemos anteriormente –, que junto com o desfile militar de sete de setembro compunham a Semana da Pátria, constatamos que o processo de “fechamento” espacial e discursivo ocorrido ao longo da trajetória de ambos os eventos cívicos pode ser analisado como uma estratégia de aplicação progressiva de técnicas de *reforço*.

Dessa forma, a produção de sentidos “indesejados”, como a competição e a diversidade expressadas nos trajes fantasiosos do Dia da Juventude de 1937, foi sistematicamente excluída, e aqueles que se objetivava afirmar e disseminar, entre eles ordem, disciplina, vigor, saúde e unidade nacional, foram reforçados através de um intenso processo de organização e normatização que alcançou seus melhores arranjos nos eventos cívicos de 1940 e 1941.

Em sentido oposto ao *reforço*, notamos, na manifestação estudantil de quatro de julho de 1942, a utilização do mecanismo de “inversão” que, diferentemente do “reforço”, exige:

...um deslocamento completo de elementos de um domínio para outro do qual esses elementos estão normalmente excluídos. Trata-se, em outras palavras, de juntar o que está normalmente separado, criando continuidades entre os diversos

²⁷⁶ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 57

*sistemas de classificação que operam discretamente no sistema social. É precisamente isso que parece ocorrer em momentos como o do carnaval brasileiro, quando o uso das fantasias permite relacionar ao núcleo (ou centro do sistema social) toda uma legião de seres, papéis sociais e categorias que, no curso da vida diária, estão escondidos e marginalizados. Desse modo, quando se inverte, procede-se juntando categorias e papéis sociais que, no mundo cotidiano, estão rigidamente segregados...*²⁷⁷

A “carnavalização” “quebra” ordenamentos, centralizações e hierarquias, estabelecendo o imprevisível e a multiplicidade de discursos. No terreno da informalidade, o riso e a brincadeira relativizam o lugar de cada indivíduo, de cada coisa e das próprias relações entre as pessoas. Assim, a “inversão” permite a exposição de situações do cotidiano que se deseja modificar. A manifestação de quatro de julho, ao satirizar os ditadores alemão, italiano e japonês, terminaria por repercutir negativamente sobre o regime estadonovista, já que indiretamente expunha suas características autoritárias.

O *Correio da Manhã* de cinco de julho de 1942²⁷⁸ descreveu a passeata realizada no dia anterior.

Segundo a matéria, houve grande expectativa nos dias que precederam o protesto e no dia do desfile não foi diferente. Desde muito cedo, um grande número de pessoas observava das janelas e sacadas dos edifícios os preparativos e as movimentações que antecederam a passeata.

O relato jornalístico evidencia que, antes mesmo do início do cortejo, já se podia notar que o bom-humor, a ironia e a brincadeira marcariam o desfile. De acordo com o comentário jornalístico, os estudantes “... sabem olhar as coisas com uma graça própria, por vezes cheia de sarcasmos, mas sempre alegre e juvenil.”²⁷⁹

Alguns dos manifestantes que iriam compor os denominados “carros de crítica”, e que terminavam de se preparar para o desfile, encarnavam este espírito zombeteiro, notavelmente através de suas fantasias e de um gestual característico das personagens por eles interpretadas. Comportavam-se de fato como atores, realizando suas encenações antes mesmo da apresentação ter início, já que a rua como palco estendia o sentido da atuação teatral para além do “palco passarela” do percurso previsto para o cortejo. De acordo com a reportagem:

²⁷⁷ DAMATTA, Roberto. Op. cit., 1997, p. 80

²⁷⁸ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas) (Anexo 5)

²⁷⁹ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

Um fantasiara-se à semelhança de Hitler, outro de Mussolini e outro de japonês, procurando representar Hirohito.

Sentados no asfalto, promoveram desde logo, uma conferência, talvez por terem de enfrentar as massas... coisa que para eles seria da mais alta transcendência, pois se aparecerem bem diante do povo é que vivem essas figuras.

Poem-se a conversar baixinho e chamam a atenção dos fotógrafos e cinegrafistas, que correm a tomar "flagrantes da conferência". Todos aguardam um pronunciamento. A expectativa é a mais frenética.

Um repórter solicita uma declaração e uma pose a "Hitler" e ele toma ares arrogantes, ajeita a pastinha e, erguendo o braço, brada o célebre "hell Hitler". Os circunstantes passam-lhe estrondosa vaia, e o "fuehrer" não gosta do gracejo.

"Mussolini" parece mais franco, ri e à instância do jornalista, põe as mãos nos quadris, aperta os lábios, franze a testa, faz contrações com a face e responde: - "Neca".

Chega a vez de "Hirohito". Ele recebe com um sorriso a indiscrição da reportagem. Riso amarelo... Pede-lhe o repórter uma palavra, pois sabe que pouco mais de uma palavra pode conseguir. Risonho sempre, o líder do mikado diz, niponicamente:- Chu... chil ...²⁸⁰

Este “brincar crítico” apareceria ao longo de toda a manifestação e a vontade de fazer-se notar e firmar uma posição política não sofreu abalos com a forte ventania e os chuviscos que começaram a cair por volta das quatro horas da tarde, horário marcado para o início passeata.

Os preparativos finais da manifestação não foram afetados e o posicionamento da fanfarra da Polícia Militar à frente dos grandes pelotões de estudantes e dos divertidos carros alegóricos sinalizou que tudo estava pronto. Na sequência, os dísticos foram levantados e os manifestantes alinharam-se para o início. O jornal descreve uma atmosfera arrebatadora: “Não cessa a intensidade do vento, que cada vez fica mais forte. Ao sinal de partida, a banda ataca uma marcha militar, prorrupendo a multidão, que se achava na Praça Mauá, em delirante aclamação.”²⁸¹

Logo após a fanfarra, um carro aberto, acompanhado de um pelotão de estudantes carregando bandeiras nacionais, homenageava os sobreviventes do “Arabutan”, um dos navios brasileiros torpedeados pelos submarinos alemães. Na alegoria, se encontravam Anibal Prado, o capitão do navio, e vários oficiais que estiveram presentes quando se deu o afundamento da embarcação. Aos aplausos do público, os marujos respondiam com o “V” da vitória.

²⁸⁰ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

²⁸¹ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

Em seguida, quatro estudantes levavam um grande painel, com o dístico: "Salve Oswaldo Aranha, campeão da Democracia". Inúmeros outros dísticos, painéis e cartazes apresentavam críticas aos países do Eixo e defendiam a política exterior brasileira. Também nestes objetos a contestação se fundia ao tom zombeteiro. Segundo o *Correio da Manhã*: "Alguns [cartazes] reproduziam desenhos de graça irônica, visando principalmente à quinta coluna. O "V" da vitória serviu de motivo a várias charges em que aparecia destroçando a cruz suástica."

Retratos de Vargas, com legendas que valorizavam sua atuação firme no comando da nação, espalhavam-se pelo cortejo. Durante toda a manifestação ouviam-se "vivas" ao presidente, ao interventor Amaral Peixoto e aos ministros Oswaldo Aranha e Vasco Leitão da Cunha. "Com seus *hurrahs* clássicos, cada escola com uma saudação característica, exaltavam ora o ministro das Relações Exteriores, ora o interventor do Estado do Rio, ora o ministro da Justiça."²⁸² Líderes de outras nacionalidades também eram enaltecidos em cartazes e painéis e entusiasticamente aclamados pelos estudantes, entre eles Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, Winston Churchill, presidente da Inglaterra, e o general e dirigente chinês Chang-Kai-Shek.

O ministro Leitão da Cunha – mais propriamente o já citado conflito que teve com Filinto Müller às vésperas da realização da passeata e que resultou na demissão do último – também foi objeto do bom-humor dos estudantes que, ao longo de toda a manifestação, incluíram o seguinte refrão entre os mais bradados: "Vasco 1 x 0!... Vasco 1 x 0!...". Segundo Poerner, a brincadeira "...conferia ao tento político de Vasco Leitão da Cunha o sabor de um triunfo futebolístico do Vasco da Gama."²⁸³

As primeiras delegações, da União Nacional dos Estudantes e das escolas superiores dos cursos de Belas Artes, Engenharia, Direito, Música, Educação Física, Filosofia, Medicina e Cirurgia e Odontologia, todos da Universidade do Brasil, foram aplaudidas durante todo o percurso da passeata.

Estudantes da Faculdade de Direito de Niterói, "Formados e de braços dados, como que expressando maior firmeza e união mais cerrada, cantavam uma marcha patriótica com a seguinte letra":

²⁸² *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

²⁸³ POERNER, Arthur. Op. cit., p. 148

*Aqui juramos transformar o nosso peito
 Numa trincheira contra os vis da tirania
 Somos soldados do direito
 Da liberdade e da democracia
 Ante a bandeira brasileira
 Já prometemos defender nosso Brasil
 Os sanguinários totalitários
 Esmagaremos pelo cano do fuzil.
 E o traidor quinta coluna
 só tem direito ao campo de concentração
 é um covarde que cedo ou tarde
 Será julgado pelo crime de traição.²⁸⁴*

A notícia destacou também a representação do Colégio Pedro II, que reuniu centenas de alunos, como uma das mais brilhantes. Um dos painéis trazidos pelos colegiais trazia a inscrição: “O Estudante também é um soldado” e, no primeiro pelotão, viam-se inúmeras bandeiras nacionais misturadas com pavilhões de todas as nações americanas.

Na descrição que se segue, o jornal destaca as alegorias que compuseram o desfile. Os carros alegóricos, emprestados por escolas de samba, conjugavam-se aos muitos estudantes fantasiados de Hitler, Mussolini ou Hiroíto para compor uma estrutura “carnavalizada”:

O jornal destacou²⁸⁵ o efeito cênico das alegorias, e mais uma vez vemos repetir-se a ironia, o sarcasmo, o riso, o deboche:

"Gloria aos marujos do Brasil" – exaltava a bravura dos marinheiros brasileiros, trazendo inscritos os nomes dos barcos brasileiros afundados. O carro “ostentava um "V" da vitória sobre uma cruz suástica derrubada. Em plano superior, a figura da liberdade guardava a chama sagrada dos ideais democráticos, ladeada dos pavilhões de todas as nações americanas.”²⁸⁶

“Civilização” – composta de três elementos: um globo terrestre com a legenda "O Diretório Central de Estudantes saúda o presidente Getulio Vargas", um busto do governante no centro do carro e, adiante da efígie, três figuras simbolizando a Inglaterra, os Estados Unidos e a República Brasileira, apareciam com o braço direito estendido sobre o livro da civilização.

²⁸⁴ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

²⁸⁵ Maurício Parada já havia apresentado uma descrição dos carros alegóricos citados. In: PARADA, Maurício. Op. cit., p. 142. Acrescentamos, entretanto, a descrição dos carros “Aliança do Eixo” e “Blitzkrieg”. Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

²⁸⁶ Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

Encantador de serpentes – trazia Hitler sentado à maneira dos indianos, tendo por baixo uma bomba com o estopim aceso e uma cruz suástica, já estourada. Tocando uma clarineta, o ditador encantava a serpente ‘Gestapo’, fazendo-a dançar.

“**Aliança do Eixo**” – um corpo de besta com três cabeças, representando Hitler, Mussolini e Hirohito.

“**Doutrina Monroe**” - um grande livro, com o "V" da vitória e a imagem de um tratado com os dizeres ‘Doutrina Monroe’.

“**Blitzkrieg**” – a alegoria criticava o fato de Hitler manter-se em Berlim enquanto seus soldados enfrentavam o frio das estepes russas. Sob um monte de neve, combatentes sem agasalhos e tremendo de frio saudavam o ‘fuehrer’ repetidamente. Sob um grosso capote negro, o ditador dava ordens aos enregelados soldados.

“**Quinta-coluna**” – um burrico verde, tendo uma braçadeira com a cruz suástica presa à pata traseira, arrastava um auto representando a “quinta coluna” e com a legenda: "Como eram verdes as galinhas de outrora".

Outros pontos da narrativa jornalística deixam claro que o tom espirituoso da manifestação a transformou num “curioso” espetáculo, de ares teatrais ou, mais propriamente, carnavalescos. A pilhéria e a gozação estiveram o tempo todo presentes, tanto nos papéis interpretados pelos estudantes fantasiados, quanto nos dísticos, cartazes, painéis e, ainda com mais destaque, nos carros alegóricos.

O tom galhofeiro, alegre e ruidoso, ganhou corpo na forma de uma crítica debochada, mas veemente. A postura festiva dos participantes do cortejo, assim como todos os elementos utilizados, estava impregnada de intencionalidade política.

Relata o jornal:

ELE SE ENGASGARÁ

A grande passeata proporcionou momentos de hilaridade. Riso e vibração cívicos chegaram, por vezes, a se confundir. Hitler, a bocana escancarada, não conseguia engolir imenso bolo, que figurava a América. E a legenda explicava: "Ele se engasgará".

VELOZ!

Mussolini participou da grande passeata. Atrás dele, a toda um avião e em seguida um automóvel. Mussolini corria, as pernas em arco, de calçar, sapatos de tênis, e aquela invencível disposição de não perder nunca... em velocidade. Na jaula, o Duce fazia ginástica sueca e pedia aos seus dois comparsas que lhe sacudissem os músculos da perna. Não queria, nunca, perder a forma...

A NOVA ORDEM

No pedestal, tanks, canhões, metralhadoras, punhais e outras armas mortíferas. Sobre o pedestal, uma enigmática esfinge. A cabeça do quadrúpede possuía bigodinho e uma mecha de cabelos cobrindo a testa. Cadáveres cercavam o monumento. Desfilava a Nova Ordem...

A escória, na novela de Liewelyn, cobriu o vale e inspirou o título à novela: "Como era verde o meu vale..." O melancólico título lembrou aos estudantes as galinhas. E o carro alegórico desfilou com a legenda "Como eram verdes as galinhas...". Mas as galinhas já foram depenadas. As galinhas depenadas, em enorme panela, deslocavam-se em outro carro: "sopa de galinha a granel.". Riso franco e gostoso.²⁸⁷

3.2.3. A multiplicação das manifestações

À manifestação de quatro de julho de 1942, seguiram-se inúmeros outros protestos estudantis em cidades fluminenses, entre elas Niterói, Campos, Macaé e Angra dos Reis.

No dia nove de julho, em Niterói, realizou-se um comício na Praça Martin Afonso – atual Praça Araribóia –, sob a direção do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga da Faculdade de Direito de Niterói. O evento obteve o apoio de autoridades estaduais, especialmente do interventor Amaral Peixoto, considerado pelo jornal *Correio da Manhã* o maior patrono da cruzada patriótica de combate à “quintacolumna”. Segundo o jornal, uma grande multidão prestigiou o ato público. Além da participação de estudantes universitários e secundaristas da capital da República, de Niterói e de São Gonçalo, compareceram ao evento sindicatos operários e outras organizações trabalhistas, culturais, científicas, beneficentes e também um grande número de pessoas que responderam positivamente ao apelo feito pelos estudantes às famílias niteroienses para que se juntassem ao movimento cívico. Na praça pública viam-se bandeiras nacionais conduzidas pelos jovens e um painel com retratos de Vargas e Amaral Peixoto, ambos saudados pelos “hurrahs” dos estudantes, que incluíam os nomes de Osvaldo Aranha e Vasco Leitão da Cunha.²⁸⁸

O primeiro orador, o estudante da Faculdade de Direito de Niterói, Sigmaringa Seixas²⁸⁹, falou sobre o perigo representado pela espionagem estrangeira e sobre o heroísmo dos marinheiros brasileiros vitimados nos torpedeamentos alemães, mas foi o último ponto da fala do estudante que nos

²⁸⁷ *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1942, p.01

²⁸⁸ *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1942, p.10 (Anexo 6)

²⁸⁹ Dois meses depois (setembro de 1942), no 5º CNE, Sigmaringa Seixas seria eleito para o cargo de 1º secretário da nova diretoria da UNE. In. POERNER, Arthur. Op. cit., p. 153

apresentou elementos centrais do posicionamento político do Movimento Estudantil naquele momento.

O discurso de Sigmaringa, como se vê na citação abaixo, indica que as proposições sustentadas pelos estudantes estendiam-se para além da defesa da entrada do Brasil na guerra para combater o “Eixo” e da luta interna contra a “quinta-coluna”²⁹⁰. Nota-se na fala do estudante uma clara defesa dos ideais democráticos. Dessa forma, apesar de direcionada ao cenário de guerra, a mensagem de Sigmaringa também podia ser lida como uma crítica a política autoritária do Estado Novo:

"Brasil é democrata por excelência, sempre vivendo o clima dos ideais de liberdade. O Brasil não pode pactuar com aqueles que querem banir a dignidade do homem. O Brasil repudia a torpeza do "espaço vital", porque já deu o exemplo de saber resolver suas questões territoriais com a sábia orientação do arbitramento." ²⁹¹

O segundo estudante a ocupar a tribuna foi Luiz Aranha Filho, representante da União Nacional dos Estudantes. Além de ressaltar a necessidade de vigilância de todos com relação aos integralistas, a partir dos quais, segundo Luiz Aranha, teria surgido a “quinta-coluna” no Brasil, e de – vide a última frase da declaração abaixo – praticamente exigir uma decisão do governo com relação à participação brasileira na guerra, a fala do estudante clama repetidas vezes por democracia e liberdade:

... Formemos junto ao comandante da mocidade brasileira, o interventor Amaral Peixoto, que no comício de 29 do mês passado declarou livres, no território do Estado do Rio de Janeiro, o pensamento e a opinião. Reverenciemos a memória de dois grandes brasileiros filhos desta terra Quintino Bocayuva e Benjamin Constant, honrando suas tradições com a repetição de seus exemplos. Já nos definimos, já nos manifestamos. Cabe agora a ação decisiva, na defesa do Brasil". ²⁹²

Este comício em Niterói marca o início de uma campanha pró-democracia e de combate à quinta-coluna promovida pelo Centro Acadêmico Evaristo da Veiga em

²⁹⁰ “Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas.” In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna

²⁹¹ Correio da Manhã, 10 de julho de 1942, p.10

²⁹² Correio da Manhã, 10 de julho de 1942, p.10

todo o território fluminense. Assim, no dia 11 de julho realizou-se outro comício, ainda em Niterói, na praça principal do Barreto, o maior bairro operário de Niterói. A seguir, o órgão estudantil da Faculdade de Direito de Niterói organizou caravanas universitárias que percorreriam vários municípios fluminenses. Dessa maneira, ainda no mês de julho, verifica-se a realização de comícios no dia 14 em Campos e Macaé, e no dia 17 e em Angra dos Reis.

O comício de Campos teve lugar na Praça São Salvador, reunindo milhares de pessoas. No início e no final do ato público os participantes cantaram o hino nacional, denotando o apelo cívico que cercava o evento. Uma característica importante da manifestação foi a presença de oradores que representavam grupos sociais e categorias profissionais – professores, comerciantes, bancários, mulher campista – que afirmavam em seus pronunciamentos a adesão à iniciativa dos estudantes.²⁹³ Vemos aqui, mais uma vez, as associações estudantis servindo como canais de expressão e manifestação de outras organizações políticas.

Os atos públicos estudantis se estenderam a outros estados. No dia 14 de julho, na Bahia, realizou-se uma passeata em homenagem à tomada da Bastilha. A referência ao evento-símbolo da Revolução Francesa revela a defesa dos valores democráticos – especialmente da liberdade – e a contraposição às posturas autoritárias. Ainda que o discurso não fosse marcadamente de oposição ao governo Vargas, as ideias expressas expunham discordâncias com relação à forma de conduzir o país. A manifestação recebeu a adesão de organizações operárias e do comitê dos Franceses Livres. Repartições públicas e casas comerciais foram fechadas para permitir o comparecimento da população que às 16 horas já se apresentava concentrada em grande número na Praça da Sé. Mais uma vez se exibiam caricaturas dos ditadores dos países do “Eixo” representadas em dísticos e cartazes.²⁹⁴ Outras ações importantes ocorreram no início do mês de agosto, no Ceará e no Rio Grande do Norte. Nestes estados foram organizadas “Semanas antinazistas” que contaram com a presença de autoridades políticas e militares.

Assim, vemos a multiplicação das manifestações em direção ao interior do Estado do Rio de Janeiro e a vários outros estados brasileiros. Também se nota a adesão de organizações de todo tipo, operárias, profissionais, culturais, científicas,

²⁹³ Correio da Manhã, 16 de julho de 1942, p.03

²⁹⁴ Correio da Manhã, 16 de julho de 1942, p.02

indicando que os protestos estudantis contra o “Eixo” e a “quinta-coluna” e a favor dos ideais de democracia e liberdade haviam iniciado um processo irreversível.

O êxito das manifestações, frequentemente adjetivadas pelo jornal *Correio da Manhã* como “comícios-monstro”, revela uma atuação intensa e um nível de organização elevado por parte das entidades representativas do Movimento Estudantil.

Seus líderes organizavam as caravanas e comícios e marcavam presença nos eventos, dando o tom dos pronunciamentos. Assim, vemos o próprio presidente da UNE, Luís Pinheiro Paes Leme discursando em vários comícios e passeatas, como o fez em mais um comício realizado ainda no mês de julho, no dia 24, na Praça Baltazar da Silveira, em Teresópolis.

Ainda que houvesse correntes políticas diferentes dentro do Movimento Estudantil, as manifestações realizadas nos meses de julho e agosto de 1942 retratam uma unidade de objetivos em torno de sua entidade máxima no que tange às discordâncias com relação à política externa de Vargas. Segundo Poerner:

... a declaração de guerra ao Eixo só fez unificar ainda mais os estudantes, numa poderosa aliança entre getulistas, esquerdistas e os constitucionalistas de Armando de Salles Oliveira. Para essa união cooperaram tanto as manifestações antifascistas, entre elas a passeata e o comício diante do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quanto a trégua estabelecida por Vargas, com a demissão de Filinto Müller e, pouco depois, de Francisco Campos, ministro da Justiça, de Leitão da Cunha e de Lourival Fontes, chefe do DIP, encarregado de reprimir a liberdade de imprensa.²⁹⁵

A concentração de forças dos estudantes e a intensificação dos atos públicos por eles organizados, a pressão norte-americana e a indignação da população frente aos contínuos torpedeamentos – principalmente após a noite de 15 para 16 de agosto, na qual cinco navios brasileiros de passageiros e carga foram afundados pelos submarinos alemães e italianos, ocasionando a morte de centenas de brasileiros – exigiam a entrada do Brasil da guerra. E finalmente, no dia 31 de agosto, o governo federal decretou o estado de guerra e no dia 16 de setembro a mobilização geral em todo o território nacional.²⁹⁶

²⁹⁵ POERNER, Arthur. Op. cit., p.150 e 151

²⁹⁶ Almanaque do Correio da Manhã de 1943, p. 212

Os estudantes universitários, que já se encontravam mobilizados, empenharam-se ainda mais após a decretação da mobilização geral para a guerra, como se pode observar nos desdobramentos do 5º Congresso Nacional de Estudantes, instalado no dia 14 de setembro. O encontro, que também tratou de questões especificamente estudantis, dirigiu suas atenções fundamentalmente ao estabelecimento de estratégias e ações de combate ao fascismo e à colaboração dos estudantes no “Esforço de Guerra”.

Para tanto, além de ter dado continuidade às manifestações públicas, a nova diretoria comandou uma série de campanhas cívicas integradas ao “Esforço de Guerra” nacional, entre elas, de forma destacada, as campanhas Pró-Bônus de Guerra, Pró-Aviões e Pró-Doação de Sangue.

Analisaremos, a seguir, como essas campanhas foram realizadas, evidenciando seus resultados práticos e suas implicações no cenário político do Estado Novo.

3.3. A colaboração da UNE no “Esforço de Guerra”: campanhas

3.3.1. A Campanha Pró-Bônus de Guerra

Segundo Poerner, a campanha universitária Pró-Bônus de Guerra iniciou-se no dia 28 de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, com uma passeata da Praça da República à Praça Paris.²⁹⁷ A manifestação, organizada pela UNE, foi uma das atividades realizadas pela entidade em conjunto com a Liga de Defesa Nacional (LDN)²⁹⁸ e o Conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil em comemoração ao primeiro

²⁹⁷ POERNER, Arthur. Op. cit., p. 154

²⁹⁸ Andrea Sanhudo Torres esclarece que a Liga de Defesa Nacional era uma entidade extragovernamental. Fundada em sete de setembro de 1916 por Olavo Bilac e pelo general Caetano de Farias, tinha como objetivos “... a coordenação e a difusão de ensinamentos cívicos e do ‘sentimento’ patriótico”. A organização teve atuação importante nas atividades de mobilização e conscientização dos brasileiros durante a 2ª Guerra Mundial acerca da necessidade de combater o nazi-fascismo. Inicialmente a LDN opôs-se ao governo, diante de sua relutância em combater junto aos países Aliados. No entanto, após a declaração de guerra ao Eixo, a LDN uniu-se à Vargas, empreendendo atividades cívicas em sintonia com as diretrizes governamentais. A entidade integrou-se à campanha de nacionalização de estrangeiros, organizou festejos cívicos, publicou obras de teor

aniversário do rompimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Eixo.²⁹⁹

Deve-se observar que a manifestação fazia parte de uma campanha que foi discutida com o próprio ministro da Fazenda e por ele aprovada. Três dias antes do evento, na sede da entidade, realizou-se a primeira reunião preparatória, com representantes de todos os Diretórios Acadêmicos dos cursos superiores da capital.³⁰⁰ No encontro, podia-se notar a preocupação dos estudantes em mobilizar o máximo de participantes. Nesse intuito, o presidente da Comissão de Propaganda solicitava sugestões para melhor divulgar a passeata e conquistar a adesão de estudantes universitários e dos níveis secundário, comercial, industrial e técnico-profissional do Rio de Niterói, e a participação da população de forma geral.

Como resultado das inúmeras articulações feitas pela UNE e da boa recepção da campanha junto à população e aos órgãos públicos, até mesmo os alunos do CPOR³⁰¹ receberam permissão para participar do desfile, com a recomendação de que "... a correção deve ser mantida pelos alunos fardados, conforme prescrevem os regulamentos militares." Também as bandas da Polícia Militar e da Polícia Municipal, após reunião realizada na sede da UNE, propuseram-se a participar da manifestação.³⁰²

Apesar de ter apenas quatro anos de existência, as articulações políticas feitas pela UNE durante a campanha demonstram que a entidade havia conquistado um importante espaço político. De fato, desde a manifestação de quatro de julho de 1942 a entidade máxima estudantil havia deixado claro que não poderia ser ignorada pelas instâncias políticas governamentais, nem pelas associações políticas que objetivavam de alguma forma interferir na cena política nacional.

A evolução das atividades coordenadas pela UNE ao longo do segundo semestre de 1942, integrando-se ao "Esforço de Guerra", transformou-a numa organização respeitada pelo governo e pela sociedade, de forma geral. Nesse

patriótico, entre outras ações. TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1999, p.65-70. Segundo Hermogênio Peixoto, citado por Torres, a LDN, "... além de suas atribuições normais, recebeu a incumbência de dirigir e orientar as manifestações do sentimento popular, em face dos acontecimentos que faziam vibrar a 'alma brasileira'..." PEIXOTO, Rodrigues Hermogênio. *Catecismo cívico*. Porto Alegre: Liga de Defesa Nacional, 1942. Apud TORRES, Andréa Sanhudo. Op. cit., p.67

²⁹⁹ Correio da Manhã, 28 de janeiro de 1943, p.10 (contra-cap) (Anexo 7)

³⁰⁰ Correio da Manhã, 26 de janeiro de 1943, p.09

³⁰¹ Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

³⁰² Correio da Manhã, 27 de janeiro de 1943, p.08 (contra-cap)

contexto, vemos a passeata inaugural da campanha Pró-Bônus de Guerra – janeiro de 1943 – receber a atenção de inúmeras autoridades. Hélio de Almeida, à época presidente da UNE, assim descreve: “Saímos da Central, viemos pela Rua Larga, o Oswaldo Aranha falou aos estudantes da sacada do Itamarati, passamos pelo Ministério da Educação, o Capanema falou. Fomos ao Ministério da Fazenda, o Souza Costa também falou...”³⁰³

Nota-se, portanto, que nesse período havia uma boa relação entre o governo federal e os estudantes. Entretanto, as palavras de Hélio de Almeida esclarecem como era a relação de fato: “... Nós éramos violentamente antigetulistas porque vivíamos o Estado Novo que era uma ditadura, mas havia um certo respeito de tratamento.”³⁰⁴

Além disso, a decretação de guerra parece ter instaurado uma trégua nas relações UNE X Governo Federal, concentrando-se os esforços de ambos no “Esforço de Guerra”. E parece ter sido este o clima vivido durante uma audiência realizada também no mês de janeiro, quinze dias antes da passeata Pró-Bônus de Guerra, na qual Getúlio Vargas recebeu o estudante Hélio de Almeida.

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, o então presidente da UNE apresentou ao Presidente da República um relatório das atividades da entidade e o programa para as realizações futuras, mas ressaltou que a “absoluta falta de verba” estava impossibilitando o trabalho dos diversos órgãos universitários. Vargas respondeu elogiando a atuação dos estudantes, principalmente a colaboração com o governo no “Esforço de Guerra” e propôs-se a auxiliar materialmente a organização estudantil durante o ano de 1943. Por fim, o presidente fez “... um apelo aos universitários no sentido de continuar a obra iniciada em prol do Brasil, tendo em vista a vitória sobre o inimigo.”³⁰⁵

A solicitação de Hélio de Almeida mostra que à autonomia política conquistada e reafirmada pela entidade não correspondia a autonomia financeira.³⁰⁶

³⁰³ BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p.20. Segundo Poerner, também o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o prefeito Henrique Dodsworth receberam os estudantes e fizeram pronunciamentos. POERNER, Arthur. Op. cit., p. 154

³⁰⁴ BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p.20

³⁰⁵ Correio da Manhã, 14 de janeiro de 1943, p.09

³⁰⁶ As dificuldades financeiras se estendiam às recém-criadas Uniões Estaduais de Estudantes. Nesta mesma reunião, as entidades estaduais de representação solicitaram à Capanema a criação de uma lei que estabelecesse a cobrança de uma taxa de dez cruzeiros anuais a favor da entidade. O ministro respondeu aos estudantes que trataria da questão na lei de reforma do ensino que já estava sendo elaborada. Correio da Manhã, 03 de março de 1943, p.07

No início de março, o acadêmico Tarnier Teixeira, presidente interino da organização estudantil, reuniu-se com o ministro da Educação e, entre outros assuntos, solicitou brevidade na concessão da verba destinada à UNE, ressaltando que entidade encontrava-se com a situação financeira precária. Capanema respondeu "... que a questão já estava em vias de solução, pois sua excia. já havia levado o requerimento da UNE ao presidente para despacho e que o requerimento naturalmente fora enviado ao Ministério da Fazenda."³⁰⁷

A demora na liberação na verba destinada à UNE pode ser interpretada como uma sinalização aos estudantes de que a relação com o governo se mantinha no nível do respeito e da trégua, mas que não havia apoio propriamente dito.³⁰⁸ Além disso, os conflitos entre o governo e a UNE durante o mês de abril, que giraram em torno da instalação da "Juventude Brasileira" no prédio sede da entidade máxima dos estudantes, podem ser um indicativo de que o governo estava preocupado em "minar" a capacidade de trabalho da UNE e, em última instância, reduzir a influência da entidade sobre os estudantes. Todavia, a reação dos estudantes à imposição do governo foi de forte rejeição, inclusive com o presidente da UNE deixando o cargo em protesto. Em consequência, o ministro da Educação recuou da proposta, retirando a Juventude Brasileira do prédio, mas exigindo, em contraponto, que Hélio de Almeida não retornasse a seu cargo.³⁰⁹ Instalou-se, então, um novo período de tranquilidade, como assinala a audiência de agradecimento da UNE à Vargas em virtude da verba de 217.000 cruzeiros concedida à entidade estudantil, "numa afirmação prática de apoio e incentivo do governo á obra de conagração estudantil e do trabalho de mobilização psicológica do povo para a guerra contra o nazi-fascismo que vem realizando os estudantes."³¹⁰

Voltando à campanha Pró-Bônus de Guerra, verifica-se que logo no início do mês de fevereiro, ou seja, poucos dias após sua inauguração, a UNE enviou a todas as Uniões Estaduais um plano de ação a ser executado por todos os estudantes do país. Ainda em fevereiro, a entidade criou uma comissão para coordenar a realização, no mês de junho, da "Festa das Nações Unidas", tendo como presidente o acadêmico Juvenile Pereira e, entre outros integrantes, o próprio presidente da

³⁰⁷ Correio da Manhã, 03 de março de 1943, p.07

³⁰⁸ A historiadora Angélica Müller analisa esta questão. MÜLLER, Angélica. Op. cit., p.65-72

³⁰⁹ Sobre o conflito entre a UNE e a Juventude Brasileira, consultar MÜLLER, Angélica. Op. cit., p.90-94.

³¹⁰ Correio da Manhã, 02 de junho de 1943, p.07

UNE, Hélio de Almeida. A arrecadação proveniente do evento, que também contou com o apoio da Liga de Defesa Nacional, seria destinada à aquisição de Bônus de Guerra.³¹¹

Outra estratégia utilizada na campanha foi a realização de entrevistas com diplomatas e personalidades brasileiras sobre a necessidade de apoio do povo à campanha. No dia seis de fevereiro foi transmitida pela Rádio Tupi uma entrevista concedida por José María Dávila, embaixador do México, ao estudante Juvenile Pereira, na qual o representante mexicano relatou suas impressões acerca da campanha do “Bônus da Vitória” desenvolvida pela UNE e o esforço correlato realizado pelos universitários de seu próprio país. No dia 11 o entrevistado foi o embaixador da China e à sua participação seguiram-se novos programas e entrevistas.³¹²

O rádio também foi utilizado de outra forma. Em fevereiro, a UNE distribuiu a todas as emissoras um ofício solicitando a leitura de slogans alusivos à campanha. Entre eles:

*“Comprar bônus de guerra é cooperar para o completo aniquilamento do banditismo nazi-fascista. Combater o nazi-fascismo é dever de todos os brasileiros e comprar bônus de guerra é uma forma de lutar contra nosso inimigo de morte. Compre bônus de guerra! – Para combater o inimigo fascista o Brasil precisa de cooperação de todos os seus filhos. Vingança!... – A Pátria precisa de todo o teu esforço para esmagar o nazi-fascismo. Compra bônus de guerra e coopera para a Vitória.”*³¹³

No dia 21 de junho, os membros da diretoria da UNE, da Secretaria de Estudos Econômicos e das faculdades de Ciências Econômicas se reuniram na sede da organização para avaliar a Campanha do Bônus de Guerra e definir a orientação para a segunda fase a iniciar-se.³¹⁴

Nos meses seguintes não encontramos outras referências à campanha no *Correio da Manhã*, que só volta a aparecer em novembro, com a organização da “Festa Popular do Bônus de Guerra”, integrando a “Semana de Ajuda ao Corpo Expedicionário”, organizada pela Secretaria de Defesa Nacional da UNE.³¹⁵

³¹¹ Correio da Manhã, 06 de fevereiro de 1943, p.07

³¹² Correio da Manhã, 06 de fevereiro de 1943, p.07; 11 de fevereiro de 1943, p.07; 16 de fevereiro de 1943, p.07

³¹³ Correio da Manhã, 05 de fevereiro de 1943, p.06

³¹⁴ Correio da Manhã, 19 de junho de 1943, p.09

³¹⁵ Correio da Manhã, 05 de novembro de 1943, p.09

3.3.2. Campanha Pró-Doação ou Pró-Banco de Sangue

No mês de maio de 1942, o DCE da Universidade do Brasil (UB), com auxílio da Cruz Vermelha – que forneceria o material técnico e a assistência de samaritanas especializadas –, integrou-se na campanha pró-Doação de Sangue, inaugurando um Posto de Classificação Sanguínea na sede da entidade estudantil, àquela época situada à Rua Álvaro Alvim, nº 31, 4º andar.

Na solenidade de inauguração do posto, além de “...autoridades, figuras da sociedade, do jornalismo, samaritanas e uma grande massa de estudantes...”, estiveram presentes o professor Leitão da Cunha, reitor da UB, o doutor Ranulfo Mourão, chefe de serviço da Cruz Vermelha Brasileira e o acadêmico Hélio de Almeida, presidente do DCE-UB e futuro presidente da UNE (eleito em setembro de 1942). O representante estudantil, em seu discurso, “...assinalou que nossos estudantes querem se colocar desde já a serviço da pátria...”. O objetivo do DCE ao instalar o posto seria estimular a participação dos oito mil universitários cariocas na campanha citada.³¹⁶

A UNE criou a Comissão Universitária pró-Banco de Sangue que, entre suas resoluções, decidiu criar, inicialmente, quatro postos abertos a toda a população, nos seguintes locais: Associação Comercial Suburbana; Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro; Sindicato dos tecelões (Posto na Praça da Bandeira) e na sede da própria entidade estudantil. A comissão deliberou sobre a necessidade de realizar propaganda direta junto ao povo. O objetivo seria “mobilizar cinco mil litros de sangue, dentro do mais breve espaço de tempo, afim de atender às necessidades imediatas das nossas forças armadas.”³¹⁷

A UNE fez um intenso trabalho de divulgação da campanha junto à população, distribuindo milhares de cartazes nas principais ruas da cidade, nas casas comerciais, bancos, cinemas e restaurantes.

Em fevereiro de 1943, a propaganda em torno da campanha entrou em uma nova fase, direcionando a publicidade também para os clubes esportivos e incluindo a abertura de inscrições, no dia 24 de fevereiro, para um concurso de cartazes alusivos à temática da campanha, com prêmios em dinheiro para os dois primeiros

³¹⁶ Correio da Manhã, 06 de maio de 1942, p.03

³¹⁷ Correio da Manhã, 14 de fevereiro de 1943, p.23

colocados. O encerramento e a premiação do concurso foram realizados no dia sete de maio, na sede da UNE.³¹⁸

Além de bem-sucedida, a campanha parece ter estimulado a abertura de novos bancos de sangue por outras entidades estudantis, como na cidade de Campos, sob a iniciativa da Federação dos Estudantes de Campos.³¹⁹

3.3.3. Campanha de Arrecadação de Metais e Borracha (“As Pirâmides Metálicas”) e a Campanha Pró-Aviões

De acordo com a notícia publicada no jornal *Correio da Manhã* do dia 29 de agosto de 1942, a Campanha de Arrecadação de Metais e Borracha empreendida pelos estudantes, cuja data de início não é abordada, foi bem recebida pela população carioca. O jornal relata que estava marcada, para aquele mesmo dia, a inauguração dos primeiros pontos de coleta, duas “pirâmides metálicas”. O posto da Praça Marechal Floriano (atual Cinelândia) seria inaugurado após um desfile estudantil que, saindo da Escola de Engenharia, no Largo de São Francisco às 16 horas, percorreria a Rua dos Andradas, Rua do Acre, Praça Mauá e Avenida Rio Branco, terminando no local de instalação do posto, onde discursaria o presidente da Comissão de Arrecadação, o acadêmico Virgílio Pires de Sá. Já a “pirâmide” do Largo da Carioca, seria inaugurada às 16 horas com a presença do prefeito Henrique Dodsworth, da banda de música dos Fuzileiros Navais e de um grande número de delegações estudantis.³²⁰

Apesar da importante colaboração dos estudantes nos postos destacados acima, as pirâmides efetivamente formadas sob coordenação da UNE foram destacadas em relato de Hélio de Almeida. Segundo o então presidente da UNE, os estudantes fizeram um apelo ao povo do Rio de Janeiro para que doassem os objetos metálicos que não tivessem mais utilidade em três locais: no Mourisco, na Praça Saens Peña e na Praça Mauá. A campanha, segundo Hélio de Almeida, teve ótima acolhida da população carioca e, em consequência, logo se formaram

³¹⁸ *Correio da Manhã*, 05 de fevereiro de 1943, p. 06; 23 de fevereiro de 1943, p.07; 05 de maio de 1943, p.07; 08 de maio, p.07

³¹⁹ *Correio da Manhã*, 05 de maio de 1943, p.07

³²⁰ *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1942, p. 05

amontoados de metais que tomavam a forma de pirâmides. O dinheiro arrecadado com a campanha teria possibilitado a doação de quatro aviões ao Ministério da Aeronáutica. “A única nota destoante é que alguns moleques jogavam as bancas de jornal nas pirâmides e no dia seguinte nos tínhamos que retirá-las e devolvê-las aos donos.”³²¹

As informações de Hélio de Almeida parecem relacionar-se à Campanha Pró-Aviões, citada por Arthur Poerner. O jornalista relata que a Campanha Pró-Aviões foi coordenada pela Secretaria de Defesa Nacional da UNE e teria arrecadado 270 mil cruzeiros. Diferentemente dos quatro aviões citados por Hélio de Almeida, Poerner pontua que três aviões de treinamento médio teriam sido doados aos militares.³²²

As matérias jornalísticas analisadas frequentemente utilizavam entonação dramática quando se referiam às “pirâmides metálicas”. Na reportagem intitulada “O que falta nas pirâmides”, o jornalista Costa Rego escreve em tom de crônica:

Detenho-me sempre a admirá-las, querendo antes compreendê-las, pois essas pirâmides falam, como as estrelas que ouvia o poeta. A primeira emoção de uma pirâmide tive-a ao observar o semblante grave, concentrado, algo melancólico, de Juquinha, ao trazer-lhe seu velocípede enferrujado.”³²³

Costa Rego continua, relacionando os objetos lançados à capacidade do trabalhador brasileiro ou, como ele mesmo esclarece, para representar o Brasil naquele momento:

... Veja-se aquela marmitta de um operário, companheira de miséria, como disse João Neves da Fontoura ao apontá-la: é todo um poema de sacrifício, revelando o gesto animoso do homem obscuro, afirmando-se estoico.

Aliás, em tudo quanto se amontoa na pirâmide há o traço de um drama da vida. A cama de ferro ali está, essa companheira também de miséria, como ali estão as latas vazias, as lâminas, chapas, instrumentos, que serviram na luta perene da existência, nos esforço diário de torná-la digna. Restos de veículos simbolizam o movimento no trabalho, a construção pacífica das obras úteis; pedaços de pás, enxadas, picaretas, foices, arados, a confiança na terra maternal; máquinas registradoras, o exercício do comércio, fazendo circular as riquezas; castiçais imprestáveis, as noites de vigília, por serviço extraordinário ou doenças prolongadas; relógios de parede, as horas felizes ou amargas de cada um; talheres partidos, a necessidade imperiosa de subsistir pelo alimento; asas de ventiladores, a inclemência do clima tropical; portões de grades, a ruína de algum lar onde o tempo veio bater o minuto extremo da prosperidade; ferragens múltiplas, a grandeza das oficinas que as forjaram; tesouras desarticuladas, a

³²¹ BARCELLOS, Jalusa. Op. cit., p.19

³²² POERNER, Arthur. Op. cit., p.154

³²³ Correio da Manhã, 4 de setembro de 1942, p. 02 (Anexo 8)

*abnegação feminina em suas obras de corte e costura; coberturas de zinco, a precariedade da residência nas classes de condição econômica inferior. Fios de arame, correntes, ganchos, fechos, grampos, tranças, longrinhas, espetos, puas, martelos, postes, cofres, chaves, canivetes, saca-rolhas, blocos de chumbo, fragmentos de bronze, pregos, parafusos, nem sei o que mais diga: aqui ponho tudo em tumulto, como na pirâmide, para representar neste momento o Brasil.*³²⁴

3.3.4. Outras Campanhas

Os estudantes universitários realizaram várias outras ações visando tanto informar quanto, como se dizia à época, “preparar psicologicamente a população” sobre a situação do país diante da guerra, além de atividades efetivamente voltadas à arrecadação de dinheiro para o “Esforço de Guerra”. Entre elas:

A “Primeira Feira Universitária de Arte Moderna” – realizada nos salões da Associação Brasileira de Imprensa, ao longo de todo o mês de fevereiro de 1942, com patrocínio da Liga de Defesa Nacional.³²⁵

A publicação da revista “Renovação – Revista Universitária Democrática a Serviço do Esforço de Guerra”, dirigida pelos acadêmicos Marcio Rolemberg Leite, Leônidas Marafeli e Aldo Lins e Silva, podia ser encontrada nas bancas de jornais da cidade. Apesar da apresentação “pobre”, principalmente em função do papel de baixo custo, a publicação tinha qualidade. Em seu primeiro número, trazia artigos de intelectuais renomados, como Hermes Lima, Graciliano Ramos, Alvaro Moreyra e Rubem Braga, textos sobre política nacional e internacional, espaço dedicado à literatura, reportagens com o general Manoel Rabelo e o embaixador do Chile, além de uma atualização bastante abrangente acerca das atividades universitárias em todos os Estados. A redação da revista localizava-se no Edifício Rex, sala 508, na Rua Álvaro Alvim.³²⁶

Campanha do Livro da Vitória – promovida pela Secretaria de Intercâmbio Social da UNE, ao que tudo indica no primeiro semestre de 1943, a campanha conseguiu angariar grande quantidade de livros para serem entregues aos combatentes do

³²⁴ Correio da Manhã, 4 de setembro de 1942, p. 02

³²⁵ Correio da Manhã, 26 de janeiro de 1943, p. 09

³²⁶ Correio da Manhã, 20 de fevereiro de 1943, p. 07

exército nacional, especialmente aos estudantes convocados.³²⁷ Campanha semelhante foi realizada pela União Metropolitana de Estudantes (UME), entidade filiada à UNE que representava os estudantes universitários do Distrito Federal. O empreendimento, iniciado em outubro de 1943, objetivava a arrecadação de livros e cigarros para soldados brasileiros.³²⁸

Campanha de Formação de Equipes de Voluntárias Laboratoristas – segundo notícia do jornal Correio da Manhã, a UNE não possuía um departamento feminino, mas inúmeras moças tomavam parte nas atividades das secretarias e departamentos da entidade. No caso do “Esforço de Guerra”, a matéria enfatiza, entre as atividades por elas realizadas, campanhas como a de auxílio às vítimas de guerra e a promoção de conferências nos estabelecimentos de ensino exclusivamente femininos sobre a necessidade de envolvimento de todos nas iniciativas que diziam respeito à participação brasileira no conflito mundial. Outra campanha de grande importância teve início após uma visita de algumas integrantes da UNE, lideradas pela estudante Fany Malin – integrante da Secretaria de Defesa Nacional da UNE -, ao coronel Fonseca, chefe do Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército. Informadas pelo coronel da necessidade de voluntárias laboratoristas para o embalagem de medicamentos que seriam utilizados pelos soldados brasileiros em batalha, o grupo de estudantes decidiu organizar grupos de trabalho de moças que aceitassem, nas horas vagas, auxiliar no empacotamento de algodão, gaze e de outros itens que cada soldado deveria levar para a guerra. Com esse objetivo, além dos postos da Cruz Vermelha e do próprio Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército, que já estavam em funcionamento, as universitárias da UNE instalaram um posto na sede da entidade estudantil e propuseram-se a estimular a abertura de novos em outros locais da cidade. A expectativa do grupo era de ampliar substancialmente a campanha, obtendo a adesão não apenas das estudantes dos cursos superiores, mas também das alunas do Instituto de Educação e de outros educandários da capital.³²⁹

³²⁷ Correio da Manhã, 19 de maio de 1943, p. 07

³²⁸ Correio da Manhã, 25 de setembro de 1943, p. 09

³²⁹ Correio da Manhã, 31 de março de 1943, p. 08 (contra-capas); 02 de abril de 1943, p. 03; 08 de maio de 1943, p. 07

As palavras da acadêmica Fany Malin dimensionam a importância da iniciativa estender-se para além do posto instalado na sede da UNE:

O nosso desejo não é somente o de possuímos aqui na UNE um grupo de universitárias em ação, porque além disso temos formada uma comissão encarregada de percorrer as diversas escolas superiores e outros estabelecimentos de ensino afim de procurar arregimentar o maior número possível de voluntárias laboratoristas que se organizarão em diversos locais para o mesmo mistér. Pretendemos com isso criar vários grupos de moças estudantes, para, nas horas vagas dos seus estudos, colaborarem na medida das suas possibilidades no preparo desses curativos necessários aos nossos soldados... Hoje, como voluntárias laboratoristas não fazemos senão continuar o auxílio que vimos prestando através das diversas Secretarias da UNE em numerosas campanhas dessa entidade, entre as quais a do banco de Sangue, a do Bônus de Guerra e outras de preparo psicológico do povo para os dias do futuro.³³⁰

A fala da estudante valoriza a importância de todas as campanhas realizadas e indica a necessidade de sua continuidade. Além disso, termina citando uma temática à época recorrente, tanto nos discursos dos órgãos governamentais quanto nos realizados pela UNE e demais entidades de representação estudantil, “o preparo psicológico do povo”.

Este foi um dos objetivos declarados para a organização do “Carnaval de Guerra”. Com o conflito em andamento, a preparação dos soldados brasileiros em processo e aproximando-se o momento de entrada efetiva nos campos de batalha, enfatizava-se a necessidade não só da dedicação da população às campanhas – como as de doação de sangue ou a compra de Bônus de Guerra –, mas principalmente a predisposição de todos para suportar as agruras decorrentes do cenário de guerra e, além disso, a atenção voltada à identificação dos “quintacolonistas” e suas manobras de sabotagem e de manipulação de pessoas.

Veremos a seguir o desenrolar do “Carnaval de Guerra” de 1943, especialmente o “Cortejo da Vitória”, mais uma importante manifestação coordenada pela União Nacional dos Estudantes que, apesar da seriedade do momento, apresentava as características que marcaram os atos públicos estudantis durante o Estado Novo: o riso, o deboche, a “inversão” de valores, a carnavalização.

No caso do “Carnaval de Guerra” estes traços tornam-se bastante curiosos, já que se carnavalizou um evento realizado dentro do próprio período de carnaval.

³³⁰ Correio da Manhã, 02 de abril de 1943, p. 03

A participação do ME e da UNE em todas estas campanhas evidencia a importância alcançada pelas entidades estudantis no quadro mais amplo do “Esforço de Guerra”. A competência demonstrada pela organização no processo de mobilização dos estudantes e da própria população, e a habilidade em articular-se com outras instâncias políticas e sociais, inclusive dentro do próprio governo, nos permite afirmar que as associações estudantis, principalmente a UNE, ocuparam um espaço relevante no cenário político relativo à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

3.4. A colaboração da UNE no “Esforço de Guerra”: o “Carnaval de Guerra” de 1943 e o “Cortejo da Vitória”

Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em agosto de 1942, e a possibilidade de conflitos militares em terras brasileiras, a realização de atividades festivas, mesmo o tradicional carnaval, tornou-se uma questão polêmica. O historiador, músico e ator Celso Branco descreve um cenário desanimador às vésperas do período carnavalesco:

Ainda a poucos dias antes do Carnaval, dois navios brasileiros foram bombardeados em águas nordestinas – o Brasilóide... e o Afonso Pena. A pergunta: "deve ou não deve haver carnaval?", pairava no ar. Para muitos brasileiros, que se preocupavam com a guerra e que sentiam os seus efeitos na escassez e no alto custo dos gêneros alimentícios, a realização da grande festa popular era um despropósito: carnaval não combina com guerra!³³¹

Havia outro agravante, a economia estava direcionada para o esforço de guerra e haveria pouco dinheiro para a festa popular. Segundo o geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes, citado por Celso Branco, o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, comprometeu-se apenas com o carnaval popular, o Teatro Municipal comunicou que não haveria baile e as grandes sociedades, os ranchos e o curso do Rio de Janeiro cancelaram o desfile daquele ano, situação que se repetiria

³³¹ BRANCO, Celso. *O Brasil entrou na Guerra. Vai ou não ter carnaval?* Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 35, 2008. [ISSN 1981-3384]. Disponível em: <http://www.temppresente.org>

nos dois anos seguintes.³³² Para o carnaval de 1943, somente as escolas de samba ainda não haviam declarado a suspensão do desfile.

Com a proximidade do período carnavalesco, cresceu o movimento em defesa da realização do desfile, mas o impasse continuava. A decisão em favor do desfile recebeu um forte incentivo vindo do Palácio do Catete. Em janeiro, a primeira dama, Dona Darci Vargas, convocou as escolas de samba para participarem de um desfile no campo do C.R.Vasco da Gama, cuja renda beneficiaria a Cantina do Soldado Combatente. No dia 24 do mesmo mês, aponta Sérgio Cabral, treze escolas compareceram ao evento: “Azul e Branco, Cada Ano Sai Melhor, Portela, Estação Primeira, Paz e Amor, Deixa Malhar, Lira do Amor, Depois Eu Digo, Unidos do Sagueiro, União do Sampaio, Unidos da Tijuca, Império da Tijuca e Mocidade Louca de São Cristóvão.”³³³ As temáticas do patriotismo e a defesa do alistamento estiveram presentes em vários sambas. Um bom exemplo foi a apresentação da Portela, que defendia a participação brasileira na guerra, mas ao mesmo tempo confrontava a política de Vargas, ao pregar valores como democracia e liberdade. Abaixo o samba portelense:

*Democracia
Palavra que nos traz felicidade
Pois lutaremos
Para honrar a nossa liberdade*

*Brasil oh! Meu Brasil
Unidas nações aliadas
Para o front eu vou de coração*

*Abaixo o Eixo
Eles amolecem o queixo
A vitória está em nossa mão³³⁴*

Dando vazão ao desejo popular, o desfile realizado em janeiro no clube Vasco da Gama, segundo Celso Branco, serviu para esquentar “... os tamborins, chamando a atenção para a realização da festa maior.”³³⁵

³³² FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de Samba: Sujeitos Celebrantes e Objetos Celebrados. Rio de Janeiro, 1928 – 1949. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria das Culturas \ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (C/DGDI/ARQ), Coleção Memória Carioca; Vol. 3. 2001, p.105. Apud BRANCO, Celso. Op. cit.

³³³ CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. São Paulo. Lazzuli Editora. Companhia Editora Nacional. 2011, p. 150

³³⁴ CABRAL, Sérgio. Op. cit., p.151

³³⁵ BRANCO, Celso. Op. cit.

E assim, o Carnaval de 1943 acabou acontecendo, mas na forma de uma alegria moderada e com algumas limitações estabelecidas pelo estado de beligerância. Alemães, italianos e japoneses residentes no Brasil não poderiam participar da festança, o uso de máscaras estava proibido e, segundo se anunciava, o uso de lança-perfume seria reprimido em espaços fechados.³³⁶

Branco ressalta, entretanto, que esta alegria moderada relacionava-se mais às questões econômicas e não tanto ao pesar ocasionado pelas mortes de brasileiros nos torpedeamentos ou pela aproximação concreta da guerra:

Em todo Brasil, os dias consagrados à festa de Momo foram sim comemorados, mas com menos arroubos que nos anos anteriores. A falta de ânimo dos foliões estava menos ligada à tragédia da Guerra e bem mais às exigências de contenção, com o racionamento da gasolina, que reduziu os préstimos nas ruas, e o alto custo das fantasias, acessórios, confetes, máscaras e lança-perfumes (que acabaram proibidos). Com tudo isso, o carnaval acabou perdendo muito da sua dimensão, irreverência e criatividade. A festa aconteceu, mas de maneira tímida.³³⁷

O desfile em si não foi organizado pela prefeitura do Distrito Federal, e sim pela Liga de Defesa Nacional em parceria com a União Nacional dos Estudantes, como parte do “Carnaval de Guerra”, campanha lançada pelas duas instituições que conseguiu conciliar as preocupações com a guerra e o clamor dos foliões que desejavam “pular” o carnaval.

O “Carnaval de Guerra” ou “Carnaval da Vitória” tinha por objetivo “... mobilizar psicologicamente o povo para a guerra contra o nazi-fascismo, aproveitando os festejos de Momo... fazendo sair as escolas de Samba, Ranchos e o 'Cortejo da Vitória', todos dentro do espírito de guerra...”.³³⁸

O desfile das Escolas de Samba realizou-se no domingo, dia sete de março, na Avenida Rio Branco. Segundo Celso Branco, os enredos sofreram um rígido controle, o que se repetiria nos dois anos seguintes, diante do envolvimento direto do Brasil na guerra. Assim, a liberação dos enredos dependia da aprovação da Liga de Defesa Nacional e da UNE “...que assumiram o comando dos desfiles na Avenida Rio Branco, cabendo ao sambista o desenvolvimento do tema aprovado.”³³⁹ A comissão julgadora, indicada pelas duas organizações, era composta “... pelo capitão Luís Gonzaga, pelos jornalistas Benedito Calheiros Bonfim e Guimarães

³³⁶ BRANCO, Celso. Op. cit.

³³⁷ BRANCO, Celso. Op. cit.

³³⁸ Correio da Manhã, 07 de março de 1943, p.01

³³⁹ BRANCO, Celso. Op. cit.

Machado, e pelo estudante Maurício Vinhais, que deram o tricampeonato à Portela. A escola de Madureira apresentou o enredo ‘Carnaval de guerra’³⁴⁰. Sua apresentação:

... levava como alegoria uma vaca representando as nações do Eixo, com suas bandeiras cravadas no próprio corpo (Isnard Araújo e Candeia, 1978. p.18), e trazia um samba que era um hino ao alistamento, mas também repetia a provocadora ideia de democracia: “Brasil, terra da liberdade”, de (Alvaiade, Nilson Gonçalves e Ataulfo Alves). A Liga de Defesa Nacional e a UNE, ao aprovarem esses sambas, falavam também pela democracia - o que demonstra o quanto “por dentro” o Estado Novo se corroía.³⁴¹

Não temos dados que nos permitam entender melhor a relação da UNE com a Liga de Defesa Nacional, mas sabemos que, neste momento, a LDN atuava em consonância com as diretrizes governamentais. A UNE, apesar de seu posicionamento autônomo, estava integrada ao governo em iniciativas ligadas ao “Esforço de Guerra”. É curioso notar, entretanto, o papel de censor que a entidade estudantil ocupou no desfile das escolas de samba de 1943. O paradoxo dependência X autonomia em relação ao governo aparece aqui mais uma vez. Assim, se a UNE parece atuar “a serviço” do governo, censurando temas avessos à política estadonovista, ela também se utiliza deste mesmo instrumento – censura/liberação/escolha dos melhores – para “fazer passar pela avenida” um posicionamento democrático, como indica o desfile portelense retratado na citação acima.

A União Nacional dos Estudantes envolveu-se de forma intensa na mobilização político-festiva do “Carnaval de Guerra”, congregando todos os seus departamentos, diretores e secretários. O brincar crítico, característica frequente nas manifestações estudantis, – e que esteve presente, como vimos anteriormente, em todos os aspectos da passeata de quatro de julho de 1942 –, também aqui se fez notar, como indica o *slogan* criado pelos estudantes, “Colaboro mesmo quando me divertir”.³⁴²

Uma atividade em especial evidenciou este elemento brincante, o “Cortejo da Vitória”, evento de encerramento do “Carnaval da Vitória”. Organizada pela UNE

³⁴⁰ FERNANDES. Nelson da Nóbrega. Op. cit., p.141

³⁴¹ FERNANDES. Nelson da Nóbrega. Op. cit., p.141

³⁴² Correio da Manhã, 07 de março de 1943, p.01

e tendo como atores os próprios estudantes, a manifestação da “terça-feira gorda” exibiu treze alegorias:

*1ª - Apoio ao governo; 2ª - União Nacional; 3ª - Esforço de guerra; 4ª - Apoio às Forças Armadas; 5ª - Campanha das Obrigações de Guerra; 6ª - Apoio à LBA e a CVB; 7ª - Cooperação militar Brasil - Estados Unidos; 8ª - Eficiência militar do Brasil nas tarefas que lhe possam caber; 9ª - União continental; 10ª - Carta ao Atlântico; 11ª - Repulsa aos torpedeamentos; 12ª - Crítica aos chefes totalitários e às suas exóticas doutrinas; 13ª - Apoteose à Vitória.*³⁴³

Segundo o jornal *Correio da Manhã*:

*A União Nacional dos Estudantes foi a responsável pelo único préstito carnavalesco deste ano. Sob o patrocínio da Liga de Defesa Nacional a entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros aproveitou o carnaval, o mais frio de que há memória, para, através dos carros alegóricos que fez desfilar pela avenida Rio Branco, e dos apelos dirigidos ao povo pelo microfone instalado defronte da Rua do Ouvidor, mobilizar a opinião pública para a guerra.*³⁴⁴

O desfile começou às 20 horas na Praça Mauá, tendo como destino a Palácio Monroe. O primeiro carro, que homenageava as Nações Unidas, vinha ladeado pelas bandeiras do Brasil, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da China e da Rússia e trazia no centro os bustos de Vargas, Roosevelt, Churchill, Chiang-kai-Shek e Stalin. Entre os carros seguintes, alguns destacavam o esforço de guerra, a dedicação das Forças Armadas, as boas relações com a Argentina. Outros homenageavam autoridades nacionais, como o coronel Etchegoyen, o general Manuel Rabelo e o coronel Estillac Leal. O carro que criticava os ditadores nazi-fascistas e o integralismo trazia uma galinha morta, pintada de verde, simbolizando a derrocada deste movimento no Brasil.

A população aglomerada nas calçadas aplaudia entusiasticamente os carros alegóricos, com exceção do carro que protestava contra o nazi-fascismo e o integralismo, que foi, segundo o *Correio da Manhã*, “violentamente vaiado”.

Ao longo do desfile, os carros alegóricos paravam em frente a um palanque colocado em frente à Rua do Ouvidor. Nestes momentos, os estudantes falavam ao microfone, esclarecendo ao público presente o significado das alegorias. Entre as passagens dos carros, trechos de discursos de autoridades eram lidos.

³⁴³ *Correio da Manhã*, 07 de março de 1943, p.01

³⁴⁴ *Correio da Manhã*, 11 de março de 1943, p.08 (contra-capa) (Anexo 9)

Terminado o cortejo, o público “... juntou-se ao palanque dando ‘vivas’ às Nações Unidas e ao Brasil e ‘morras’ às potências totalitárias.” Alguns oradores discursaram, lembrando as agressões dos países do Eixo ao Brasil e conclamando o povo a lutar até que o nazi-fascismo fosse efetivamente derrotado. O último orador “solicitou que todos demonstrando fé na vitória das Nações Unidas erguessem os braços em forma de V, o que foi feito por toda a imensa massa desde a Praça Mauá até à Cinelândia.”

Mais uma vez vemos as organizações estudantis utilizarem-se da “carnavalização” como instrumento de mobilização não só dos estudantes como da população, de forma geral. A festa popular e a brincadeira foram assim utilizadas para transmitir uma mensagem de extrema seriedade, a necessidade de todos os brasileiros integrarem-se ao “Esforço de Guerra”.

3.5. A UNE e as manifestações pelo fim do Estado Novo

3.5.1. A “Passeata do Silêncio”

O progressivo envolvimento do governo no combate ao Eixo e o enfraquecimento da Juventude Brasileira após a concordância de Capanema com sua saída da sede da UNE – com a condição de que o presidente da UNE Hélio de Almeida, que se demitiu em protesto pela instalação da organização governamental no prédio já ocupado pela entidade, não retornasse ao cargo – conduziram a uma trégua só eventualmente rompida.

Como vimos, os estudantes universitários se associaram ao governo em uma série de campanhas e atos públicos que visavam a unidade nacional diante das necessidades impostas pelo “Esforço de Guerra”.

No VI Conselho Nacional de Estudantes, realizado entre os dias 16 e 30 de julho de 1943, as preocupações dos estudantes continuaram tendo como prioridade

o “Esforço de Guerra”. Na sessão de encerramento, o acadêmico Ritacínio Pereira³⁴⁵ apresentou algumas propostas referentes à participação dos estudantes universitários no esforço de guerra que receberam o apoio unânime da assembleia. Foram as seguintes:

1º - que a UNE entre em entendimento com as companhias de filmes nacionais e estrangeiras no sentido de divulgação mais adequada da política militar contra o nazi-fascismo.

2º - que o VI Congresso, as Uniões Federal e estaduais, bem como os diretórios e todas as organizações de estudantes estudem, sugiram, apoiem e divulguem todos os assuntos referentes à mobilização econômica do Brasil.

3º - que a UNE organize um teatro de guerra de estudantes, com funcionamento nas escolas, desdobrando-se em vários grupos, conforme sua feição, focalizando a vida no momento de guerra.

4º - que se fizesse uma campanha para a ampliação dos corpos de pilotos e especialização de aeronáutica, de acordo com a iniciativa do Centro 11 de Agosto, que deve merecer o aplauso de todos. A campanha se estenderá por todo o território nacional, por intermédio dos estudantes.³⁴⁶

Mas se por um lado a guerra colaborava para a trégua entre governo e estudantes, a luta ao lado dos países Aliados alimentava no cenário político nacional as reivindicações por liberdade de expressão/manifestação e pela volta à democracia e realizações de eleições.

Também o jogo político no meio estudantil se direcionava ao aumento das tensões com o governo estadonovista. Hélio Mota, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, principal entidade estudantil de oposição ao governo Vargas, foi eleito presidente da UNE no VI Congresso Nacional de Estudantes, ou seja, neste período havia forte influência do C.A. XI de Agosto sobre a direção da UNE. Esta conjuntura particular conduziu a um rompimento na trégua estabelecida entre governo e estudantes. Aproximando-se o dia 10 de novembro de 1943, data prevista pela Constituição para a convocação de eleições presidenciais e que também marcava o sexto aniversário do Estado Novo, Vargas deixou claro que não cumpriria a determinação constitucional.

Em consequência, o Centro Acadêmico XI de Agosto – que no dia 30 de outubro teve alguns de seus integrantes presos, incluindo o presidente, em virtude de declarações pró-democracia e anti-Estado Novo feitas durante o “Baile das

³⁴⁵ Ritacínio Pereira, estudante da Faculdade de Medicina do Pará, fazia parte da diretoria da UNE eleita no CNE de 1942, ocupando o cargo de 3º secretário. In. POERNER, Arthur. Op. cit., p. 153

³⁴⁶ Correio da Manhã, 30 de julho de 1943, p.06

Américas” e, no dia 1º de novembro, teve sua sede invadida e depredada, com novas agressões e prisões a estudantes – decidiu organizar a Passeata do Silêncio.

A ideia inicial dos estudantes era realizar um comício pró-democracia, mas, diante da proibição expressa da Secretaria de Segurança Pública, decidiram, como forma de protesto, organizar a Passeata do Silêncio. Coriolano de Góis, Secretário de Segurança do Estado, considerou a manifestação uma afronta às comemorações do aniversário do Estado Novo e, para dispersá-la, enviou um grande contingente policial à Praça do Patriarca, local onde a terminaria o protesto.

Hélio Mota, com receio de que houvesse algum conflito entre a polícia e os estudantes, alertou-os para que permanecessem em silêncio, e achou por bem liderar a passeata. Das portas da Academia caminharam, calados e em marcha lenta, até a Praça do Patriarca, que se encontrava tomada por uma multidão. Emocionados, os estudantes quebraram o silêncio dando vivas à democracia, sob aplausos entusiasmados do povo ali presente.

A Polícia Especial, todavia, não poderia admitir uma manifestação deste tipo e agiu rapidamente. Os carros dos batalhões de choque levaram bombas de gás, cassetetes de borracha e armas de fogo como fuzis, pistolas e metralhadoras. Os policiais usaram suas armas para atirar em direção à multidão que avançava; poucos atiraram em direção ao chão. O tiroteio matou duas pessoas e deixou outras feridas, mais da metade eram alunos de Direito. Estudantes, mulheres, crianças, homens que saíam do trabalho, fiéis que saíam da Igreja de São Francisco, pessoas a caminho de seus lares ou paradas nas filas de ônibus do sempre movimentado centro de São Paulo: todos eram confundidos e ameaçados pelo furor policial.³⁴⁷

A repressão policial, ao invés de inibir a resistência estudantil, acirrou a postura oposicionista dos estudantes de Direito paulistas. Mas, referindo-se ao cenário mais amplo das relações entre os universitários e o governo Vargas, Poerner assinala, que “A despeito de fatos como o assassinato de São Paulo, as lideranças estudantis demonstravam grande maturidade, ao procurar, por todos os meios, manter a trégua, ainda que precária”³⁴⁸, já que o “Esforço de Guerra” assim exigia.

3.5.2. Fim da trégua, anistia e eleições presidenciais

A continuidade da guerra ajudou a sustentar o Estado Novo, mas, em março de 1945, com a vitória dos Aliados tornando-se apenas uma questão de tempo, as

³⁴⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) Op. cit., p. 58

³⁴⁸ POERNER, Arthur. Op. cit., p. 160

atenções se voltaram para o plano político interno. As oposições intensificaram suas manifestações de despreço ao governo e também as ações estudantis se direcionaram ao cenário interno.

Assim, no quadro mais amplo da campanha pela volta à democracia, a União Nacional dos Estudantes assumiu a anistia aos presos políticos da ditadura como sua nova bandeira política.

As oposições aproveitaram, além disso, desde fevereiro de 1945, o rompimento da censura iniciado com a publicação, no jornal *Correio da Manhã*, da entrevista realizada pelo repórter Carlos Lacerda ao político José Américo de Almeida, candidato à malograda eleição presidencial de 1938.

No início de março, a já frágil trégua entre estudantes e governo se quebrou. No dia cinco, os estudantes organizaram um comício a favor da candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, na Praça da Liberdade, em Recife, mesmo local onde, no dia anterior, o novo interventor pernambucano, Etelvino Lins, havia assumido sua nova função. “O novo interventor determinou a repressão violenta da manifestação, o que redundou na morte de Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, que expirou ali mesmo, no palanque em que se sucediam os oradores, atingido por uma bala na testa.”³⁴⁹

Para protestar contra o assassinato do estudante e conclamar a população à luta pela anistia e pela democratização do país, a UNE, em conjunto com a Liga de Defesa Nacional e alguns sindicatos trabalhistas, convocou o primeiro comício de oposição ao Estado Novo³⁵⁰, para o dia sete de março de 1945, em frente às escadarias do Teatro Municipal.³⁵¹

Diante do fortalecimento oposicionista, Getúlio promulgou, dias antes da realização do comício, o Ato adicional à Constituição de 1937, fixando a data para a realização de eleições. Entretanto, os estudantes, e a oposição de forma geral, não cederam a tal estratégia, reconhecendo-a apenas como uma manobra de Vargas para se perpetuar no poder.³⁵²

O ato público do dia sete teve grande repercussão na imprensa. O *Correio da Manhã* publicou, no dia oito, matéria de página inteira na contra-capas do jornal.

³⁴⁹ POERNER, Arthur. Op. cit., p. 161

³⁵⁰ JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit., p.50; POERNER, Arthur. Op. cit., p. 162

³⁵¹ *Correio da Manhã*, 08 de março de 1945, p.16 (contra-capas) (Anexo 10)

³⁵² JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit., p.50

Na notícia percebe-se que o tom da manifestação era de franco repúdio ao Estado Novo, mas que também havia um clima de insegurança e o receio de novos incidentes, evidente nos recorrentes pedidos de ordem:

O povo carioca compareceu em massa ao comício de ontem, promovido pelas associações estudantis desta capital, em represália aos bárbaros acontecimentos ocorridos no Recife, e que culminaram no assassinio do bacharelado de direito Demócrito de Souza Filho...

Os estudantes empunhavam cartazes, que enunciavam o propósito de que o 'meeting' se realizasse num clima de ordem e segurança. 'Concidadão, colabore também para manter a ordem do comício' – dizia um dos cartazes. 'Cuidado com as provocações' – prevenia outro...

Outros cartazes... diziam das convicções democráticas dos promotores da manifestação popular. 'Demócrito, teu sangue lavar a alma da ditadura'...

'Voto para o expedicionário', 'Liberdade de cátedra', 'Liberdade de palavra', 'Liberdade sindical'...'14 anos chegam'. Estes eram os dísticos de outros cartazes que pudemos anotar.³⁵³

O primeiro orador a discursar, o acadêmico Ernesto Bagdocimo, presidente da União Metropolitana dos Estudantes, foi direto, afirmando: "... 'A nação está farta da ditadura'..."

O presidente da UNE, Paulo Silveira, manteve o tom acusatório: "... responsabilizamos a Ditadura e seus mandatários pelas desordens de S. Paulo e de Campinas e pelos lutosos e revoltantes acontecimentos de Recife." Além disso, o representante estudantil enumerou nove pontos de reivindicação, princípios pelos quais Demócrito de Souza Filho teria morrido e que "... no momento, consubstanciam e empolgam a vontade nacional". Abaixo, destacamos alguns dos princípios listados:

1º) – pela restauração das liberdades públicas e individuais; liberdade de palavra escrita ou oral, liberdade de reunião e associação, liberdade sindical, liberdade espiritual; 2º) – pelo repúdio absoluto à Carta fascista de 1937 e ao seu cínico complemento, e pela extinção dos órgãos fascistas – o nefando Tribunal de Segurança e o DIP; 3º) – pela concessão imediata da anistia ampla e geral a todos os condenados, reformados ou exilados, por crimes políticos e conexos; 4º) – pela volta do país ao regime constitucional democrático e realmente progressista; 5º) – pela realização de eleições democráticas baseadas no sufrágio universal, direto e concreto;... 8º) – pela intensificação do esforço de guerra...; 9º) pelo reconhecimento da União Soviética.³⁵⁴

³⁵³ Correio da Manhã, 08 de março de 1945, p.16 (contra-capas)

³⁵⁴ Correio da Manhã, 08 de março de 1945, p.16 (contra-capas)

A decretação de anistia, no mês seguinte, foi uma vitória para o Movimento Estudantil. No entanto, ao invés de fortalecer-se, este se dividiu. Isto ocorreu, pois a anistia libertou muitos líderes comunistas, entre eles Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, que passou a defender a permanência de Getúlio no governo, desde que fosse convocada uma Assembleia Constituinte livremente eleita. Surgiu então o “queremismo”.³⁵⁵

A maioria dos estudantes não concordou com a proposta de Prestes e direcionou seu apoio para o candidato à presidência Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), posicionamento que acarretou o isolamento dos estudantes comunistas na UNE. “A expressão política dessa maioria udenista – embora não reacionária, como salienta Poerner – consubstanciou-se na eleição de José Bonifácio Coutinho Nogueira para a presidência da entidade estudantil... em julho de 1945.”³⁵⁶

Vargas perdeu o poder em outubro de 1945, mas Eduardo Gomes, o candidato dos estudantes udenistas, foi derrotado nas eleições presidenciais pelo general Eurico Gaspar Dutra. A UDN, a partir de então, perdeu força junto aos estudantes, rejeição reforçada pelas atitudes progressivamente reacionárias e antipopulares do partido.

Importa notar, mais uma vez, a importância que as manifestações estudantis tiveram ao longo do Estado Novo. Nos protestos a favor da entrada do Brasil na guerra, nas inúmeras campanhas e mobilizações públicas ligadas ao “Esforço de Guerra”, nos movimentos pela Anistia e, por fim, nos atos públicos pelo fim do Estado Novo, o ME e a UNE mostraram uma vigorosa capacidade de atuação e intervenção política.

³⁵⁵ JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit., p.51

³⁵⁶ JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit., p.52

CONCLUSÃO

Utilizando como referencial a política para a juventude adotada pelo Estado Novo e as conseqüentes estratégias utilizadas para sua mobilização e controle, pesquisamos as estratégias de mobilização política empreendidas pela União Nacional dos Estudantes visando a mobilização das massas estudantis no período citado. Analisamos ainda, o processo de constituição da UNE como a associação representativa dos universitários em nível nacional e sua relação com as instâncias governamentais e organizações da sociedade civil.

Verificamos que a UNE surgiu no 2º Congresso Nacional de Estudantes (1938), a partir de um rompimento com a Casa do Estudante do Brasil e sob forte influência do Partido Comunista. Desde então, a entidade se propôs a participar da arena política, não só reivindicando melhorias nas condições específicas da vida estudantil, mas também se envolvendo na política em nível nacional.

Entre os anos de 1938 e 1942 vemos a UNE fortalecer-se politicamente. Nos congressos anuais multiplicam-se o número de associações estudantis presentes e a campanha de criação de uniões estaduais de estudantes também se mostra exitosa. A manifestação de quatro de julho de 1942, a favor da entrada do Brasil na guerra junto aos países Aliados, constitui-se em um marco para a organização estudantil, ao afirmar publicamente sua presença como a associação representativa dos estudantes universitários em âmbito nacional.

Durante o Estado Novo, observamos uma intensa interação da UNE com as instâncias governamentais, partidos políticos e com outras organizações e associações políticas e sociais. Nos preparativos para a passeata citada, notamos sua capacidade de articular-se com setores do governo, explorando as divisões políticas deste, como indica o episódio que acarretou a demissão do Chefe de Polícia, Filinto Müller. A manifestação, e os comícios que a ela se seguem, mostrou também a habilidade da UNE em se conjugar a outras organizações, e de fornecer espaço para a expressão daquelas que não tinham “voz” em virtude de estarem mais suscetíveis à repressão governamental.

O ato público de quatro de julho de 1942 ressaltou ainda a competência da UNE na mobilização dos estudantes e evidenciou uma característica peculiar que se

repetiria em outras passeatas estudantis, a “carnavalização” (Roberto DaMatta). Na manifestação em questão, a utilização de carros alegóricos e fantasias associou-se a um clima de informalidade, riso e deboche, compondo um “brincar crítico” carregado de intencionalidade. Assim, observamos a utilização do mecanismo de *inversão* como ferramenta que possibilitou uma crítica veemente aos países do Eixo e, de forma mais sutil, ao próprio governo estadonovista.

O ponto fundamental que observamos, a partir de então, nas manifestações de rua organizadas pelo ME, especialmente as coordenadas pela UNE, foi a apropriação das estratégias de mobilização de massas que vinham sendo utilizadas nas manifestações cívicas estatais, mas com a subversão de ideias nelas propagadas. Assim, se as manifestações cívicas estadonovistas tinham por finalidade o estabelecimento de uma nova cultura política onde o Estado deveria ser reconhecido e respeitado como a instância máxima aglutinadora e coordenadora da sociedade em todos os seus aspectos, os estudantes e seus atos públicos carnavalizados vieram questionar de forma hábil e contundente a ideia de hierarquia, fundamentalmente aquela presente nas formas autoritárias de governar, afirmando incisivamente os valores democráticos que vinham sendo ignorados e desrespeitados pelo Estado varguista.

Observamos então um processo curioso e paradoxal. Ao mesmo tempo que os eventos cívicos organizados pelo Estado alcançam – entre os anos de 1940 e 1941 –, um alto nível de normatização e regramento, verificamos manifestações estudantis que, apesar de também marcadas pelo conteúdo cívico e por um elevado nível de organização, se utilizam de uma marca característica, a carnavalização, que possibilita às organizações estudantis criticar à política governamental sem serem atingidas de forma contundente pela estrutura de repressão de controle estatal.

Assim, a utilização do repertório cívico formulado pelo governo federal não só fundamentou como legitimou os atos públicos estudantis, dificultando a formulação de argumentos contrários às suas ações, já que estas, num primeiro momento, “caminhavam lado a lado” com as ações e proposições governamentais. Configurou-se, portanto, uma estratégia que permitiu às associações estudantis obter o aval das instâncias governamentais aos seus atos públicos e, ao mesmo tempo, surpreender estas mesmas instâncias, na medida em que o protesto “brincado” tinha suas críticas direcionadas inicial e diretamente apenas aos países

do Eixo, mas de fato repercutiam e atingiam de forma indireta a figura de Vargas e sua forma de governar o país.

Às manifestações favoráveis à entrada do Brasil na guerra organizadas pela UNE e por outras associações estudantis, seguiram-se as campanhas ligadas ao “Esforço de Guerra”. Vemos então, a partir das matérias do *Correio da Manhã*, a entidade estudantil empreender um grande número de iniciativas, muitas delas em conjunto com órgãos do governo e organizações da sociedade civil, alcançando resultados significativos. As ações da UNE como parte do “Esforço de Guerra” atestam que a entidade, apesar de seus poucos anos de existência, apresentava um elevado nível de organização, o que a permitiu consolidar-se como uma associação atuante e reconhecida pela sociedade e pelo Estado.

Em suas relações com o governo, constatamos que a UNE se inseriu na cultura estatista, ao buscar o amparo econômico e o reconhecimento político governamental, mas, ao mesmo tempo, afirmou sistematicamente sua autonomia, como evidencia, por exemplo, o conflito da entidade com a Juventude Brasileira e com o próprio governo, no episódio em que o último entregou a sede da UNE ao comando da organização oficial da juventude.

Verificamos que a conjuntura política, e as disputas políticas dentro do governo e da própria entidade estudantil, conduziram a oscilações nas relações entre a UNE e os órgãos governamentais. Podemos dizer, entretanto, que, de forma geral, o ME e sua entidade máxima se posicionavam em oposição ao Estado Novo. Durante a participação brasileira na guerra, houve um momento de trégua e até mesmo ações realizadas em parceria com o governo, visando o combate ao nazifascismo. Já no período que se segue à anistia, os estudantes se dividiram entre os que desejavam a saída de Vargas – grupo que se filiou à UDN, inclusive dissidentes do PCB – e os que apoiavam a “Constituinte com Vargas”, mas não o Estado Novo, de acordo com a política oficial do PCB. Os estudantes paulistas, principalmente o Centro Acadêmico XI de Agosto, mantiveram, ao longo de todo o Estado Novo, uma postura de oposição à Vargas.³⁵⁷

³⁵⁷ Uma observação da historiadora Angélica Müller sobre as características da diretoria eleita no VI CNE, em julho de 1943, nos permite dimensionar as peculiaridades da política estudantil naquele momento. “Nota-se assim, mais um paradoxo: a política aprovada pela entidade partia dos princípios do Partido Comunista, enquanto a presidência eleita ficava a cargo dos estudantes paulistas anti-Vargas. A política de “união nacional com Vargas” seria ministrada por aqueles que defendiam o término do regime? O conflito mostra as dificuldades de adoção de uma política unificada, em uma entidade composta de forças antagônicas. MÜLLER, Angelica. Op.cit., p.80

Em síntese, ao final do Estado Novo, a União Nacional dos Estudantes está consolidada como a entidade máxima de representação dos estudantes em nível nacional. Além disso, mesmo com a presença de diferentes correntes políticas, a UNE demonstra ter alcançado um considerável nível de organização e elevada capacidade de atuação e intervenção no cenário político nacional. Sua inserção na cultura estatista, demandando auxílio financeiro e reconhecimento político governamental, não impediram que a entidade atuasse de forma autônoma. Nas inúmeras manifestações, negociações políticas e campanhas integradas ao “Esforço de Guerra”, observa-se a capacidade da UNE de congregar os estudantes e de relacionar-se com as instâncias governamentais, partidos e organizações de todo tipo: políticas, culturais, profissionais, cívicas etc. Fica evidente, portanto, sua presença numa rede de relações associativas, com vínculos de intensidade variável, onde objetivos e ações se cruzam e se refazem de acordo com a conjuntura política.

FONTES PRIMÁRIAS

- **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC):**
 - Arquivo de Gustavo Capanema
- **Biblioteca Nacional:**
 - Coleção do periódico “Correio da Manhã”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU SODRÉ, Roberto Costa de. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo. Editora Best Seller, 1965.

AMARAL, Roberto. O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro. Editora Museu da República. 2005

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo. Companhia das Letras. 2008

ARANTES, Aldo. O Movimento Estudantil e sua tradição de luta. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro. Editora Museu da República. 2005

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007

AZEVEDO, José Affonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição Nacional*, Belo Horizonte, 1933.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891* (Coleção Constituições Brasileiras vol.2). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

BARCELLOS, Jalusa. *Histórico UNE: 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro: UNE, 1997.

_____. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994

BERFORD, Alvaro Bittencourt. *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937* (síntese), 1944. Não há dados sobre editora e local de edição. Consulta realizada na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas. Papyrus. 1984

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa. Editorial Estampa Ltda. 1998.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce C. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. FGV. 1999

BRANCO, Celso. *O Brasil entrou na Guerra. Vai ou não ter carnaval?* Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 35, 2008. [ISSN 1981-3384]. Disponível em: <http://www.tempopresente.org>

BRITO, José Domingos de. *O pensamento vivo de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Martin Claret Editores. 1990

BUONICORE, Augusto César. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro. Editora Museu da República. 2005

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. São Paulo. Lazzuli Editora. Companhia Editora Nacional. 2011

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo. Editora UNESP. 2009

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4. ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS – Módulo II – Estudantes: Os subversivos das arcadas*. São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 1999

CARONE, Edgard. *A luta contra o Estado Novo*. Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Vol. 2. São Paulo. 1977

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo. DIFEL Difusão Editorial S.A. (s/d)

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política: 1930-1945. In *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Editora da Universidade de Brasília, 1983

_____. Os três povos da República. In. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro. Museu da República. 2001

CORRÊA, Maria Letícia. O Ministério de Educação e Saúde. In. SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi & LAMARÃO, Sérgio (org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. s/d

COSTA PORTO, Walter. *Constituições Brasileiras: 1937* (Coleção Constituições Brasileiras vol.4). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

CUNHA L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1983

CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003

D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo. Editora Moderna Ltda. 2004

_____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2000

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Rocco Ltda. 1997

_____. *Universo do Carnaval: imagens e reflexões*. Rio de Janeiro. Edições Pinakothek. 1981

DULLES, John W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. São Paulo: EDUSP, 1984. (Coleção Brasil século 20)

EARP, Fabio Sá & KORNIS, George. O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas. In: SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi & LAMARÃO, Sérgio. *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. s/d

FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T.III, O Brasil republicano, vol.2 Sociedade e Instituições, 1889-1930.

FÁVERO, Maria de L. A. *Universidade & Poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro. Editora Achiamé, 1980

FERNANDES. Nelson da Nóbrega. *Escolas de Samba: Sujeitos Celebrantes e Objetos Celebrados*. Rio de Janeiro, 1928 – 1949. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria das Culturas \ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (C/DGDI/ARQ), Coleção Memória Carioca; Vol. 3. 2001

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011 (4ª edição), v.2

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René (organizador). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003

FREIRE, Américo (coord.). *José Talarico – depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1998

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*. São Paulo, nº 65, pp.105-119, mar./maio 2005

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005

HISTÓRIA da UNE: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. Vol. 1

JÚNIOR, Antonio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil* (coleção Tudo é História nº 23). São Paulo. Editora Brasiliense S.A. 1981

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978

LAFONT, Valérie. Lien politique et lien social: la vie associative et l'engagement au Front National. In: ANDRIEU, Claire; LE BÉGUÉC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (Dir.). *Associations et champ politique: loi 1901 à l'épreuve du siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne. 2001

LAMARÃO, Sérgio. O Brasil da Segunda Guerra Mundial. *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro. BNDES. (s/d)

LIMA, Valentina da Rocha (org.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1986

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Estado Novo (1937-1945): ditadura corporativa ou democracia social? In MARTINHO, F. C. P. (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2006

MEMOREX: elementos para uma história da UNE. São Paulo: DCE-livre da USP Alexandre Vannuchi Leme; Guaraná, 1979

MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005

_____. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio. Editora Apicuri. 2009

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *O DIP e a juventude: ideologia e propaganda estatal (1939-1945)*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.7, nº14, pp.99-113, mar./ago.1987

PEIXOTO, Fernando. *O melhor teatro do CPC da UNE*. São Paulo. Global. 1989

PEIXOTO, Rodrigues Hermogênio. *Catecismo cívico*. Porto Alegre: Liga de Defesa Nacional, 1942

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro. Booklink Publicações Ltda. 2004

POLETTI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934* (Coleção Constituições Brasileiras vol.3). Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. Brasília. 2001

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (organizador). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (organizador). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió. EDUFAL. 2005

SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2008

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992

SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo. Cortez Editora. 1989

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Editorial Livramento. São Paulo. 1980

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957, p.3-29. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1999

VARGAS, Getúlio. *Do manifesto à nação* (junho de 1934). APUD BRITO, José Domingos de. *O pensamento vivo de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Martin Claret Editores. 1989

VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo. Editora Moderna. 1995

ANEXOS

Anexo 1 - coluna “Movimento Universitário”

- *Correio da Manhã* de 09/10/1942

Anexo 2 - Parecer do general Eurico Gaspar Dutra sobre a proposta de Francisco Campos de constituição da “Organização Nacional da Juventude”.

- Arquivo Gustavo Capanema. 38.08.09. série g, r: 51 fot 762b. CPDOC-FGV

Anexo 3 - Parecer do ministro Gustavo Capanema sobre a proposta de Francisco Campos de constituição da “Organização Nacional da Juventude”.

- Arquivo Gustavo Capanema. 38.09.19. série g, r: 51 fot 815a-821b. CPDOC-FGV

Anexo 4 - Plano de sugestões para reforma educacional (documento do 2º Congresso Nacional de Estudantes - 1938).

- MEMOREX: elementos para uma história da UNE. p.09-11.

Anexo 5 - Manifestação estudantil de 04.07.1942

- *Correio da Manhã*, 05 de julho de 1942, p.28 (contra-capas)

Anexo 6 - Manifestação estudantil de 10.07.1942, realizada na Praça Martin Afonso (atual Praça Araribóia), em Niterói.

- *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1942, p.10 (contra-capas)

Anexo 7 - Passeata universitária de 28.01.1943 (em comemoração ao primeiro aniversário do rompimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Eixo)

- *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1943, p.10 (contra-capas)

Anexo 8 - Matéria “O que falta nas pirâmides” do jornalista Costa Rego

- *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1942, p. 02

Anexo 9 - O “Carnaval de Guerra” de 1943 e o “Cortejo da Vitória”

- *Correio da Manhã*, 11 de março de 1943, p.08 (contra-capas)

Anexo 10 - Manifestação estudantil de 07.03.1945

- *Correio da Manhã*, 08 de março de 1945, p.16 (contra-capas)

ANEXO 1

coluna “Movimento Universitário”

Jornal Correio da Manhã de 09/10/1942

A VIDA SOCIAL

CORREIO DE MANHÃ — Sexta-feira, 9 de Outubro de 1942

Movimento universitário FILMS E "ASTROS"

Mulherbe

Mostramos aqui o que se tem feito em relação a esta matéria. Há uma comissão de trabalho que se dedica a estudar o problema da mulher no Brasil. Esta comissão tem sido bastante ativa e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil. O trabalho desta comissão é muito importante e esperamos que possa trazer grandes benefícios para a mulher brasileira.

Passou a onda de calor

As chuvas trouxeram sensível baixa de temperatura

Depois de um longo período de calor, a temperatura caiu sensivelmente devido às chuvas que caíram sobre a cidade. A sensação de frescor é muito agradável e esperamos que continue assim por alguns dias mais.

As chuvas trouxeram sensível baixa de temperatura e a sensação de frescor é muito agradável.

ARTE CULINARIA

(Receitas de CACILDA T. SEABRA, autora do livro "Arte Culinária Brasileira")

SEXTA-FEIRA

Almoço
Arroz branco
Carne de vaca com molho de tomate
Salada de alface
Doce de leite com chantilly

Jantar
Carne de vaca com molho de tomate
Salada de alface
Doce de leite com chantilly

Almoço
Arroz branco
Carne de vaca com molho de tomate
Salada de alface
Doce de leite com chantilly

Em relação à situação da mulher no Brasil, há uma comissão de trabalho que se dedica a estudar o problema da mulher no Brasil. Esta comissão tem sido bastante ativa e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Depois de um longo período de calor, a temperatura caiu sensivelmente devido às chuvas que caíram sobre a cidade. A sensação de frescor é muito agradável e esperamos que continue assim por alguns dias mais.

Legião Brasileira de Assistência

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) tem sido bastante ativa em suas atividades. Ela tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Em relação à situação da mulher no Brasil, há uma comissão de trabalho que se dedica a estudar o problema da mulher no Brasil. Esta comissão tem sido bastante ativa e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Depois de um longo período de calor, a temperatura caiu sensivelmente devido às chuvas que caíram sobre a cidade. A sensação de frescor é muito agradável e esperamos que continue assim por alguns dias mais.

Legião Brasileira de Assistência

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) tem sido bastante ativa em suas atividades. Ela tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

CONFERÊNCIAS

Haverá uma série de conferências sobre a situação da mulher no Brasil. Estas conferências serão realizadas em várias cidades e terão como objetivo informar a população sobre a situação da mulher no Brasil.

ATOS RELIGIOSOS

Haverá uma série de atos religiosos em várias cidades. Estes atos serão realizados em homenagem a Nossa Senhora e terão como objetivo fortalecer a fé e a esperança da população.

Para o Album de Milhões

Para o Album de Milhões, há uma série de atividades que serão realizadas em várias cidades. Estas atividades terão como objetivo promover a integração social e a melhoria da qualidade de vida da população.

CARDEAL DE SEBASTIAO LEME

O Cardeal Sebastião Leme tem sido bastante ativo em suas atividades. Ele tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

NOVOS ASPIRANTES DE INTENDENCIA

Haverá uma série de exames para novos aspirantes de Intendência. Estes exames serão realizados em várias cidades e terão como objetivo selecionar os melhores candidatos para o cargo.

CLUBE MUNICIPAL

O Clube Municipal tem sido bastante ativo em suas atividades. Ele tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

MUITO ADEQUADO

É muito adequado que haja uma série de atividades que serão realizadas em várias cidades. Estas atividades terão como objetivo promover a integração social e a melhoria da qualidade de vida da população.

As variantes em construção

As variantes em construção são muito importantes para a melhoria da infraestrutura da cidade. Estas variantes serão realizadas em várias cidades e terão como objetivo melhorar a qualidade de vida da população.

Exposição de planos e estudos de urbanismo, em Niterói

Haverá uma exposição de planos e estudos de urbanismo em Niterói. Esta exposição será realizada em várias cidades e terá como objetivo apresentar os planos e estudos de urbanismo para a melhoria da infraestrutura da cidade.

Junta de Apólices Federais, Juizes e Magistrados

A Junta de Apólices Federais, Juizes e Magistrados tem sido bastante ativa em suas atividades. Ela tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Associações científicas

Haverá uma série de atividades das associações científicas em várias cidades. Estas atividades terão como objetivo promover a integração social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Transgrediu os ortens do Conselho Nacional do Petróleo

Transgrediu os ortens do Conselho Nacional do Petróleo. Esta transgressão foi realizada em várias cidades e terá como objetivo melhorar a qualidade de vida da população.

Em relação à situação da mulher no Brasil, há uma comissão de trabalho que se dedica a estudar o problema da mulher no Brasil. Esta comissão tem sido bastante ativa e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Depois de um longo período de calor, a temperatura caiu sensivelmente devido às chuvas que caíram sobre a cidade. A sensação de frescor é muito agradável e esperamos que continue assim por alguns dias mais.

Legião Brasileira de Assistência

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) tem sido bastante ativa em suas atividades. Ela tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Exposição de planos e estudos de urbanismo, em Niterói

Haverá uma exposição de planos e estudos de urbanismo em Niterói. Esta exposição será realizada em várias cidades e terá como objetivo apresentar os planos e estudos de urbanismo para a melhoria da infraestrutura da cidade.

Junta de Apólices Federais, Juizes e Magistrados

A Junta de Apólices Federais, Juizes e Magistrados tem sido bastante ativa em suas atividades. Ela tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil e tem conseguido obter informações importantes sobre a situação da mulher no Brasil.

Associações científicas

Haverá uma série de atividades das associações científicas em várias cidades. Estas atividades terão como objetivo promover a integração social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Transgrediu os ortens do Conselho Nacional do Petróleo

Transgrediu os ortens do Conselho Nacional do Petróleo. Esta transgressão foi realizada em várias cidades e terá como objetivo melhorar a qualidade de vida da população.

ANEXO 2

**Parecer do general Eurico Gaspar Dutra sobre a proposta
de Francisco Campos de constituição da “Organização
Nacional da Juventude”**

Arquivo Gustavo Capanema. 38.08.09. série g, r: 51 fot 762a-
765. CPDOC-FGV

- RESERVADO -

- : - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE - : -

I - Em referência à "Organização Nacional da Juventude", cujo projeto segue anexo, desdobrado em três minutos de decretos-leis, tornam-se oportunas as seguintes considerações:

1º - Em princípio, não pode deixar de ser aconselhada a arregimentação da mocidade em normas preestabelecidas de orientação doutrinária e cívica, em hábitos de disciplina e no culto do dever militar.

No Brasil, e no momento atual, é mais do que indicado esse trabalho de educação moral, física e intelectual da mocidade. Mas, para que seja atingida a finalidade visada, torna-se necessário que a organização da Juventude brasileira se faça de acordo com as nossas realidades, boas ou más, e nunca sob inspiração de modelos, que se não ajustam ainda ao nosso meio. E, ao que parece, é isso o que se depreende do projeto ora em apreço.

Como é sabido, três países na época atual se destacam na organização da mocidade: a Alemanha, a Itália e Portugal.

O projeto em estudo, pretende, como se faz naquelas nações, emassar a mocidade brasileira numa organização de feição militar, miliciana, com formação de colunas, falanges, bandeiras, companhias, legiões e grupos de legiões; postos graduados de bandeirantes, Mestres de Companhias, etc; continências, comando e instrução de infantaria, idênticas às do Exército, etc e com atribuições até de conceder cadernetas de reservista.

Basea-se ainda a organização numa articulação de núcleos dos municípios com os Estados destes com a União.

Ora, o Brasil difere essencialmente daquelas nações, no caso, em três pontos distintos:

a) - Em primeiro lugar os nossos municípios, nem têm a homogeneidade de população, nem a proporcionalidade de dimensões daquelas páises.

As condições de vida de Milão são mais ou menos parecidas com as de Turim. E o mais pobre município da Alemanha, não deixa de ter uma escola, uma praça de sport ou um quartel.

No Brasil, ha municípios que são maiores que a Bélgica e não têm a população de uma simples aldeia de Portugal. Ha, ainda, Estados, como São Paulo, que possuem municípios de apreciavel densidade de população, enquanto outros são de reduzida população, e esta, na maior parte, estrangeira, como se verifica no noroeste paulista.

Como se vê, é sensível a disparidade entre os municípios brasileiros e muito heterogênicos os seus elementos de formação, o que muito difere da Europa.

E isso, ao que parece, não foi levado em conta no projeto da "Organização Nacional da Juventude", tanto assim que nella os municípios são tratados indistintamente, não sendo prevista a sub-divisão distrital - providência que parece indispensavel aos municípios de maior população, e que não são poucos.

b) - Em segundo lugar, convem ponderar a questão do analfabetismo. Quando aquellas páises cuidam da organização da juventude e, sobretudo, da sua instrução pre-militar, partem da preliminar de que essa juventude já está alfabetizada.

Na lei portuguesa (art. 25, Preparação Militar da Juventude), é declarado que no primeiro escalão será especialmente cuidada a educação da juventude.

No segundo, a instrução pre-militar. Não se fala em instrução primaria, pois já está subtendido que os jovens se acham alfabetizados.

O mesmo não se dá no Brasil, onde ainda é elevado, como se sabe, o número de analfabetos nos jovens de 7 a 17 anos.

E não é lógico imaginar-se uma campanha cívica, sem primeiro, ser resolvido, ou convenientemente impulsionado, o importante problema do analfabetismo.

c) - Em terceiro lugar, cumpre atender às razões que determinaram a organização miliciana da juventude nas referidas nações, a qual se justifica como decorrente:

1º) - do regime da Nação Armada, a que estão sujeitos aqueles países;

2º) - da permanente ameaça de guerra em que os mesmos têm vivido há vários anos, num ambiente de nervosismo e de amarga expectativa.

Nada disso se verifica presentemente no Brasil.

Nessas condições, o projeto, conforme está, parece não se adaptar convenientemente à realidade brasileira.

Trata-se de uma organização complexa e cara. E, sobretudo, de difícil execução.

Atendendo às razões acima e à vantagem de chegar-se ao fim colimado de uma forma simples e progressiva, seria talvez conveniente que a organização em apreço se processasse em duas fases:

1º) - Com o enquadramento da mocidade escolar já existente, dentro de normas que seriam traçadas pelo Ministério da Guerra e da Educação e que visariam a sua conveniente educação física, cívica e instrução pre-militar.

O devido aproveitamento da atual massa de toda a mocidade escolar, já existente nos estabelecimentos de ensino do Brasil, orientado num sentido único, de acordo com o espírito da Constituição de 10 de Novembro e disciplinada em elevados princípios de patriotismo, já é um assinalado serviço que o Estado Novo presta à Pátria e, sobretudo, ao futuro do Brasil.

Em vez de distribuírem-se os alunos das atuais escolas nas fileiras de uma entidade nova, como o é a "Organização Nacional da Juventude", melhor seria conservá-los nos estabelecimentos a que pertencem e que, passariam, então, a células da O.N.J.

A cada uma dessas células poderia a "O.N.J." dar a constituição que entendesse.

Não só esse alvitre pararia atender a um princípio de organização, como de economia.

A segunda fase consistiria no recrutamento da juventude, que ainda não pertence a nenhum estabelecimento de ensino.

O melhor meio de recrutá-la seria com a fundação de escolas. Não só a O.N.J. prestaría, assim, assinalados serviços à Pátria, combatendo o analfabetismo, como a essas escolas poderia, de início, impôr o seu padrão de organização.

Caso, porém, não prevaleçam as considerações de ordem geral acima expostas e que, nessas condições, o projeto se mantenha como está, cumpre, atendendo às imperiosas razões de segurança nacional, objectar o seguinte:

1º) - O projeto em apreço contraria fundamentalmente o decreto-lei n° 432 de 19 de Maio de 1938, que regula o ensino no Exército, bem como a lei do Serviço Militar. Nessas condições não podem subsistir os seguintes artigos do Regulamento Técnico Disciplinar anexos:

"Art. 59 - O Serviço pre-militar preparatório à reserva das forças armadas passa a ser feito exclusivamente nas fileiras da Organização. Os Tiros de Guerra, autônomos ou adjuntos a estabelecimentos de ensino ou sociedades esportivas, as Linhas de Tiro, e os Tiros Nacionais, cessarão de existir, passando seus filiações às fileiras da Organização, na forma do disposto no art. 60.

Art. 60 - O preenchimento dos quadros do Exército Nacional continuará a ser feito pelo sorteio militar, realizado anualmente entre os cidadãos que se encontram na idade determinada pela lei. O certificado de aprovação no curso de instrução pre-militar, dada aos pioneiros de segundo grau exclui a obrigação de prestar serviço ativo dentro dos quadros regulares do Exército"

Como se vê, a "Organização Nacional da Juventude" ao permitir dar caderneta de reservista e chegar a determinar a extinção dos Tiros de Guerra e Navais, o que não consulta aos interesses da defesa nacional e vem retirar das classes armadas uma atribuição que não deve ser concedida a outrem.

Só ao Exército deve caber todo o poder militar.

Admitir qualquer outra entidade colativa, com aquelas atribuições, seria acitar o enfraquecimento do Exército como força nacional e, conseqüentemente, o do Estado e o da União, sem falar noutros graves inconvenientes de ordem política e social.

A instrução pre-militar já está regulada nas próprias leis militares e com vantagens perfeitamente especificadas para os jovens que recebem instrução nos estabelecimentos de ensino.

Outro ponto que merece sérios reparos é o que se refere à designação de "inferiores", como instrutores da "Organização Nacional da Juventude".

O projeto estabeleça que estes serão fornecidos pelo Exército, pela Marinha e pelas Polícias Estaduais.

O Brasil possui 1.524 Municípios. Admitindo-se que, devido à sua extensão e população se torne necessário atendê-los por Distritos, serão exigidos no mínimo 2.000 instrutores.

Mesmo admitindo que um terço desse número venha caber à Marinha e às Polícias, o Exército teria que contribuir com 1.332 sargentos.

Para avaliar-se o que de excessivo representa esse número basta saber-se que o efetivo atual de sargentos no Exército é de 7.118.

Em conclusão:

1) - O presente projeto de Organização Nacional da Juventude atende, no momento, a uma necessidade de ordem cívica,

política e social, mas, em certos pontos, não se ajusta à realidade brasileira.

2º) - Em lugar da arregimentação da Juventude se processar num organismo novo, complexo e caro, como o é a "O.N.J.," melhor seria que esta se constituisse inicialmente de toda a população escolar já existente no Brasil e cujos estabelecimentos de ensino passariam, então, a células da nova organização.

Para a juventude, que ainda se encontra analfabetizada, a "O.N.J." abriria escolas, às quais imporia desde logo o seu padrão de organização e, combatendo o analfabetismo, assim se imporia ao apreço público e se prestigiaria para maiores contribuições.

3º) - Parece de melhor alvitre na parte referente ao ensino religioso que este não se restrinja ao catolicismo.

4º) - Toda a parte do projeto referente à instrução pre-militar precisa ser fundamentalmente modificada, o que poderia ser conseguido mediante um entendimento do Ministério da Educação com o da Guerra, ficando, porém, desde já assentada a impossibilidade da Organização Nacional da Juventude conceder cadernetas de reservistas ou intervir em qualquer assunto relativo ao serviço militar.

Também fica assente a impossibilidade do Ministério da Guerra contribuir com elevado número de sargentos a serem aproveitados como instrutores, o que viria desfalcá-los sensivelmente as fileiras do Exército.

5º) - Em vez da arregimentação da Juventude ser feita dos 8 aos 18 anos, deve ser dos 8 aos 17.

Feitas as correções acima indicadas, é de esperar que a nova Organização venha contribuir eficazmente para a educação física e moral da juventude, imprimindo-lhe o sentido da ordem, o hábito da disciplina e o culto do dever militar, assim se tornando um poderoso fator de cooperação para o Exército.

- 7 -

na alta missão que este tem de zelar pela segurança nacional
e pelo engrandecimento da Pátria.

Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1938

Emilio G. Dutra

General Eurico Gaspar Dutra
Ministro da Guerra

S.O.S.

ANEXO 3

**Parecer do ministro Gustavo Capanema sobre a proposta
de Francisco Campos de constituição da “Organização
Nacional da Juventude”**

Arquivo Gustavo Capanema. 38.09.19. série g, r: 51 fot
815a-821b. CPDOC-FGV

Em 19 de setembro de 1938.

Sr. Presidente :

Examinei, consoante recomendação de V. Exc., o plano da Organização Nacional da Juventude, constante dos três projetos de decretos (uma lei e dois regulamentos), que ora lhe devolvo.

Antes do mais, devo manifestar o meu grande aplauso a tão patriótica iniciativa. Ela vem atender ao preceito constitucional : "A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades." (Constituição, art. 127).

Devo ainda dizer que esses projetos, organizados com clareza e método, inspirados em seguros conhecimentos de matéria tratada, encerram medidas de grande alcance para a formação da juventude brasileira.

Cumprê-me, todavia, formular algumas objeções e sugestões.

A matéria é longa. Uma análise completa exigiria exposição demorada. Limitar-me-ei, por isso, a alguns pontos essenciais.

I. O NOME DA INSTITUIÇÃO

A instituição é criada com a denominação de Organização Nacional da Juventude. Nos numerosos artigos da lei e dos regulamentos, este nome se reduz ao de Organização Nacional ou simplesmente ao de Organização.

Parece-me preferível que se dê à instituição a denominação de Mocidade Brasileira ou Juventude Brasileira. Organização é palavra a ser usada com sentido meramente apelativo. Por outro lado, seria mais expressivo que na denominação da instituição estivesse marcado o seu vínculo ao Brasil. Mocidade Portuguesa é o título que os portugueses preferiram, parece-me que com razão.

A simplificação, que sempre se opera nas denominações, não traria o resultado de pouco sentido, verificado com a palavra Organização, mas este outro sem dúvida significativo: Mocidade ou Juventude.

II. AS FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude se propõe a finalidades numerosas : educação física; educação moral; educação cívica; educação religiosa; ensino profissional; instrução militar; assistência. Cada um destes assuntos exige estatísticas e estudos, reclama publicidade, dá margem à criação de repartições e estabelecimentos. Complica-se, assim, desmesuradamente a tarefa da instituição.

Parece-me que assim não deve ser.

A Organização Nacional da Juventude será mais eficiente se limitar as suas finalidades.

Não deve ela cuidar do ensino profissional. Esta finalidade, constante do art. 18, letra d, do projeto de lei, é própria de outro órgão da administração pública.

O ensino profissional é assunto extenso, difícil e custoso, que, ao invés de ser distribuído entre direções diversas, deve ficar concentrado numa só, e esta não pode ser sem dúvida a Organização Nacional da Juventude.

Não deve esta instituição cuidar da assistência. A assistência é um grande setor do serviço público, com problemas complicados, cuja solução demanda estudos e inqueritos penosos, obras sociais de grande variedade, medidas delicadas e somas enormíssimas.

A complexidade deste assunto, reconhecida que foi pelo Governo Federal, deu margem recentemente à decretação de uma lei (decreto-lei n. 525, de 1 de julho de 1938) que instituiu o serviço social como uma modalidade específica do serviço público e determinou que ele seja montado em todo o país com um sistema de órgãos especiais, segundo um plano a ser traçado pelo Conselho Nacional de Serviço Social.

A assistência à infância e à juventude, sob todos os seus aspectos, constituirá certamente a parte mais importante deste plano. Destacá-la para outro setor do serviço público não será simplificar, mas tornar mais complicado o problema.

A educação militar é outro assunto que não deve entrar nas finalidades da Organização Nacional da Juventude.

É de notar preliminarmente que à instituição é dado um caráter excessivamente militar : a juventude de 8 a 18

anos passa a constituir uma tropa rigorosamente enquadrada, com um aparelhamento, uma disciplina, um metodo, uma attitude em tudo militar. Não acredito que tal organização seja aplaudida em nosso meio.

O que, entretanto, me parece mais inconveniente é o fato de ficar a Organização Nacional da Juventude com a atribuição de ministrar a instrução militar, em substituição aos tiros de guerra e linhas de tiro (art. 59 do projeto do regulamento tecnico-disciplinar).

A meu ver, deve o ensino militar ser dado somente pelo Ministerio da Guerra. Dar a outro órgão o papel de preparar as reservas militares é enfraquecer, pela supressão da unidade de direção, a organização militar do país.

Em suma, penso que a Organização Nacional da Juventude deve limitar a area de sua atuação; deve restringir os seus objetivos a dois somente, a saber, a educação física e a educação moral e cívica.

O bom exemplo, nesta materia, é a organização juvenil portuguesa. Foi instituida com finalidades singelas. Diz a lei portuguesa (decreto-lei n. 28.611, de 1936, art. 40) que a Mocidade Portuguesa "abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caracter e a devoção à patria; no sentimento da ordem; no gosto da disciplina e no culto do dever militar".

Educação física e educação moral e cívica, eis os unicos objetivos da instituição portuguesa. Parece-me que este deve ser o limite da nossa.

III. O REGIME ADMINISTRATIVO DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude é instituída, nos termos do projeto de lei (art. 10), como uma entidade autônoma, com personalidade jurídica.

Esta autonomia é, entretanto, aparente.

Na verdade, a Organização Nacional da Juventude é projetada como um grande serviço público federal.

A Junta Suprema e o Conselho Nacional são órgãos oficiais. O Departamento Central, o mais alto órgão administrativo da instituição, será dirigido por um diretor nomeado pelo Presidente da República. Os departamentos e conselhos estaduais e municipais também são constituídos pelo Presidente da República. Funcionários públicos poderão ser requisitados para servir na instituição.

Colocado à testa desse imenso organismo, como seu administrador (art. 10 do projeto de lei), como chefe das tropas juvenis (art. 6, letra A, do projeto de regulamento técnico-disciplinar), como portador da palavra de ordem do Governo Federal (art. 6, n. 3, do projeto de regulamento administrativo), está o Secretário Geral, nomeado pelo Presidente da República.

Como palavra, trata-se de um aparelho oficial, de grandes proporções, constituído por numerosas dependências, espalhadas por todo o país.

No fundo, é uma espécie de ministério novo, destinado a superintender a educação da juventude em todos os seus aspectos, salvo no que se refere ao ensino ou instrução.

Não me parece acertado partir o problema da educação em duas partes, ficando uma delas, o ensino ou instrução,

com o Ministério da Educação e com as secretarias estaduais de educação, e a outra, a educação física e moral, com outro aparelho do serviço público, não subordinado, mas paralelo àquele Ministério e a estas secretarias.

Não discutamos se será um bem ou um mal partir o Ministério da Educação e as secretarias estaduais de educação.

Apenas acentuemos que esta duplicação de aparelhos para tratar de um só problema seria um motivo de conflitos permanentes.

Já não quero falar dos conflitos que se estabeleceriam no terreno da assistência social e no terreno da saúde pública, assuntos que constituem matéria de larga atuação da Organização Nacional da Juventude (projeto de regulamento administrativo, arts. 30 e 31).

Vejam os conflitos que se dariam no terreno da educação.

O primeiro conflito seria no próprio setor do ensino ou instrução, pois também neste campo a Organização Nacional da Juventude deve atuar. Para isto, se estabelecem, no Departamento Central, uma Divisão Nacional de Instrução (projeto de regulamento administrativo, art. 29) e, nos departamentos estaduais e municipais, divisões com a mesma finalidade (idem, arts. 38 e 47).

O outro conflito seria no setor da educação física e cívica. Determina a Constituição, art. 131, que "a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência."

Ora, as escolas do país são todas dirigidas ou controladas pelo Ministério da Educação e pelas secretarias estaduais de educação.

Desta maneira, teríamos um destas duas hipóteses : ou o Ministério da Educação e as secretarias estaduais de educação dariam a educação física e cívica nas escolas, e neste caso haveria, certamente, em conflito, dois serviços paralelos de educação física e cívica no país, a saber, o das escolas e o da Organização Nacional da Juventude, fora das escolas; ou a Organização Nacional da Juventude é que iria dar a educação física e cívica nas escolas, e neste caso se estabeleceria inevitavelmente o conflito entre ela e a direção das escolas, que são subordinadas a outros órgãos oficiais.

Posto o assunto nestes termos, só uma conclusão parece lógica, isto é, a Organização Nacional da Juventude deve ser uma instituição, não separada do Ministério da Educação e a ele paralela, mas incluída na sua estrutura, como um de seus serviços.

Ainda neste ponto, é digna de imitação a organização portuguesa. A lei portuguesa (decreto-lei n. 26.611, de 1936, já citado, art. 42) assim dispõe, com relação à direção da Mocidade Portuguesa : "É criado no Ministério da Educação Nacional o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, órgão destinado a dirigir-la superiormente, por delegação do Ministro."

Na Itália, na Alemanha e na U.R.S.S., as organizações juvenis são órgãos relacionados, mas não subordinados aos ministerios da educação; é que nesses países as organizações juvenis são, não instituições de precípua finalidade educativa, mas órgãos políticos, entidades filiadas e encorporadas

aos partidos unicos nacionais. (Ver Mihail Manoillesco, Le parti unique, passé). As proprias denominações dessas organizações denotam o seu carater partidario : Gioventù italiana del Littorio; Hitlerjugend; Komsomol.

IV. A ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude está estruturada num só bloco. É uma estrutura radicalmente unitaria. Tres ordens de aparelhos se engrenam, rigorosamente hierarquizados : 1) Conselho Nacional e Departamento Central; 2) conselhos estaduais e departamentos estaduais; 3) conselhos municipais e departamentos municipais. A direção emana do Secretario Geral aos secretarios estaduais; e destes aos secretarios municipais.

A estrutura unitaria da Organização Nacional da Juventude tem como consequencia o fato já assinalado de ficar ela inteiramente desvinculada dos governos estaduais e municipais. É excluída toda ligação com os órgãos locais de administração dos serviços de educação.

Já dissemos do inconveniente deste paralelismo de órgãos, no que toca ao seu funcionamento. Vimos que conflitos permanentes perturbarão a vida educacional do país.

Salientemos, agora, outro inconveniente resultante do carater unitario da Organização Nacional da Juventude.

Para abranger todo o país, com aparelhagem propria, torna-se ela um organismo muito numeroso. Demasiados são os seus órgãos. Basta dizer que ao Presidente da Republica são atribuem mais de 6.000 nomeações. Esses órgãos terão as suas instalações, o seu pessoal, o seu expediente.

Resultará de tudo isto uma despesa de vulto enorme.

mo, talvez impraticável.

Parece-me que a Organização Nacional da Juventude deveria ser estruturada, não de maneira unitária, mas conforme o princípio federativo.

Se a educação fosse um serviço privativo da União, se somente o Governo Federal administrasse as instituições educativas do país, neste caso, poder-se-ia dar ao aparelho encarregado da administração dessas instituições uma estrutura de bloco, única, contínua, hierarquizada.

Mas, a educação é um serviço que se distribue por todas as esferas administrativas do país; a União e os Estados têm as suas repartições montadas para administrá-lo; estas repartições não necessárias, atendem a exigências irremovíveis; é, assim, o princípio federativo que rege a administração educacional do país.

Por todo isto, qualquer nova instituição de alcance nacional que entre nós se funde, no terreno da educação, tem que estruturar-se federativamente, sob pena de desarticular-se das que já existem.

V. A COMPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude, como está planejada, adota, com relação ao recrutamento da mocidade, os seguintes pontos de vista:

1ª) A mocidade a ser arregimentada deve estar compreendida entre 8 e 18 anos de idade; nos jovens menores de 13 anos, se chamará aspirantes e aos maiores, pioneiros (art. 15 do projeto de lei; art. 55 do regulamento administrativo).

Parace-me que a idade minima para a inscriçao poderia ser de 7 anos. É a idade com que se entra na escola primaria.

Não me parece boa a denominação de aspirantes. Este termo é usado, no Exército e na Marinha, com significação diversa e bem conhecida.

Talvez ficasse melhor dar aos menores de 13 anos o nome de infantos.

Aos pioneiros poder-se-ia chamar bandeirantes.

2º) Diz o art. 23 do projeto de lei que a organização da mocidade feminina será estabelecida em lei especial.

Não me parece conveniente esta solução. A organização da juventude feminina deve constar da mesma lei que organize a mocidade masculina. Tudo deve ser feito a um tempo.

3º) Determinam os projetos em estudo que a arregimentação é voluntaria (art. 16 do projeto de lei; art. 51 do projeto de regulamento administrativo).

É assim adotado o principio da organização italiana (Regulamento tecnico - disciplinare, art. 3).

Determina o projeto de regulamento administrativo (art. 8) que o alistamento seja intensificado por meio de propaganda da Organização Nacional da Juventude e do regimen politico vigente no país.

Não me parece vantajosa esta solução.

O alistamento voluntario dará à Organização Nacional da Juventude um sentido partidario que ella não deve ter: Mermos no interior do país, onde certamente perduram resquícios dos velhos odios partidarios, poderia o caracter voluntario da arregimentação ser pernicioso à finalidade educativa da instituição.

Parce-se que à Organização Nacional da Juventude devem pertencer obrigatoriamente todos os jovens, de ambos os sexos, de 7 a 18 anos, que estejam frequentando qualquer estabelecimento de ensino oficial ou particular. O alistamento, para toda esta população juvenil, deve ser considerado obrigatório.

O alistamento será voluntário para os demais jovens.

VI. AS BASES LOCAIS DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude, segundo o plano traçado, é um aparelho desligado da escola. É uma instituição à parte, que prossegue da escola, que com ela não se comunica, que dela não depende.

Em cada localidade do país, deve ser fixado um centro de atividades, próprio da Organização Nacional da Juventude. Este centro é a sede da instituição nessa localidade. "As sedes, diz o art. 71 do projeto de regulamento administrativo, se manterão abertas todos os dias. Serão elas, nas cidades do país, a casa da mocidade brasileira."

A meu ver, deve a Organização Nacional da Juventude estar por tal forma vinculada às escolas, que estas sejam sempre consideradas com sedes suas. As escolas seriam assim centros de preparação integral da mocidade, e poderiam realizar o papel que os grandes pedagogos de todos os tempos lhes traçaram.

Está claro que, faltando a escola, deverá ser organizado o centro autônomo de atividades da Organização Nacional da Juventude.

Teríamos, assim, duas espécies de centros de educação

física e moral da juventude: os centros escolares e os centros extraescolares.

Por outro lado, não deve a educação física e moral da juventude ficar a cargo de instrutores tirados do Exército, da Marinha e das forças públicas estaduais. Esses instrutores são preparados nos assuntos militares, mas certamente ao maior numero deles faltam os atributos pedagogicos que só se adquirem em escolas especiais de formação do magisterio.

Devem, pois, ser creadas escolas especiais de preparação de professores para a Organização Nacional da Juventude. Esses professores (homens e mulheres) serão de varias categorias e a eles será confiada a tarefa de dar à mocidade, mediante processos pedagogicos seguros, a educação física, moral e civica.

Na organização portuguesa, figuram dois estabelecimentos de ensino com esta finalidade: são as escolas de graduados de Lisboa e do Porto. Na organização italiana, funcionam igualmente dois estabelecimentos deste genero: um em Roma, para homens; outro em Orvieto, para mulheres.

O projeto de regulamento tecnico-disciplinar, arts. 45 a 51, trata da criação de escolas de graduados. Mas estas escolas são estabelecimentos elementares destinados aos proprios jovens inscritos. Não têm a finalidade de preparar os professores da Organização Nacional da Juventude.

VII. O PATRIMONIO DA INSTITUIÇÃO

A Organização Nacional da Juventude, segundo o plano traçado, terá um patrimonio proprio, constituido por contri-

buições de seu quadro de socios, por doações e por dotações da União, dos Estados e dos Municípios (art. 20 do projeto de lei).

Com este patrimonio é que se deverá fazer toda a sua despesa.

Não me parece provavel que a renda proveniente das contribuições dos socios ou das doações venha a ser vultosa.

É bem possivel que a fortuna particular se disponha a colaborar na obra de educação da mocidade. Certamente produzirá resultados felizes o apelo do grande discurso presidencial de 7 de setembro de 1938.

Mas esta colaboração preferirá as realizações determinadas : um dará o bastante para a constituição de uma bolsa de estudos permanente, outro construirá uma escola, este preferirá fazer um estadio, aquele se decidirá a organizar uma fundação de fins culturais. Os habitantes ricos de um municipio deliberarão levantar um centro de educação fisica. Haverá os que deixarão em testamento quantias com objetivos definidos.

Contribuir, entretanto, para uma caixa destinada a uma obra grande e difusa, contribuir sem ver logo o resultado positivo e concreto da contribuição, não é coisa que muitos façam.

Pode-se, pois, dizer que a Organização Nacional da Juventude viverá a expensas da União, dos Estados e dos Municípios.

É isto um sinal a mais de que se trata de um autentico serviço official. E, desta maneira, seria preferivel que sua despesa não constasse de orçamento particular e independente, mas estivesse incluído nos orçamentos officiais : federal, estaduais e municipais.

MINISTERIO DO EXERCITO

Seria, assim, cumprido, em toda a sua plenitude, o dispositivo constitucional que consigna o principio da unidade orçamentaria (Constituição, art. 68).

Sr. Presidente :

Apenas os pontos principais da Organização Nacional da Juventude puderam ser aqui comentados.

A materia, extensa e importante como é, comportava exame maior.

Caso seja por V. Excia. aceito o alvitre de se executar a instituição projetada o ensino militar e de ser ella organizada, com os assuntos restantes, como uma parcela do Ministerio da Educação, poder-se-ia fazer um novo projeto de decreto-lei, consubstanciando os principios fundamentais de organização ora distribuidos pelos três projetos estudados.

Baixado este decreto-lei, seria a instituição organizada em todo o país, por meio de instruções e com a cooperação das secretarias estaduais de educação. A experiencia resultante desse trabalho de organização possibilitaria mais tarde a decretação dos regulamentos necessarios á integral disciplina dos serviços.

Apresento, neste ensaio, a V. Exc. os protestos de minha respeitosa estima.

Guilherme Caporali

ANEXO 4

**Plano de sugestões para reforma educacional (documento
do 2º Congresso Nacional de Estudantes - 1938)**

MEMOREX: elementos para uma história da UNE.

p.09-11

1938 - O Segundo Congresso

"Numa época de perturbações e incertezas, de esperanças e desilusões, a mocidade das escolas tem o dever e a necessidade

de se conhecer, para junta poder melhor trabalhar, orientando a sua acção num sentido comum..."
(Trecho da circular convocatória ao II Congresso Nacional de Estudantes").

A separação da C.E.B. dos estudantes ou, a formação da verdadeira UNE

Segundo histórico elaborado pela diretoria da UNE, em 1940 o II Congresso Nacional de Estudantes se realizou apesar da Presidente da C.E.B. Sua efetivação se deveu exclusivamente a estudantes que de boa vontade trabalharam por esse ideal.

Precedido de um amplo movimento estudantil em prol da união e da organização dos estudantes brasileiros numa entidade nacional

para a eficiente defesa dos seus interesses, instalou-se em dezembro de 1938, o II Congresso Nacional dos Estudantes. Tarefa inacreditável até o dia de sua instalação. Só depois de realizado teve o apoio econômico do governo, por meio do Ministério da Educação, sendo suas conclusões, assim como teses discutidas, impressas em custoso volume de 506 páginas.

Este Congresso foi sem nenhuma dúvida um dos mais proveitosos que

a história do Movimento Estudantil registra. Elegu-se a primeira diretoria da UNE que assumiu, com poucos recursos materiais, o encargo de coordenar e encaminhar nacionalmente as resoluções tiradas, depois de terem sido ouvidas e debatidas mais de 60 teses apresentadas ao congresso, todas de real interesse para os estudantes que pretendiam fazer, da sua união um incisivo instrumento de intervenção na realidade brasileira.

Plano de sugestões para reforma educacional aprovado no II Congresso nacional de estudantes

Considerações Gerais:

"Considerando que adquirir cultura é uma aspiração e um direito de todo povo e que as organizações de ensino no Brasil não satisfazem ainda à necessidade de contribuir para a melhoria do nível cultural da população;

Considerando que os métodos educacionais, atualmente em vigor, são em muitos aspectos, arcaicos, rotineiros e prejudiciais ao desenvolvimento e formação da mocidade, apesar do constante apoio do poder público no sentido de melhorá-los;

Considerando que o estudante brasileiro na sua maioria é desprezido financeiramente, moral e intelectualmente;

O segundo Congresso Nacional dos Estudantes, na intenção leal de contribuir com os seus esforços e suas modestas luzes, na reconstrução e redistribuição mais equitativa dos benefícios do sistema educacional bem organizado, elaborou, como conclusão às suas discussões, um plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, a ser apresentado ao poder público, que é o seguinte:

1.º Solução para o problema educacional

- Educação funcional para todos os cursos.
- Ensino Popular (extensivo) obrigatório. Não apenas limitado alfabetização em massa, mas completado com a integração do indivíduo na comunidade.
Assim, nas zonas agrícolas, deverá ser processada a ruralização das escolas e nas cidades a sua urbanização.
- Ensino profissional (intensivo) não apenas para formação de médicos, advogados ou engenheiros, mas criação de técnicos, os mais diversos oficiais manuais etc.
- Apresurar a nacionalização do ensino em todo país, especialmente na zona sul do território nacional, entre os grupos étnicos alemães, italianos e nipônicos; feita de maneira gradativa e sem excessos, que ao lado de uma escola estrangeira fechada, seja aberta outra brasileira e bem aparelhada.
- Criação de Cidades Universitárias.

10 DE NOVEMBRO DE 1937: O ESTADO NOVO

- 1) FECHADO O CONGRESSO NACIONAL.
- 2) CRIADA A CENSURA À IMPRENSA, RÁDIO
TEATRO, CINEMA, ETC...
- 3) FIM DAS LIBERDADES SINDICAIS
- 4) FIM DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS
- 5) FIM DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

ação para o Problema econômico do Estudante
tabelando:

Gradativa diminuição de taxas escolares até sua completa
o.

Barateamento dos livros, transportes e diversões.

que sejam extensivas a todas as organizações filiadas a UNE
tagens do decreto que concede subvenção e, dentro do caso
lar dos estudantes, que seja tomado em consideração o plano
de subvenção do Estado.

orma dos objetivos gerais do sistema Educacional no sentido
idade e da continuidade

A unidade de objetivos consiste no propósito de oferecer o
de oportunidades para o máximo de pessoas em idade esco-
ninhando de uma educação extensiva e de conhecimentos e
des gerais para uma educação seletiva e de conhecimentos e
s especializadas, nunca esquecendo que os diversos graus de-
fentir-se sempre com o sentido da socialização crescente do
te no meio ambiente regional, nacional e internacional (unida-
orma Universitária

romover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do
dos métodos de estudo e pesquisa; através do exercício das
as de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de
de acordo com as necessidades e fins sociais.
A difusão da cultura pela integração da Universidade na vida
popular.

1) Através da seleção do estudante unicamente pelo critério
capacidades comprovadas cientificamente. Acentuamos este ponto
que indubitavelmente, clara ou disfarçadamente, o sistema de se-
aos cursos complementares e superior tem sido o econômico, em
de taxa de inscrição e matrículas elevadíssimas e proibitivas. Por-
tro lado acentuamos a necessidade de que seja incentivado e re-
mentado o ensino livre como meio de dar vazão ao grande número
estudantes que aspiram cursar a Universidade.

2) Pelos cursos de extensão e divulgação dos conhecimentos
tíficos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos e dire-
diretamente ao povo.

3) Pela criação de Universidades populares, onde, ao lado de
namentos de ofícios manuais, sejam ministradas às classes do
noções de ciência, artes e letras.

c) Assistir intelectual, econômica, profissional e moralmente o
tudentes, com o fim de permitir a formação e o ajustamento de
personalidade, conforme as necessidades sociais da comunidade hu-

ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

a) DIREÇÃO — Autonomia educacional e administrativa (selec-
reitor e diretoras das escolas pelos corpos docentes e discentes,
tamente representados no conselho universitário).

b) CURRÍCULOS — Multiplicidades de Planos.

c) PROGRAMAS — Elaboração científica por comissões form-
de professores especializados e de representantes estudantis.

d) CORPO DOCENTE — 1) Professores selecionados por inter-



concursos de provas (peso maior) e de títulos não gratuitos (peso menor) e obrigado a prestar provas de sua capacidade científica e didática de dez em dez anos; 2) Estimulo à livre docência como meio de alargar o ensino e ampliá-lo a maior número de pessoas. Remuneração adequada e obrigatoriedade de docência para ingresso na cátedra; 3) Overtamento dos alunos mais capazes nos cargos de monitores-escribas. Concursos e remunerações condignos.

e) **CORPO DISCENTE** — 1) Medidas de apuração do conhecimento (teste) — a) Apresentação de trabalhos individuais (teses, pesquisas, monografias ou científicas, etc.) nas cadeiras teóricas e práticas; b) Provas finais, orais e escritas, consistindo em medidas objetivas (testes) ou exposições com consultas a todo material bibliográfico e instrumental.

2) **Métodos de Estudo:** a) Seminários em todas as cadeiras práticas e teóricas; b) Introdução do método experimental nos cursos jurídicos (curso judiciário); c) cursos pós graduados;

3) **Autonomia do Corpo Discente:** a) Livre associação dos estudantes dentro da Universidade, com representação paritária nos conselhos universitários ou técnicos administrativos.

Organizações Extra: Escolares

1) O 2.º Congresso Nacional de Estudantes reconhece como entidade máxima da classe estudantil a **União Nacional de Estudantes**, que é representada pelo Conselho Nacional de Estudantes e pela Casa do Estudante do Brasil (sede e Secretaria da UNE).

2) A União Nacional de Estudantes terá como função defender os direitos e as aspirações de todos os estudantes, na base de um pro-

grama constituído pelo presente plano educacional e reivindicativo.

3) A UNE deverá ser oficialmente reconhecida, tendo, entretanto, garantida a sua completa autonomia educacional e administrativa.

4) A UNE exercerá as suas atividades através de seus organismos dirigentes, dos seus departamentos e dos centros e associações nela representados:

a) Cabe aos diretórios das escolas ou centros substitutos a estes, fundamentalmente, reivindicar medidas de caráter econômico e escolar.

b) Cabe às Casas do Estudante e associações congêneres promover a assistência aos estudantes através dos seus departamentos médico-hospitalares, dentários, jurídicos, bolsas, bureau de empregos, bibliotecas, residência para estudantes necessitados, assim como a publicidade das atividades e das realizações estudantinas.

c) Cabe às associações ou federações esportivas a organização de competições diversas, como sejam, olimpíadas, etc.

d) Cabe às organizações científicas, artísticas ou literárias incentivar a cultura e promover a sua difusão, através da realização de conferências, espetáculos teatrais, mostras de arte, conjuntos musicais, etc., na cidade e no campo.

e) Cabe às organizações universitárias femininas a defesa dos interesses peculiares à mulher estudante.

5) A UNE terá um departamento secundário encarregado de unificar os estudantes dos cursos ginasial, comercial e técnico profissional.

(Apresentado e aprovado no plenário do Congresso em dezembro de 1938)

ANEXO 5

Manifestação estudantil de 04.07.1942

Correio da Manhã, 05 de julho de 1942, p.28
(contra-capá)

ANEXO 6

**Manifestação estudantil de 10.07.1942, realizada na
Praça Martin Afonso (atual Praça Araribóia), em Niterói**

Correio da Manhã, 10 de julho de 1942, p.10

(contra-capá)

ALERTA AS SENTINELAS DA LIBERDADE

CONSIDERAVEL MULTIDÃO PARTICIPOU DO COMICIO REALIZADO ONTEM, EM NITEROI

Washington, 4 (U. P.) — O sub-secretario de Estado, Sr. Sumner Welles, pronunciou a seguinte palavra durante o lançamento da campanha de liberdade...

OS NOSSOS CHEFES

Apresentamos a seguir a lista dos chefes das delegações que participaram do comício realizado ontem em Niterói...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

Ultrapasado todos os expectativas e o brilho apresentado pelo comício que se realizou ontem em Niterói...

A implementação da chuva não impediu que a multidão se reunisse e permanencesse atenta à palavra dos oradores...

EXALTAÇÃO DA AMIZADE ENTRE A COLOMBIA E OS ESTADOS UNIDOS

Palavras de Sumner Welles e do presidente Alfonso Lopez

Washington, 4 (U. P.) — O sub-secretario de Estado, Sr. Sumner Welles, pronunciou a seguinte palavra durante o lançamento da campanha de liberdade...

UM ESTUDO DO REGIMEN ALIMENTAR EM PORTUGAL

Um estudo do regime alimentar em Portugal, realizado por uma comissão alemã, divulgado pelo órgão alemão de imprensa...

COMUNICADOS DE BERLIM E ROMA

Comunicados de Berlim e Roma sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

EMBAIXADOR REGIS DE OLIVEIRA

Falou ontem o embaixador Regis de Oliveira sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

Como um "Catalina" afundou um submarino

Um relato sobre como um navio catalina afundou um submarino alemão durante a guerra...

MÉDICOS CIVIS APTOS A SERVIR EM CAMPANHA

Funcionários também em São Paulo um Curso de Emergência para médicos civis...

DESTRUIDAS MAIS DE CINCO MIL CASAS NO RIO

Uma reportagem sobre a destruição de milhares de casas no Rio de Janeiro devido a enchentes...

FIRES BARA HOUE

Uma lista de filmes e programas exibidos no cinema Fires Bara Houe...

COMUNICADO DE BERLIM E ROMA

Comunicados de Berlim e Roma sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

EMBAIXADOR REGIS DE OLIVEIRA

Falou ontem o embaixador Regis de Oliveira sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

Como um "Catalina" afundou um submarino

Um relato sobre como um navio catalina afundou um submarino alemão durante a guerra...

MÉDICOS CIVIS APTOS A SERVIR EM CAMPANHA

Funcionários também em São Paulo um Curso de Emergência para médicos civis...

DESTRUIDAS MAIS DE CINCO MIL CASAS NO RIO

Uma reportagem sobre a destruição de milhares de casas no Rio de Janeiro devido a enchentes...

FIRES BARA HOUE

Uma lista de filmes e programas exibidos no cinema Fires Bara Houe...

COMUNICADO DE BERLIM E ROMA

Comunicados de Berlim e Roma sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

EMBAIXADOR REGIS DE OLIVEIRA

Falou ontem o embaixador Regis de Oliveira sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

Como um "Catalina" afundou um submarino

Um relato sobre como um navio catalina afundou um submarino alemão durante a guerra...

MÉDICOS CIVIS APTOS A SERVIR EM CAMPANHA

Funcionários também em São Paulo um Curso de Emergência para médicos civis...

DESTRUIDAS MAIS DE CINCO MIL CASAS NO RIO

Uma reportagem sobre a destruição de milhares de casas no Rio de Janeiro devido a enchentes...

FIRES BARA HOUE

Uma lista de filmes e programas exibidos no cinema Fires Bara Houe...

COMUNICADOS DE BERLIM E ROMA

Comunicados de Berlim e Roma sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

EMBAIXADOR REGIS DE OLIVEIRA

Falou ontem o embaixador Regis de Oliveira sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

Como um "Catalina" afundou um submarino

Um relato sobre como um navio catalina afundou um submarino alemão durante a guerra...

MÉDICOS CIVIS APTOS A SERVIR EM CAMPANHA

Funcionários também em São Paulo um Curso de Emergência para médicos civis...

DESTRUIDAS MAIS DE CINCO MIL CASAS NO RIO

Uma reportagem sobre a destruição de milhares de casas no Rio de Janeiro devido a enchentes...

FIRES BARA HOUE

Uma lista de filmes e programas exibidos no cinema Fires Bara Houe...

COMUNICADO DE BERLIM E ROMA

Comunicados de Berlim e Roma sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

EMBAIXADOR REGIS DE OLIVEIRA

Falou ontem o embaixador Regis de Oliveira sobre a situação política atual e as perspectivas futuras...

Como um "Catalina" afundou um submarino

Um relato sobre como um navio catalina afundou um submarino alemão durante a guerra...

MÉDICOS CIVIS APTOS A SERVIR EM CAMPANHA

Funcionários também em São Paulo um Curso de Emergência para médicos civis...

DESTRUIDAS MAIS DE CINCO MIL CASAS NO RIO

Uma reportagem sobre a destruição de milhares de casas no Rio de Janeiro devido a enchentes...

ANEXO 7

**Passeata universitária de 28.01.1943
(em comemoração ao primeiro aniversário do
rompimento de relações diplomáticas e comerciais do
Brasil com os países do Eixo)**

Correio da Manhã, 28 de janeiro de 1943, p.10

(contra-capá)

Os novos cabos de artilharia de Costa Terminaram o curso 240 jovens universitários recentemente convocados



Aspectos da cerimônia de entrega no Forte Duque de Caxias. Ao alto os generais Caspar Daltro e Hugo Barros, assistindo o desfile dos novos cabos. Ao lado, o coronel Pradelle sendo o diretor da Artilharia de Costa e em baixo, o contingente do Forte de Copacabana desfilando.

O dia de artilharia de Costa, no Forte Duque de Caxias, a cerimônia de entrega dos novos cabos de artilharia de Costa...

GOEBBES PERDE O MAXIMO ESPORTE

E coragem inquebrantável para "viver no furacão dos tempos presentes"...

TRIPOLI

Em uma cidade que se chama Tripoli, no norte da Itália...

PARA PARALIZAR A CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS NA ALEMANHA

Em uma cidade que se chama Tripoli, no norte da Itália...

MORTICINIO NA IUGOSLAVIA

A ferocidade nazista assassinou em massa os patriotas sérvios...

A passeata universitária de hoje Será criada duas missões permanentes de ligação

Uma passeata universitária será realizada hoje, em nome da Sociedade Amiga da Universidade...

A visita do ministro Souza Costa ao novo edifício do Ministério da Fazenda

O ministro Souza Costa esteve, a tarde, na nova sede do Ministério da Fazenda...

Chamados a se apresentar os médicos que terminaram o Curso de Emergência

Os médicos que terminaram o Curso de Emergência de Medicina...

EMULSAM DE SCOTT

Outro lido trabalhista britânico que desparecerá

Um lido trabalhista britânico desapareceu...

Diminuída a pena de um cabeça da revolução extremista de 35

Um chefe da revolução extremista teve sua pena diminuída...

Como votaram os ministros Silva Junior, Pedersen e Azevedo Milanes

Os ministros Silva Junior, Pedersen e Azevedo Milanes...

DE GAULLE E GRAUD O caso do capitão Niebuhr Abusos das imunidades de que gozava

Comunicamos ao Ilustrado, por intermédio da Agência Reuters...

GRANDE REFORMA DOUTOR HONORIS DO APARELHO DIPLOMATICO BRITANICO

Uma grande reforma do aparelho diplomático britânico...

Como o ministro Oswaldo Cruz agrava sua situação

O ministro Oswaldo Cruz agrava sua situação...

MISERIA E COVARDIA NA ALEMANHA

Medidas drásticas para enfrentar o terror

Medidas drásticas para enfrentar o terror...

FILMES PARA HOJE

- Lista de filmes para hoje: O Grande Amor, O Homem da Rua...

O general Amaro Bittencourt condenado pelo México

O general Amaro Bittencourt foi condenado pelo México...

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha...

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha...

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha...

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha

Um novo tratado de comércio entre o Brasil e a Alemanha...

ANEXO 8

Matéria “O que falta nas pirâmides” do jornalista

Costa Rego

Correio da Manhã, 4 de setembro de 1942, p. 02



dos no consumo, no Rio, é a mesma.

Mas se tais autoridades já falaram, desfazendo o pretexto da pretensa manobra da falta de carne no Rio, por que os agouros a guelros instalaram em apagar que há falta de carne? Por outro lado, percebe a clientela, que não é atendida, que esses agouros conservam peças reservadas nas geladeiras, para certos fregueses privilegiados.

É evidente que os agouros estão realizando uma manobra alambicada, sob o intuito claro de proibir uma onda de iniquidade na população, com o que se infrimará o esforço de guerra do país. O abastecimento de carne é fundamental numa coletividade. Por isso mesmo, a situação está reclamando a intervenção das autoridades junto a essas agoures, que não podem fugir ao seu dever imperioso de atender à população. Tudo faz crer que se trata de uma típica manobra há mais de cinquenta anos, para criar embaraços ao governo, promovendo a formação de uma população descontente.

Carnívoro ou carneiro?

Nun dos capítulos geralmente dilapidados, do livro *En foi médico de Hitler*, há uma passagem sobre todas interessante. Diz com a proclamação frugalidade do déspota germânico, considerado um vegetariano irredutível. Numas das sessões a que se sujeitava, para curá-lo, e a propósito de uma resposta de ex-conquistador do mundo, o médico lhe perguntou, em réplica:

— Mas... o senhor não é vegetariano?

— Sim, porém, em política, sou carnívoro.

Resposta textual. "Está no livro em que é analisada, como paciente de estranhas coisas que o atormentavam, a personalidade do famoso *fuehrer*, cliente 15 anos do especialista que lhe rebucosou todos os instintos, ficando perfeitamente conhecedor de sua monstruosa morbidez moral.

Carnívoro ou carneiro, esse devorador de povos e nações?

Petróleo, gasolina e outras derivadas

O Conselho Nacional do Petróleo no Brasil, durante o primeiro semestre do corrente ano, e outro alusivo às quotas parças que cabem às diversas unidades federadas, provenientes da arrecadação do imposto único, em igual período, de acordo com a lei.

A falta de distribuição, por mês, do mencionado consumo, não é possível ajuizar dos efeitos do

A LEI SOBRE ALUGUÉIS

Comçou a vigorar, a 1ª do corrente, de conformidade com o que está determinado em seu texto, a lei que proíbe a majoração de alugueis. Sobre a oportunidade e o grande alcance desse decreto-lei já aduzimos considerações pertinentes, mostrando como só uma lei especial poderia solucionar o problema do inquilinato, de vital interesse para todas as classes sociais do país. O preço da locação predial é a verba de sacrifício da quase totalidade dos habitantes do Brasil, sem excetuar os que têm domicílio nas cidades do interior, onde também o aumento se processa na mesma progressão, regulada pela aritmética de cada senhorio. Como era de esperar, o decreto repercutiu satisfatoriamente, como um golpe definitivo na prática arbitrária de numerosos, talvez na maioria dos proprietários que exploram esse ramo de renda.

É que a medida governamental, tão insistentemente reclamada há anos, representa um grande desfofo na economia dos locatários ou inquilinos, para os quais a constante apreensão não consistia no dever de pagar, mas girava em torno da permanente perspectiva dos frequentes e em regra desmedidos aumentos. De mais a mais, a vida encarece em todas as suas exigências e o estado de guerra fatalmente contribuirá para maior agravamento do custo da subsistência. Ficará entendido que isso não é propriamente um mal, porque faz parte do dever patriótico e da conformação com todos os sacrifícios relacionados com a defesa do Brasil. Não há brasileiro, que o seja verdadeiramente, que pense de outro modo. Mas a lei sobre o inquilinato, visando impedir os continuos aumentos de alugueis, representa menos um apelo ao sacrifício patriótico do que um parâmetro a especulações condenáveis.

Com estas ponderações preliminares podemos acrescentar mais alguma coisa, à margem do decreto-lei: já nor-

cendo seu comércio, proporcionando igualmente uma prosperidade fora do comum.

É esse, a nosso ver, nestas ponderações aditivas, um aspecto merecedor de exame do decreto-lei que resolve, de modo geral, o problema do inquilinato, há tantos anos e tão improfructivamente debatido. O comerciante sabe quanto lhe custa conservar-se como locatário do prédio que alougou para exercer sua profissão. Dir-se-á que os dispositivos do decreto-lei que proíbe a majoração de alugueis abrangem qualquer espécie de locação ou sublocação, advertência que não exclue a oportunidade das considerações que aí ficam focalizando uma das mais interessantes faces do crescimento moderado dos alugueis, pela simples lógica da valorização de zonas.

E com o aumento dos alugueis das casas de comércio sacrificado o consumidor, a quem se pede uma compensação para a sobrecarga de ônus atirada contra o inquilino comerciante.

uma completa organização bancária

BANCO BOAVISTA S. A.

Notável realiação

Ultimamente foram divulgados alguns dados relativos aos trabalhos de saneamento que se desenvolvem na Baixada Fluminense, e que expressam a grandeza e a amplitude deste empreendimento. De acordo com essas informações se verifica que a zona saneada, e susceptível de ser aproveitada, para a agricultura e a pecuária, já alcança o total de cerca de sete mil quilômetros quadrados ou seja uma área representando aproximadamente um terço do território da Bélgica, ou do Estado de Sergipe.

Observando-se que as terras da Baixada são de reconhecida e proverbial fertilidade, é de prever-se que as mesmas venham a ser o mais importante centro de fornecimento de gêneros alimentícios, notadamente cereais e hortaliças, a esta capital. Assim, estando em pleno prosseguimento as obras de saneamento e loteamento, bem como o estabelecimento de vários núcleos agrícolas na região, facilmente se concluirá que, quando dentro de mais alguns anos a Baixada Flu-

minha e Luiz Dias Rollemberg para exercerem, interinamente, o cargo de técnico de administração, classe I.

Na pasta da Agricultura — Nomeando Paulo de Vilhans Brandão Albuquerque, agrônomo, classe II, para exercer o cargo, em comissão, de administrador, párrafo O, da Colônia Agrícola Nacional do Pará.

Transferência, a pedido Olga Breves do cargo de datilógrafa, classe F, para o cargo de escriturário, classe F.

Na pasta da Fazenda — Autorizando Vinícius Valadares Vasconcelos, Antonio Lourosa e a firma Santos, Irmao & Cia, a comprar pedras preciosas.

Nomando Edilberto Silva para a função de suplente da 1ª Câmara do Conselho Superior de Trabalho.

Na pasta das Relações Exteriores — Nomeando Ika Vianza de Moura para exercer, interinamente, o cargo de arquivologista, classe II.

Removendo "ex-offício", no interesse da administração Rui Pinheiro Guimarães, diplomata, classe L, da embaixada no Japão para a embaixada no Brasil.

Removendo sem efeito os seguintes decretos: o que designou Rui Pinheiro Guimarães, diplomata, classe L, para exercer a função de primeiro secretário no Legação da Suíça; o que removeu "ex-offício", no interesse da administração Luiz Guimarães, diplomata, classe L, do escritório de tradução e interpretação em Nova Orleans para a secretaria de Estado; e o que removeu "ex-offício", no interesse da administração Rui Pinheiro Guimarães, diplomata, classe L, da embaixada no Japão para a embaixada na Suíça.

Demittindo Francisco Fleury Ribeiro Rodrigues Parente do cargo de arquivologista, classe II.

Na pasta da Marinha — Promovendo por merecimento os seguintes: Rodolfo José Toledo, Francisco de Góes Leão e Antonio de Oliveira Melo, da classe C para a D, Armino Marcelino de Almeida, da classe D para a E, e Abreu Souza e Zacarias Rodrigues, da classe B para a C; e Carlos de Azevedo Costa, da classe B para a C.

Na pasta do Trabalho — Nomeando Eurico Rodrigues Barcellos para o cargo de inspetor de previdência, classe II; Arnaldo Branco Mendes Cadaxa, João Alvim Junior e Roberto Augusto Willemsen, para o cargo de inspetor de imigração, classe F.

Removendo "ex-offício", no interesse da administração: Alfredo Clementino de Lucena, datilógrafa em Pernambuco para a de Theodoro Danemann, inspetor de imigração, classe II, do Departamento Nacional de Imigração; e Paulo Siqueira Lima, datilógrafa, classe F, da Delegacia Regional do Conselho Nacional de Trabalho para a Junta de Conciliação e Julgamento do Espírito Santo; e Saulo Siqueira Lima, datilógrafa, classe F, da Delegacia Regional do Conselho Nacional de Trabalho para o Departamento de Imigração.

Na pasta da Guerra — Aposentando Alarico de Carvalho no cargo de postalista-auxiliar, classe F; Maria da Silva Brito no cargo de postalista-auxiliar, classe D; Reynaldo Augusto da Costa e Sady de Azevedo Costa Pereira no cargo de postalista-auxiliar, classe C.

Na pasta da Guerra — Aprovando o regulamento de precatórios comuns aos estabelecimentos de Ensino.

DECRETOS-LEIS

Assinou o presidente da República os decretos-leis concedendo

O que falta nas pirâmides

Em todos os bairros da cidade, vemos agora, às vezes onde não imaginariamos encontrá-la, a curiosa pirâmide dos metais velhos, onde se acumulam os objetos mais diversos de uso comum, doados em oferta anônima à pátria, afim de que estas os aproveite em refundições.

Quem os leva não espera alcançar a evidência do noticiário: dita com simplicidade ao monte aquilo de que não raro se priva, e volta à casa tão naturalmente como dela saiu. Eis a verdadeira beleza do patriotismo, quando foge às formas condoreiras da proclamação para tomar as formas singelas do ato cumprido.

É extraordinário o poder evocativo de uma dessas arrumagens de coisas antigas, obedecendo ao sentido, não ao rigor, das linhas geométricas: estreitam-se do polígono ao vértice, e chamam-se por isso pirâmides; mas, enquanto sobem, parece reclamarem a feição do capitel pela desordem dos utensílios enfiados, recusando o ângulo comum. Deixei-me sempre a admirá-las, querendo antes compreendê-las, pois essas pirâmides falam, como as estrelas que ouvia o poeta.

A primeira emoção de uma pirâmide tive-a ao observar o semblante grave, concentrado, algo já melancólico, de Juquinha, ao trazer-lhe seu velocípede enferrujado; e mais tarde, percorrendo outras pirâmides, surpreendi-me encontrar em todas o mesmo gênero de material: brinquedos vários, desde os mecânicos, dos meninos ricos, até aos de folha de Flandres, dos meninos pobres. O mundo infantil associava-se à campanha da pátria. Admitamos que ainda lhe não alcance a extensão. Certo lhe saberá contudo o excoelo e árduo significado.

Tanto quanto as crianças, a gente adulta acode às pirâmides. Veja-se aquela marmita de um operário, companheira de miséria, como disse João Neves da Fontoura ao apontá-la: é todo um poema de sacrifício, revelando o gesto animoso do homem obscuro, afirmando-se estoiço.

Aliás, em tudo quanto se amontou na pirâmide há o traço de um drama da vida. A esma de ferro ali está, essa compa-

nheira também de miséria, como ali estão as latas vazias, as lâminas, chapas, instrumentos, que serviram na luta perene da existência, no esforço diário de torná-la digna. Restos do velório simbolizam o movimento no trabalho, a construção pacífica das obras úteis; pedaços de pás, enxadas, picaretas, foices, arados, a confiança na terra maternal; máquinas registradoras, o exercício do comércio, fazendo circular as riquezas; castiçais imprestáveis, as noites de vigília, por serviço extraordinário ou doenças prolongadas; relógios de parede, as horas felizes ou amargas de cada um; talheres partidos, a necessidade imperiosa de subsistir pelo alimento; assas de ventiladores, a inclemência do clima tropical; porfies de grades, a ruína de algum lar onde o tempo veio bater o anineto extremo da prosperidade; ferragens múltiplas, a grandeza das oficinas que as forjaram; roupas desarticuladas, a ablução feminina em suas obras de corte e costura; coberturas de zinco, a precariedade da residência nas classes de condição econômica inferior. Fios de arame, correntes, ganchos, fechos, grampos, tranças, longarinas, cacetes, pás, martelos, postes, coítes, chaves, canivetes, saca-rolhas, blocos de chumbo, fragmentos de bronze, pregos, parafusos, nem sei o que mais diga: aqui ponho tudo em tumulto, como na pirâmide, para representar neste momento o Brasil.

Há três anos, quando a guerra irrompeu, ninguém suspeitaria talvez que estivessemos para ela dispostos com tal valor. A prática da neutralidade, longa e exemplar, tanto mais exemplar quanto foi longa, não lançou o país na indiferença. Consistiu mesmo, dir-se-ia, uma espécie de exame interior, de balanço de nossas reservas, capazes estas hoje de se apresentar até na imagem dessas pirâmides de metais velhos, onde tudo, intrinsecamente tudo é lançado em desafio ao cruel inimigo. Tudo, não digo mal... Porque ninguém vive ainda nas pirâmides a peça esquecida de uma roda. Os casins estão longe de oferecer essa contribuição. Sempre à busca-las.

Costa REGO

Economia & Finanças

PRODUÇÃO E TRABALHO

ANEXO 10

Manifestação estudantil de 07.03.1945

Correio da Manhã, 08 de março de 1945, p.16

(contra-capas)



DIÁRIO
"O PAULO PIREU"
Relatório e Notícias - Av. Gomes Freire, 51/53
REDAÇÃO: RUA COSTA REGO

Correio da Manhã

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1945

DIRETOR-GERENTE
MARIO ALVES
Administrador - Av. Costa Gomes, 51/53
N. 1443
ANO XLVII

FEIJOADA CANTE ESPETACULO DEMOCRATICO

DECORREU MUITO ANIMADO, E SEM NENHUM INCIDENTE, O COMICIO DE ONTEM NA PRAÇA FLORIANO

O povo cariense participou com entusiasmo e interesse no comício de ontem, realizado na Praça Floriano, sob a presidência de Paulo Silveira, secretário do "Diário da Manhã". O comício decorreu muito animado, e sem nenhum incidente, tendo decorrido em perfeita harmonia.

A MULTIDÃO
O povo cariense participou com entusiasmo e interesse no comício de ontem, realizado na Praça Floriano, sob a presidência de Paulo Silveira, secretário do "Diário da Manhã". O comício decorreu muito animado, e sem nenhum incidente, tendo decorrido em perfeita harmonia.

O PRIMEIRO ORADOR
O primeiro orador foi o Sr. Paulo Silveira, secretário do "Diário da Manhã". Ele fez um discurso muito animado, elogiando a luta democrática e pedindo a participação de todos os cidadãos.

ACAMADO O SEGRETO DO "DIÁRIO DE PERNAMBUCO"
O segredo do "Diário de Pernambuco" foi revelado durante o comício. Paulo Silveira afirmou que o jornal não tem nada de secreto e que todos os seus atos são conhecidos.

FALA DO ESTUDANTE PAULO SILVEIRA
Paulo Silveira, estudante de Direito, fez uma fala muito animada, defendendo a liberdade de imprensa e a participação popular na gestão pública.

A SENTENÇA DE MORTE DA DITADURA
A ditadura foi condenada durante o comício. Paulo Silveira afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.

MAURICIO DE LACERDA EMPOLGA A MULTIDÃO
Maurício de Lacerda, deputado federal, fez um discurso muito emocionante, pedindo a queda da ditadura e a restauração da democracia.



Aspectos do formidável comício de ontem, nas esquadras do Município, tendo-se na parte superior os srs. Flores da Cunha, ex-governador do Rio Grande do Sul; Paulo Silveira, presidente da UNB; Mauro Mota, secretário do "Diário de Pernambuco"; e Maurício de Lacerda, quando dirigiam a reunião a multidão que se compunha de milhares de pessoas.

Paulo Silveira afirmou que o "Diário de Pernambuco" não tem nada de secreto e que todos os seus atos são conhecidos. Ele também mencionou a importância da imprensa livre para a democracia.

Maurício de Lacerda fez um discurso muito emocionante, pedindo a queda da ditadura e a restauração da democracia. Ele afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.

Maurício de Lacerda também mencionou a importância da imprensa livre para a democracia e a participação popular na gestão pública. Ele afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.

Maurício de Lacerda concluiu seu discurso pedindo a queda da ditadura e a restauração da democracia. Ele afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.

FALECEU MAIS UM BALEADO NO COMICIO
Durante o comício, um jovem foi atingido por uma pedra lançada por um dos presentes. O jovem sofreu ferimentos e foi levado ao hospital.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

RECIFE (P. P.)
Um grupo de estudantes de Recife realizou um comício em homenagem a Paulo Silveira. O comício decorreu muito animado e sem nenhum incidente.

Carta Antiga
INGLÊSA
As impressões das antigas cartas de seu Mappin & Webb superam a sua mais recente e magnífica por qualidade.

MAPPIN & WEBB
SUA VOZ OUVINDO, 101-110

CARTAZ DE HOJE:

NOS CINEMAS

CINELANDIA
Capitão - Sessão Paramount
O Homem - Sessão Columbia
O Homem - Sessão Columbia
O Homem - Sessão Columbia

FLÓRES DA CUNHA
FALA AO POVO

Paulo Silveira afirmou que o "Diário de Pernambuco" não tem nada de secreto e que todos os seus atos são conhecidos. Ele também mencionou a importância da imprensa livre para a democracia.

GOVERNADOR
Maurício de Lacerda fez um discurso muito emocionante, pedindo a queda da ditadura e a restauração da democracia. Ele afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.

PEREOPOLIS
Maurício de Lacerda fez um discurso muito emocionante, pedindo a queda da ditadura e a restauração da democracia. Ele afirmou que a ditadura não representa o Brasil e que o povo deve lutar por sua liberdade.